



CONTRATO DE CONSTRUÇÃO PARA OBRAS MAIORES

CONDIÇÕES GERAIS DE CONTRATO

© 2022 UNOPS - Todos os direitos reservados

O proprietário dos direitos autorais deste trabalho modificado é o UNOPS.

Este contrato foi produzido pelo UNOPS utilizando elementos do Contrato de Construção 2ª Edição (2017 Red Book) e 1ª Edição (1999 Red Book) publicados pela Federation Internationale Des Ingenieurs - Conseils (FIDIC). Este contrato é produzido sob licença de e com permissão do FIDIC e é exclusivo para uso conforme previsto no acordo de licença. Consequentemente, nenhuma parte deste contrato poderá ser copiada, reproduzida, traduzida, adaptada, armazenada em um sistema de recuperação ou comunicada, de qualquer forma ou por qualquer meio, seja mecânico, eletrônico, magnético, fotocópia, gravação ou de outra forma, exceto de acordo com os termos desta licença, sem permissão prévia por escrito.

Para solicitar tal permissão, favor entrar em contato com:

UNOPS Infrastructure and Project Management Group (IPMG) Copenhagen, Dinamarca:
ipmg.publications@unops.org

Este contrato não é endossado pela FIDIC. A FIDIC não é responsável pela exatidão, integralidade, adequação ou não desta publicação ou por suas traduções.

Sobre o uso: As Condições Gerais do Contrato não devem ser alteradas. Se alguma das Condições Gerais exigir emendas, isto deve ser feito separadamente sob as Condições Particulares do Contrato com a aprovação da equipe Jurídica do UNOPS IPAS.

Para garantir que esta seja a versão mais recente do contrato, consulte a versão disponível on-line em www.unops.org e na intranet interna da UNOPS.

ÍNDICE

1 DISPOSIÇÕES GERAIS	8
1.1 Definições	8
1.2 Interpretação	18
1.3 Notificações e Outras Comunicações	19
1.4 Idioma	19
1.5 Prioridade dos Documentos	20
1.6 Cessão ou Novação	20
1.7 Custódia e Fornecimento de Documentos	20
1.8 Desenhos ou Instruções Atrasadas	21
1.9 Propriedade e licença de uso dos documentos da Contratante e da Contratada	21
1.10 Direitos Morais	22
1.11 Confidencialidade	22
1.12 Cumprimento das Leis	23
1.13 Responsabilidade Conjunta e Solidária	24
1.14 Seções	25
1.15 Garantias quanto à Capacidade	26
1.16 Obras Prévias	26
1.17 Acordo Integral e Emenda	26
1.18 Separabilidade	27
1.19 Vias	27
1.20 Contratada Independente	27
1.21 Relatividade dos efeitos do Contrato	27
1.22 Renúncia	27
1.23 Publicidade e uso do Nome ou Emblema da Contratante e das Nações Unidas	28
1.24 Privilégios e Imunidades	28
1.25 Impostos e Taxas	28
2 A CONTRATANTE	29
2.1 Direito de Acesso ao Local	29
2.2 Assistência	29
2.3 Pessoal da Contratante	31
2.4 Materiais fornecidos pela Contratante, Equipamentos e Instalações da Contratante	31
2.5 Dados do Local	32
3 O ENGENHEIRO	33
3.1 Deveres e Autoridade do Engenheiro	34
3.2 Delegação pelo Engenheiro	35
3.3 Instruções do Engenheiro	36
3.4 Substituição do Engenheiro	36
3.5 Acordo ou Determinação	37
4 A CONTRATADA	39
4.1 Obrigações Gerais da Contratada	39
4.2 Garantia de Desempenho	42
4.3 Representante da Contratada	44
4.4 Treinamento	45

4.5	Cooperação	45
4.6	Configurando	46
4.7	Procedimentos de Saúde e Segurança	47
4.8	Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade	49
4.9	Uso dos Dados do Local	50
4.10	Suficiência do Valor do Contrato Aceito	50
4.11	Condições Físicas Imprevisíveis	50
4.12	Direitos de Passagem e Instalações	51
4.13	Prevenção de Interferências	52
4.14	Rota de Acesso	52
4.15	Transporte de Mercadorias	53
4.16	Equipamento da Contratada	53
4.17	Social e Ambiental	53
4.18	Eletricidade, Água e Gás	54
4.19	Relatórios de Progresso	54
4.20	Segurança do Local	56
4.21	Operações da Contratada no Local	56
4.22	Descobertas Arqueológicas e Geológicas	56
4.23	Cessão e Novação de Garantias do Fabricante	57
4.24	Obra Auxiliares	57
4.25	Minas	58
4.26	Oficiais Não Beneficiários e Práticas Proscritas	58
4.27	Materiais Bélicos Não Explodidos	58
4.28	Explosões	58
5	SUBCONTRATAÇÃO	59
5.1	Subcontratados	59
5.2	Subcontratado Nomeado	60
5.3	Protesto à Nomeação	60
5.4	Pagamentos à Subcontratados Nomeados	61
5.5	Comprovantes de Pagamentos à Subcontratados Nomeados	61
6	PESSOAL E MÃO-DE-OBRA	62
6.1	Envolvimento dos Funcionários e da Mão-de-Obra	62
6.2	Taxas de Salários e Condições de Trabalho	62
6.3	Recrutamento de Pessoas	62
6.4	Legislações Trabalhistas	63
6.5	Horário de Trabalho	63
6.6	Instalações para Funcionários e Mão-de-Obra	63
6.7	Saúde e Segurança dos Funcionários	64
6.8	Superintendência da Contratada	64
6.9	Funcionários da Contratante	65
6.10	Registros de Funcionários e Equipamentos da Contratada	65
6.11	Conduta Desordenada	66
6.12	Fornecimento de Água	66
6.13	Líquidos Alcoólicos ou Drogas	66
6.14	Armas, Munições e Explosivos	66
6.15	Festivais e Tradições Religiosas	66

6.16 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho	66
6.17 Trabalho Infantil	67
6.18 Assédio, Exploração e Abuso Sexual	67
7 INSTALAÇÕES, MATERIAIS E TÉCNICA	
7.1 Modo de Execução	68
7.2 Amostras	68
7.3 Inspeção	69
7.4 Teste	69
7.5 Defeitos e Rejeição	71
7.6 Trabalho de Correção	72
7.7 Propriedade de Instalações e Materiais	73
7.8 Royalties	73
7.9 Juros da Garantia	73
8 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO	75
8.1 Início da Obra	75
8.2 Prazo para a Conclusão	75
8.3 Programa	75
8.4 Extensão do Prazo para a Conclusão	77
8.5 Atrasos Provocados por Autoridades	78
8.6 Taxa de Progresso	78
8.7 Danos por Atraso	79
8.8 Suspensão pela Contratante	80
8.9 Consequências da Suspensão pela Contratante	80
8.10 Pagamento pelas Instalações e Materiais em Caso de Suspensão	80
8.11 Suspensão Prolongada	81
8.12 Retomada da Obra	81
9 TESTES NA CONCLUSÃO	82
9.1 Obrigações da Contratada	82
9.2 Testes Atrasados	82
9.3 Repetição de Testes	83
9.4 Não Aprovação de Testes após a Conclusão	83
10 RECEBIMENTO PELO CONTRATANTE	84
10.1 Recebimento pelo Contratante	84
10.2 Recebimento pelo Contratante de Obras e Seções	85
10.3 Recebimento pelo Contratante de Partes das Obras	85
10.4 Interferência com os Testes na Conclusão	87
10.5 Elementos que Exigem a Reinstalação	87
11 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS	88
11.1 Conclusão da Obras Pendentes e Correção de Defeitos	88
11.2 Custo da Correção de Defeitos	88
11.3 Extensão do Período de Notificação de Defeitos	89
11.4 Falha na Correção de Defeitos	89
11.5 Remoção de Obra Defeituosa	90
11.6 Testes Adicionais	90

11.7 Direito de Acesso	90
11.8 Contratada a Pesquisar	91
11.9 Certificado de Conclusão Final	91
11.10 Obrigações Não Cumpridas	91
11.11 Liberação do Local	92
12 MEDIÇÃO E VALORAÇÃO	93
12.1 Obras a Serem Medidas	93
12.2 Método de Medição	93
12.3 Valorização	93
12.4 Omissões	94
13 VARIAÇÕES E AJUSTES	95
13.1 Direito a Variação	95
13.2 Engenharia de Valor	96
13.3 Procedimento de Variação	97
13.4 Quantia Provisória	98
13.5 Trabalho Diário	98
13.6 Ajustes para Mudanças nas Legislações	99
13.7 Ajustes para Mudanças no Custo	100
14 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO	101
14.1 Preço do Contrato	101
14.2 Pagamento Adiantado	101
14.3 Declarações da Contratada	102
14.4 Cronograma de Pagamentos	103
14.5 Instalações e Materiais Destinados às Obras	104
14.6 Emissão de Certificado de Pagamento Interino	105
14.7 Pagamento	106
14.8 Pagamento Atrasado	106
14.9 Liberação do Dinheiro de Retenção	107
14.10 Declaração ao Assumir a Posse	107
14.11 Declaração Final	108
14.12 Quitação	108
14.13 Emissão de Certificado de Pagamento Final	109
14.14 Cessação da Responsabilidade Civil da Contratante	109
14.15 Moeda de Pagamento	109
14.16 Auditoria e Investigações	110
14.17 Avaliação de Desempenho da Contratada	111
15 EXTINÇÃO PELA CONTRATANTE	112
15.1 Notificação para Correção	112
15.2 Rescisão pela Contratante	112
15.3 Valorização na Data de Rescisão	114
15.4 Pagamento após a Rescisão pela Contratante	114
15.5 Rescisão por Conveniência da Contratante	115
16 SUSPENSÃO E EXTINÇÃO PELA EMPREITEIRA	116
16.1 Direito da Contratada de Suspende a Obra	116

16.2 Rescisão pela Contratada	117
16.3 Cessação da Obra e Remoção do Equipamento da Contratada	118
16.4 Pagamento após a Rescisão pela Contratada	118
17 RISCO E RESPONSABILIDADE	119
17.1 Cuidado da Contratada com as Obras	119
17.2 Riscos da Contratante	119
17.3 Consequências dos Riscos da Contratante	120
17.4 Garantias Relativas às Obras	120
17.5 Obrigações e Indenizações	121
18 FORÇA MAIOR	122
18.1 Força Maior	122
18.2 Notificação de Força Maior	122
18.3 Dever de Minimizar o Atraso	123
18.4 Consequências de Força Maior	123
18.5 Força Maior Afetando a Subcontratado	124
18.6 Rescisão e Pagamento Opcional	124
18.7 Liberação do Desempenho de Acordo com as Legislações	125
19 SEGURO	126
19.1 Extensão da Cobertura	126
19.2 Arranjos	127
19.3 Falha em Assegurar	130
20 REIVINDICAÇÕES	131
20.1 Reivindicações	131
20.2 Reivindicações da Contratante	131
20.3 Reivindicações da Contratada	132
21 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS	135
21.1 Direito de Adesão	135
21.2 Resolução Amigável	135
21.3 Arbitragem	136
21.4 Resolução de Disputas para Não Atrasar a Execução das Obras	137
21.5 Sobrevivência	137

LISTA DE ABREVIações

PND	Período de Notificação de Defeitos (<i>Defects Notification Period - DNP</i>)
EDP	Extensão do Prazo (<i>Extension of Time - EOT</i>)
OIT	Organização Internacional do Trabalho (<i>International Labour Organization - ILO</i>)
CPI	Certificado de Pagamento Intermediário (<i>Interim Payment Certificate - IPC</i>)
DPI	Direitos de Propriedade Intelectual (<i>Intellectual Property Rights - IPR</i>)
JV	Joint Venture
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade (<i>Quality Management System - QMS</i>)
IVA	Imposto sobre o valor agregado (<i>Value Added Tax - VAT</i>)

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Definições

No Contrato, as seguintes palavras e expressões terão os significados indicados abaixo:

"Afiliado/a" significa:

- (a) empresa matriz/mãe da Contratada;
- (b) qualquer empresa controlada pela mesma empresa matriz/mãe Contratada;
- (c) qualquer empresa que controle a Contratada; ou
- (d) qualquer empresa controlada pela Contratada.

Para os fins desta definição, controle significa que uma parte possui, direta ou indiretamente, o poder de dirigir ou causar um direcionamento da administração e das políticas da outra parte, seja por meio de ações com direito a voto, por contrato ou de outra forma, devendo os termos "controles" e "controlado" ser interpretados de tal forma.

"Anexos" significa o documento intitulado "Contrato de Construção para Grandes Obras: Anexos" preparado pela Contratante e completado pela Contratada e/ou Contratante (conforme apropriado), conforme incluído no Contrato. Tais Anexos podem incluir dados, listas e cronogramas de pagamentos, taxas e preços, detalhes de contratos, requisitos e formulários de garantias.

"ano" significa um ano civil.

"Assembleia Geral" significa o principal órgão deliberativo, de elaboração de políticas e representativo das Nações Unidas.

"Assistente de Engenheiro" significa a pessoa designada para ser um engenheiro residente e/ou consultores e/ou inspetores nomeados para inspecionar e/ou testar itens das Instalações e/ou Materiais e/ou Obras de acordo com a Subcláusula 3.2 [*Delegação pelo Engenheiro*].

"Autor" significa qualquer pessoa, incluindo um funcionário relevante da Contratada ou um Subcontratado ou outra pessoa contribuinte, que seja um autor de quaisquer Documentos da Contratada, que são atribuídos ou licenciados à Contratante nos termos do Contrato.

"Autoridade" significa qualquer governo local, regional, territorial, municipal, zona franca, ministério, departamento governamental, comissão, conselho, gabinete, agência, instrumentalidade, órgão executivo, judiciário ou administrativo, reconhecido pelas Nações Unidas e com jurisdição sobre as Obras e/ou a Contratada, bem como seus Afiliados.

"Bens" significam Equipamentos, Materiais, Instalações e Obras Temporárias da Contratante, ou qualquer um deles, conforme apropriado.

"Certificado de Conclusão Final" significa o certificado emitido pela Contratada de acordo com a Subcláusula 11.9 [*Certificado de Conclusão Final*].

"Certificado de Pagamento" significa um certificado de pagamento emitido sob a Cláusula 14 [*Preço do Contrato e Pagamento*].

"Certificado de Pagamento Adiantado" significa um Certificado de Pagamento emitido pelo Engenheiro para adiantamentos de acordo com a Subcláusula 14.2 [*Pagamento Adiantado*].

"Certificado de Pagamento Final" significa o Certificado de Pagamento emitido pelo Engenheiro, de acordo com a Subcláusula 14.13 [*Emissão de Certificado de Pagamento Final*].

"Certificado de Pagamento Intermediário" ou **"CPI"** significa um Certificado de Pagamento emitido de acordo com a Subcláusula 14.6 [*Emissão de Certificado de Pagamento Intermediário*], exceto o Certificado de Pagamento Final e o Certificado de Pagamento Adiantado.

"Certificado de Recebimento" significa um certificado emitido pelo Engenheiro sob a Cláusula 10 [*Recebimento pelo Contratante*].

"Completo" tem o significado atribuído na Subcláusula 10.1 [*Recebimento*].

"Condições de Contrato" ou **"estas Condições"** significam estas Condições Gerais conforme emendadas pelas Condições Particulares (se houver).

"Condições do Local" significa quaisquer condições em relação ao Local, inclusive:

- (a) a forma e a natureza do Local, incluindo as condições da superfície do solo, geologia e condições do subsolo e todas as outras condições e características físicas sobre, acima ou abaixo da superfície que afetarão o cumprimento pela Contratada de suas obrigações nos termos deste Contrato;
- (b) as condições ambientais gerais e locais, meteorológicas, sísmicas, hidrológicas, hidrográficas, climáticas, oceânicas e subaquáticas;
- (c) a extensão e a natureza do trabalho e dos Bens necessários para a execução e conclusão das Obras e para a correção de quaisquer defeitos;
- (d) as Leis, procedimentos e práticas trabalhistas do País; e
- (e) a disponibilidade e qualidade do acesso permanente e temporário, alojamento, instalações, pessoal, mão-de-obra, energia, transporte, água, descarte de resíduos, armazenamento de materiais e todos os outros serviços e utilidades públicas necessárias para a execução das Obras de acordo com o Contrato.

"Condições Gerais" significa este documento intitulado "Contrato de Construção para Grandes Obras: Condições Gerais do Contrato".

"Condições Particulares" significa o documento intitulado "Contrato de Construção para Grandes Obras: Condições Particulares de Contrato" incluídas no Contrato, se houver.

"Contratada" significa a entidade nomeada como a "Contratada" nos Termos de Contrato e os legítimos sucessores legais e/ou os cessionários ou beneficiários da referida entidade.

"Contratante" significa a entidade nomeada como a "Contratante" no Instrumento de Acordo e os sucessores legais em título e/ou seus cessionários e/ou entidades que venham a substituí-lo em caso de novação.

"Contrato" significa o Instrumento de Acordo juntamente com estas Condições Gerais, as Condições Particulares (se houver), e todos os Anexos e documentos (se

houver) listados como parte do Contrato no Instrumento de Acordo.

"Convenção sobre os Direitos da Criança" significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, que define os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais aos quais todas as crianças em todos os lugares têm direito.

"Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas" significa a convenção adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 13 de fevereiro de 1946, que define e especifica numerosas questões relativas ao status das Nações Unidas, seus bens e seus funcionários, em termos dos privilégios e imunidades que devem ser concedidos a eles por seus Estados Membros.

"Custo" significa todas as despesas diretas e razoáveis necessariamente incorridas em conexão com a execução das Obras pela Contratada, mas não incluem despesas indiretas não específicas do projeto, lucros ou perdas de lucros.

"Custo Mais Lucro" significa Custo mais a porcentagem aplicável para lucro estabelecida no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] (se não declarada, cinco (5) por cento). Esta porcentagem deve ser adicionada exclusivamente ao Custo, e o Custo Mais Lucro só deve ser adicionado ao Preço do Contrato quando a Contratada tiver direito, de acordo com uma Subcláusula destas Condições, ao pagamento do Custo mais Lucro.

"Dados do Local" os dados relevantes de posse da Contratante sobre as condições subsuperficiais e hidrológicas do Local, incluindo aspectos ambientais.

"Danos por Atraso" significam os danos pelos quais a Contratada será responsável nos termos da Subcláusula 8.7 [*Danos por Atraso*] pelo não cumprimento da Subcláusula 8.2 [*Prazo para a Conclusão*] e de qualquer EDP aprovada.

"Data Base" significa a data vinte e um (21) dias anteriores à data limite para apresentação de ofertas para a Licitação.

"Data de Conclusão" significa a data indicada no Certificado de Recebimento emitido pelo Engenheiro; ou, se a Subcláusula 10.2 [*Recebimento das Obras e Seções*] for aplicável, a data em que as Obras ou Seções são concluídas, de acordo com o Contrato; ou, se a Subcláusula 10.3 [*Recebimento de Partes da Obra*] ou a Subcláusula 10.4 [*Interferência com Testes na Conclusão*] se aplicar, a data na qual a Obra ou Seção ou Parte é considerada como tendo sido recebida pela Contratante.

"Data de Início" significa a data até a qual a Contratada deverá iniciar a execução das obras (incluindo, sem limitação, mobilização e aquisições) conforme notificado na Subcláusula 8.1 [*Início da Obra*].

"Data de Vigência do Contrato" significa a data da última assinatura pelas Partes e na qual o Contrato entra em vigor e em efeito, conforme estabelecido no Instrumento de Acordo.

"Declaração" significa uma declaração apresentada pela Contratada como parte de uma solicitação para um Certificado de Pagamento, conforme a Cláusula 14 [*Preço do Contrato e Pagamento*].

"Declaração Final" significa a Declaração definida na Subcláusula 14.11 [*Declaração final*].

"Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho" refere-se à Declaração sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho adotada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 18 de junho de 1998.

"Defeito Latente" significa qualquer defeito nas Obras atribuível a:

- (a) o projeto e/ou construção das Obras pelas quais a Contratada é responsável;
- (b) Instalações, Materiais ou mão-de-obra que não estejam de acordo com o Contrato; ou
- (c) falha da Contratada no cumprimento de qualquer outra obrigação prevista no Contrato,

que um exame razoável pela Contratante antes da expiração do último PND não teria revelado, e tal defeito resulta em que as Obras ou parte das Obras não possam ser utilizadas para os fins a que se destinam pela Contratante, causa o colapso total ou parcial das Obras, e/ou ameaça a estabilidade ou segurança das Obras.

"Desenhos" significam os desenhos das Obras incluídos no Anexo 3.3 [Desenhos], e quaisquer desenhos adicionais ou modificados emitidos pelo (ou em nome do) Contratante de acordo com o Contrato.

"dia" significa um dia de calendário, salvo se descrito de outra maneira.

"Direitos de Propriedade Intelectual Preexistentes da Contratada" ou "DPIs Preexistentes da Contratada" significam Direitos de Propriedade Intelectual de posse ou licenciados à Contratada, que já existiam antes da Data de Vigência do Contrato e são utilizados pela Contratada na execução das Obras ou de outra forma disponibilizados à Contratante sob ou em ligação com este Contrato.

"Direitos de Propriedade Intelectual" ou "DPI" significam todos os DPI conferidos por Legislação ou equidade e subsistindo em qualquer parte do mundo, inclusive:

- (a) (i) direitos autorais e direitos conexos; (ii) invenções (incluindo patentes, patentes de inovação e modelos de utilidade); (iii) informações confidenciais, segredos comerciais, dados técnicos e know-how, sejam ou não confidenciais e em qualquer forma mantida, incluindo fórmulas, especificações de projeto, desenhos, dados, manuais e instruções; (iv) desenhos; (v) marcas comerciais, nomes comerciais, marcas de serviço e nomes de domínio; e (vi) desenhos de layout de circuitos, direitos de topografia de semicondutores e direitos relativos a bancos de dados, sejam ou não registrados, registráveis ou patenteáveis; (vii) fundo de comércio, direitos de processar por falsificação; e/ou (viii) direitos de propriedade e qualquer outro DPI, em cada caso, seja registrado ou não registrado;
- (b) Direitos morais e quaisquer direitos similares resultantes da atividade intelectual nos campos industriais, comerciais, científicos, literários ou artísticos que subsistem agora ou no futuro;
- (c) quaisquer pedidos e o direito de solicitar o registro de qualquer um dos itens acima; e
- (d) qualquer informação ou conselho que esteja sujeito ao privilégio profissional legal.

"Direitos Morais" significam quaisquer um dos direitos descritos no Artigo 6-bis da Convenção de Berna de 1886 para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (conforme emendada e revisada periodicamente), sendo "droit moral" ou outros direitos análogos decorrentes de qualquer lei, que existam, ou que possam vir a existir, em qualquer parte do mundo.

"Direitos reais de Garantia" inclui qualquer contrato de venda, como definido em qualquer lei, hipoteca, encargo, penhor, cessão, acordo de retenção de título, fideicomisso ou poder, como, ou tendo efeito como, uma garantia para o pagamento de qualquer obrigação monetária ou a observância de qualquer outra obrigação.

"Disputa" significa qualquer situação em que:

- (a) uma Parte faz uma reivindicação contra a outra Parte (que pode ser uma Reivindicação, conforme definido nestas Condições, ou um assunto a ser determinado pelo Engenheiro sob estas Condições, ou de outra forma);
- (b) a outra Parte (ou o Engenheiro de acordo com a Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*]) rejeita a reivindicação no todo ou em parte;
- (c) a primeira Parte não concorda através de notificação da insatisfação conforme a Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*];

desde que uma falha da outra Parte (ou do Engenheiro) em se opor ou responder à reivindicação, no todo ou em parte, possa constituir uma rejeição se, nas circunstâncias, os representantes seniores ou o(s) árbitro(s), conforme o caso, considerarem razoável que o façam. Todas as disputas ou desacordos incluem aqueles decorrentes ou relacionados com a formação, execução, interpretação, anulação, rescisão ou invalidação do Contrato ou da Obra, ou qualquer outro.

"Documentos com Direitos Autorais" significam quaisquer documentos com direitos autorais que fazem parte dos documentos da Contratada ou qualquer outra documentação que a Contratada seja obrigada a fornecer à Contratante ou ao Engenheiro nos termos do Contrato.

"Documentos da Contratada" significam todos os documentos, desenhos e esboços, mapas, planos, fotografias, especificações, cálculos, arquivos digitais, relatórios, softwares de computador, bancos de dados, manuais, documentos "as-built", modelos, modelos tridimensionais relativos à geografia ou topografia ou outros projetos arquitetônicos, documentos técnicos e quaisquer outros documentos autorais preparados pela Contratada ou em seu nome, em benefício da Contratante, nos termos do Contrato. Além disso, os Documentos da Contratada devem incluir os documentos: declarados na Especificação; exigidos para satisfazer todas as autorizações, permissões, licenças e outras aprovações regulamentares que são de responsabilidade da Contratante na Subcláusula 1.12 [*Conformidade com as Legislações*]; e outros como listados na Cláusula 10 [*Recebimento pela Contratante*] e na Subcláusula 4.1 [*Obrigações Gerais da Contratada*], quando aplicável.

"Documentos da Contratante" significam documentos, desenhos e esboços, mapas, planos, fotografias, especificações, cálculos, relatórios, softwares de computador, bancos de dados, manuais, documentos as-built, modelos, modelos tridimensionais relativos à geografia ou topografia ou outro projeto técnico, documentos técnicos e quaisquer outros itens de propriedade da Contratante ou licenciados a ela e fornecidos à Contratada pela Contratante ou em seu nome de acordo com o Contrato.

"Engenheiro" significa a pessoa indicada pela Contratante para atuar como Engenheiro para os fins do Contrato e nomeada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], ou qualquer pessoa substituta indicada periodicamente pela Contratante e notificada à Contratada de acordo com a Subcláusula 3.4 [*Substituição do Engenheiro*].

"Equipamentos da Contratada" significam todos os aparatos, equipamentos, maquinário, instalações de construção, veículos e outros itens exigidos pela Contratada para a execução e conclusão das obras e para a correção de quaisquer defeitos. Os Equipamentos da Contratada excluem as Obras Temporárias, Instalações, Materiais e quaisquer outras coisas destinadas a formar ou a fazer parte das Obras Permanentes, bem como os Equipamentos da Contratante (se houver).

"Equipamentos da Contratante" significam aparatos, equipamentos, maquinário, instalações de construção e/ou veículos (se houver) a serem disponibilizados pela Contratante para o uso da Contratada na execução das Obras de acordo com a Subcláusula 2.4 [*Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamento da Contratante e Instalações da Contratante*], mas não inclui Instalações que não tenham sido

recebidas pela Contratante de acordo com a Cláusula 10 [*Recebimento pela Contratante*].

"Especificação" significa os requisitos ou documentos estabelecidos no Anexo 3.2 [*Especificações*] e quaisquer adições e modificações feitas na Especificação pela Contratante, em conformidade com o Contrato.

"Estado-Membro" significa o governo de um país que é membro das Nações Unidas.

"Extensão do Prazo" ou **"EDP"** significa uma extensão do Prazo para a Conclusão das Obras ou Seções (conforme aplicável) de acordo com a Subcláusula 8.4 [*Extensão do Prazo para a Conclusão*].

"Força Maior" é um evento ou circunstância excepcional que ocorre após a Data de Vigência do Contrato:

- (a) que está além do controle da Parte;
- (b) que é imprevisível e/ou tal Parte não poderia razoavelmente ter previsto antes da Data de Vigência do Contrato;
- (c) que, tendo surgido, a Parte não poderia razoavelmente ter evitado ou superado; e
- (d) que não é substancialmente atribuível à outra Parte.

"Garantia de Execução" significa a garantia (ou garantias) de acordo com a Subcláusula 4.2 [*Garantia de Execução*].

"Garantia de Pagamento Adiantado" significa a garantia (ou garantias) a ser fornecida de acordo com a Subcláusula 14.2 [*Pagamento Adiantado*].

"Imprevisível" significa não ser razoavelmente previsível na Data Base, por uma Contratada experiente e competente agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria.

"Instalações" significa o aparato, equipamento, maquinário e veículos (incluindo quaisquer componentes), seja no Local ou de outra forma alocados ao Contrato e destinados a formar ou a fazer parte das Obras Permanentes.

"Instalações da Contratante" significam as instalações tais como edifícios, utilidades e instalações, a serem disponibilizadas pela Contratante para uso pela Contratada de acordo com a Subcláusula 2.4 [*Materiais fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante*], mas não inclui as instalações que não foram assumidas de acordo com a Cláusula 10 [*Recebimento pela Contratante*].

"Instrumento de Acordo" significa o documento intitulado "Contrato de Construção para Grandes Obras: Instrumento do Acordo" assinado pelas Partes sendo parte integrante do Contrato.

"Joint venture" ou **"JV"** significa uma joint venture, associação, consórcio ou outro agrupamento não incorporado de duas (2) ou mais pessoas ou entidades, seja na forma de uma parceria ou de outra forma.

"Legislação Aplicável ao Contrato" significa a lei referida na Subcláusula 21.3 (j) [*Arbitragem*].

"Leis" significam:

- (a) toda a legislação, incluindo decretos, resoluções, atos, estatutos, portarias, regras, regulamentos, diretrizes e outras ordens, tratados, convenções, códigos de prática e outras legislações subordinadas do

País;

- (b) as exigências, regras e regulamentos de qualquer Autoridade, incluindo legislação e regulamentos que abrangem o registro e licenciamento da Contratada necessários para a correta execução das Obras de acordo com o Contrato; e
- (c) as diretrizes do País e de todas as Autoridades relevantes, que a Contratada é legalmente obrigada a cumprir.

"**Licitação**" significa a proposta da Contratada para as Obras e com base na qual as Partes celebram este Contrato.

"**Lista de Defeitos**" é a lista de omissões, obras pendentes e defeitos de natureza menor que não impedem a operação das Obras e que são identificados no Certificado de Recebimento de acordo com a Subcláusula 10.2 [*Recebimento das Obras e Seções*].

"**Lista de Quantidades**" significa o documento estabelecido no Anexo 4.1.A [*Lista de Quantidades*].

"**Local**" significa os lugares onde as Obras Temporárias e as Obras Permanentes devem ser executadas e para os quais as Instalações e os Materiais devem ser entregues e armazenados, como mostrado no Anexo 2.2 [*Plano do Local*], e quaisquer lugares onde as atividades associadas com as Obras são realizadas, ou outros lugares, conforme especificado no Contrato como parte do Local.

"**Materiais**" significam coisas de todos os tipos (que não sejam Instalações), seja no Local ou de outra forma alocados ao Contrato e destinados a formar ou fazer parte das Obras Permanentes, incluindo os materiais (se houver) a serem fornecidos pela Contratada nos termos do Contrato.

"**Materiais Fornecidos pela Contratante**" significam os materiais (se houver) a serem fornecidos pela Contratante à Contratada de acordo com a Subcláusula 2.4 [*Materiais Fornecidos pela Contratante, Equipamentos da Contratante e Instalações da Contratante*].

"**Materiais Proibidos**" significam materiais, bens ou substâncias que:

- (a) representam um perigo para a saúde ou segurança de qualquer pessoa que possa entrar em contato com as Obras (seja durante sua construção ou após sua conclusão);
- (b) quer por si mesmos ou como resultado de seu uso em uma situação particular ou em combinação com outros materiais, teriam ou podem ter o efeito de reduzir a expectativa de vida normal de qualquer outro material ou estrutura na qual os Materiais são incorporados ou nos quais estão afixados;
- (c) são ou se tornam geralmente conhecidos dentro das indústrias internacionais ou nacionais de edificação, construção ou engenharia como nocivos (seja para a saúde e segurança ou para a durabilidade das Obras);
- (d) violam qualquer código de prática padrão relevante (ou similar) emitido periodicamente por qualquer Autoridade relevante; ou
- (e) não estão em conformidade com a Especificação ou outros planos ou especificações para as Obras.

"**Melhores Práticas da Indústria**" significam as práticas que geralmente são praticadas ou observadas pela indústria internacional de construção com respeito a obras de tamanho, tipo, natureza, escopo e complexidade similares às Obras e que, com respeito a qualquer objetivo, podem ser esperadas, no exercício do julgamento razoável, para atingir esse objetivo de forma consistente com as Leis aplicáveis,

confiabilidade, segurança, proteção ambiental, economia e conveniência.

"**mês**" é um mês do calendário (de acordo com o calendário Gregoriano).

"**Notificação**" significa uma comunicação escrita identificada como uma Notificação emitida de acordo com a Subcláusula 1.3 [*Notificações e Outras Comunicações*].

"**Notificação da Determinação do Engenheiro**" significa uma Notificação a ser emitida sob e de acordo com a Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*].

"**Notificação de Melhoria da Saúde e Segurança**" significa uma Notificação a ser emitida sob e de acordo com a Subcláusula 4.7 [*Procedimentos de Saúde e Segurança*].

"**Notificação de Reivindicação**" significa uma Notificação a ser emitida sob e de acordo com a Subcláusula 20.1 [*Reivindicações da Contratada*].

"**Notificação para Correção**" significa uma Notificação a ser emitida sob e de acordo com a Subcláusula 15.1 [*Notificação para Correção*].

"**Não-objeção**" significa que a Contratante ou Engenheiro não tem objeção às solicitações da Contratada nos termos do Contrato.

"**Obras**" significam as Obras Permanentes e as Obras Temporárias, ou qualquer uma delas, conforme apropriado.

"**Obras Auxiliares**" significam aquelas obras que formam, ou formarão parte do Projeto estabelecido na Especificação, que estão conectadas, ou de outra forma interajam com as Obras, e serão projetadas, fornecidas, construídas, comissionadas e/ou testadas por terceiros sob acordos contratuais separados com a Contratante.

"**Obras Permanentes**" significam as obras de natureza permanente que devem ser executadas pela Contratada sob o Contrato e a remediação de quaisquer defeitos nelas existentes.

"**Obras Temporárias**" significam todas as obras temporárias de qualquer tipo (que não sejam Equipamentos da Contratada) necessárias no Local para a execução das Obras Permanentes e para a correção de quaisquer defeitos.

"**Oito Convenções Fundamentais da OIT**" referem-se às convenções internacionais adotadas pela OIT que são: a Convenção sobre a Liberdade Sindical e Proteção do Direito de Sindicalização, de 9 de julho de 1948, o Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva de 1 de julho de 1949, a Convenção sobre Trabalho Forçado ou Obrigatório de 30 de junho de 1930 e seu Protocolo de 11 de junho de 2014, a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado de 25 de junho de 1957, a Convenção sobre Idade Mínima para Admissão de 26 de junho de 1973, a Convenção sobre Proibição das Piores Formas de Trabalho Infantil e Ação Imediata para sua Eliminação de 17 de junho de 1999, a Convenção sobre Igualdade de Remuneração de Homens e Mulheres Trabalhadores por Trabalho de Igual Valor de 29 de junho de 1951 (Nº 100), e a Convenção sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação de 25 de junho de 1958.

"**Parte**" significa ou a Contratante ou a Contratada, como o contexto exige.

"**Partes**" significa tanto a Contratante quanto à Contratada.

"**País**" significa o país no qual o Local (ou a maior parte dele) está localizado e onde as Obras Permanentes devem ser executadas.

"**Período de Defeitos Latentes**" significa o período indicado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], começando a partir da data indicada no Certificado de Conclusão Final.

"Período de Notificação de Defeitos" ou "PND" significa o período para notificação de defeitos e/ou danos na Obra ou em uma Seção ou Parte (conforme o caso) de acordo com a Subcláusula 11.1 [*Conclusão de Obra Pendente e Correção de Defeitos*], conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] (com qualquer extensão de acordo com a Subcláusula 11.3 [*Extensão do Período de Notificação de Defeitos*]), calculado a partir da Data de Conclusão da Obra ou Seção ou Parte.

"Pessoal chave" significa o pessoal da Contratada relacionado no Anexo 4.4 [*Pessoal Chave*] na capacidade e função nele identificada ou seus substitutos.

"Pessoal da Contratada" significa o Representante da Contratada e todo o pessoal que a Contratada utiliza no Local, ou em outros lugares onde as Obras estão sendo realizadas, o que pode incluir o pessoal, mão-de-obra, agentes e outros funcionários da Contratada e de cada Subcontratado e qualquer outro pessoal que auxilie a Contratada na execução das Obras.

"Pessoal da Contratante" significa o Engenheiro e os Assistentes do Engenheiro descritos na Subcláusula 3.1 [*Deveres e Autoridade do Engenheiro*] e na Subcláusula 3.2 [*Delegação pelo Engenheiro*] e todo o pessoal, mão-de-obra e outros funcionários da Contratante; e qualquer outro pessoal notificado à Contratada, pela Contratante ou pelo Engenheiro, como Funcionários da Contratante.

"Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança" significa o Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança da Contratada (que pode ser atualizado e/ou revisado periodicamente) que é apresentado de acordo com a Subcláusula 4.7 [*Procedimentos de Saúde e Segurança*].

"Plano de Gestão Social e Ambiental" significa o Plano de Gestão Social e Ambiental da Contratada (que poderá ser atualizado e/ou revisado periodicamente), apresentado de acordo com a Subcláusula 4.17 [*Social e Ambiental*].

"Plano de Testes" significa o plano a ser preparado e apresentado pela Contratada de acordo com a Subcláusula 7.4 [*Testes*].

"Práticas Proibidas" significam:

- (a) prática corrupta: a oferta, doação, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor para influenciar indevidamente as ações de outra Parte;
- (b) prática fraudulenta: qualquer ato ou omissão, inclusive deturpação, que, consciente ou imprudentemente, induza ou tente induzir em erro, uma Parte a obter um benefício financeiro ou outro benefício ou a evitar uma obrigação;
- (c) prática coercitiva: um ato ou omissão que prejudique ou danifique, ou ameace prejudicar ou danificar, direta ou indiretamente, qualquer Parte ou a propriedade da Parte para influenciar indevidamente as ações de uma Parte;
- (d) prática colusiva: um arranjo entre 2 (duas) ou mais partes planejado para atingir um propósito impróprio, incluindo influenciar de forma imprópria as ações de outra parte;
- (e) prática antiética: conduta ou comportamento contrário às provisões de conflito de interesses, presentes e hospitalidade, disposições pós-emprego ou outros requisitos publicados para fazer negócios com o Contratante; e/ou
- (f) obstrução: atos ou omissões da Contratada que impeçam ou dificultem o Contratante de investigar instâncias de possíveis Práticas Proibidas.

"Prazo para a Conclusão" significa o Prazo para a Conclusão das Obras ou uma Seção (conforme o caso) de acordo com a Subcláusula 8.2 [*Prazo para a*

Conclusão], conforme estabelecido no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*], e qualquer extensão de prazo conforme a Subcláusula 8.4 [*Extensão do Prazo para a Conclusão*] calculado a partir da Data de Início.

"Preço do Contrato" significa o preço para a execução das Obras definido na Subcláusula 14.1 [*Preço do Contrato*] e inclui qualquer ajuste ao preço feito em conformidade com o Contrato.

"Programa" significa uma programação de tempo totalmente detalhada, preparada e apresentada pela Contratada, e qualquer revisão de tal programação, a qual o Engenheiro tenha dado (ou seja, considerado como tendo dado) uma Notificação de Não-objeção sob a Subcláusula 8.3 [*Programa*].

"Projeto" significa o projeto descrito no Cronograma 2.1 [*Detalhes do Projeto*].

"Programação de Trabalho Diária" significa o documento incluído no Anexo 4.1.B [*Taxas de Trabalho Diário*] (se houver), mostrando os valores e a forma de pagamento a ser feito à Contratada pela mão-de-obra, materiais e equipamentos utilizados para o trabalho diário, de acordo com a Subcláusula 13.5 [*Trabalho Diário*].

"Quantia de Retenção" significa a quantia de retenção acumulada que a Contratante retém de acordo com a Subcláusula 14.3 [*Declarações da Contratada*] e paga de acordo com a Subcláusula 14.9 [*Liberação da Quantia de Retenção*].

"Quantia Provisória" significa uma quantia (se houver) que é especificada no Anexo 3.4 [*Valoração e Pagamento*] como uma quantia provisória, para a execução de qualquer unidade da Obra, uma Seção ou para o fornecimento de Instalações, Materiais ou serviços de acordo com a Subcláusula 13.4 [*Quantia Provisória*].

"Reivindicação" significa uma solicitação ou reivindicação de uma (1) Parte para a outra para obter um direito ou isenção sob qualquer Cláusula das Condições do Contrato, ou de outra forma em conexão com, ou decorrente do Contrato ou da execução das Obras.

"Representante da Contratada" significa a pessoa identificada como tal no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou nomeada periodicamente pela Contratada como descrito na Subcláusula 4.3 [*Representante da Contratada*], que age em nome da Contratada.

"Representantes Seniores" significa o pessoal das Partes identificados como representantes seniores e notificados por escrito pelas Partes em caso de processo de resolução de disputa, de acordo com a Subcláusula 21.2 [*Resolução Amigável*].

"Revisão" significa os exames e considerações feitas pelo Engenheiro frente a uma solicitação da Contratada a fim de avaliar se (e até que ponto) ela cumpre com o Contrato e/ou com as obrigações da Contratada nos termos ou em conexão com o Contrato.

"Seção" significa uma parte das Obras (se houver) especificada no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] ou que o Engenheiro nomeia como Seção de acordo com a Subcláusula 1.14 [*Seções*].

"Sistema de Gerenciamento de Qualidade" ou **"SGQ"** significa o SGQ da Contratada (conforme possa vir ser atualizado e/ou revisado periodicamente) de acordo com a Subcláusula 4.8 [*Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade*].

"Sistema de Verificação de Conformidade" significa o sistema de verificação de conformidade a ser preparado e implementado pela Contratada para as Obras de acordo com a Subcláusula 4.8 [*Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade*].

"Subcontratado" significa qualquer pessoa ou entidade nomeada no Contrato como subcontratado, ou qualquer pessoa ou entidade nomeada pela Contratada e consentida pela Contratante como subcontratado (projetistas ou fornecedores de Materiais, Instalações e/ou mão-de-obra para uma parte da Obra), conforme a Cláusula 5 [*Subcontratação*], e os sucessores legais em titularidade a cada uma dessas pessoas ou entidades.

"Subcontratado nomeado" significa a pessoa/entidade nomeada pela Contratante e conforme indicado no Anexo 3.6 [*Subcontratados nomeados*] e que a Contratada deverá adquirir e/ou empregar como Subcontratada para executar ou fornecer certas partes das Obras de acordo com a Subcláusula 13.4 [*Quantia Provisória*].

"Testes após a Conclusão" significam os testes (se houver) que são declarados na Especificação e que são realizados após o recebimento das Obras ou de uma Seção (conforme o caso), de acordo com a Cláusula 10 [*Recebimento pelo Contratante*].

"Testes na Conclusão" são os testes listados na Especificação ou acordados pelas Partes ou instruídos como uma Variação, e que são realizados antes do recebimento das Obras ou de uma Seção (conforme aplicável) pela Contratante sob a Cláusula 9 [*Testes na Conclusão*].

"Unidade" significa uma parte das Obras ou parte de uma Seção (conforme o caso) que é utilizada pela Contratante e considerada como tendo sido recebida de acordo com a Subcláusula 10.3 [*Recebimento de Partes das Obras*].

"Valor Aceito do Contrato" é o valor aceito pelas Partes a partir da Data de Vigência do Contrato e declarado no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] para a execução das Obras, devendo ser pago ou ajustado de acordo com o Contrato.

"Variação" significa qualquer mudança nas Obras, que é instruída como uma variação sob a Cláusula 13 [*Variações e Ajustes*].

1.2 Interpretação

(a) No Contrato, salvo quando o contexto exigir outro significado:

- (i) palavras indicando um (1) gênero incluem todos os gêneros;
- (ii) palavras que indicam o singular incluem também o plural, e as palavras que indicam o plural incluem também o singular;
- (iii) As referências à palavra "incluindo" (ou "incluem" ou "inclui") significam "incluído, mas não limitado a";
- (iv) quando uma expressão é definida, outras classe ou forma gramatical dessa expressão possuirá o significado correspondente;
- (v) as referências a um número de dias ou período de tempo a partir de uma determinada data, serão calculadas excluindo esta data;
- (vi) "consentimento" significa que a Contratante, a Contratada ou o Engenheiro (conforme o caso) concorda ou dá permissão para o assunto solicitado;
- (vii) "pode" significa que a Parte ou pessoa referida tem a escolha de agir ou não no assunto referido;
- (viii) "deverá" significa que a Parte ou pessoa referida tem a obrigação, nos termos do Contrato, de cumprir o dever referido;

- (ix) palavras indicando pessoas ou grupos devem ser interpretadas como referindo-se a pessoas físicas e jurídicas (incluindo empresas e outras entidades jurídicas), exceto quando o contexto exigir o contrário;
 - (x) "executar as Obras", "executando as Obras" ou "execução das Obras" significa, mas não se limita a: construção e conclusão das Obras e a reparação de quaisquer defeitos (e deverá ser considerado como incluindo o Projeto até o limite, se houver, especificado no Contrato);
 - (xi) disposições incluindo a palavra "acordam", "acordado" ou "acordo" requerem que o acordo seja registrado por escrito;
 - (xii) "escrito" ou "por escrito" significa escrito à mão, datilografado, impresso ou feito eletronicamente, e resultando em um registro permanente; e
 - (xiii) uma referência a qualquer Lei, legislação ou disposição legislativa inclui qualquer modificação estatutária ou reformulação, ou disposições legislativas que a substituam, e qualquer legislação subordinada emitida sob essa legislação ou disposição legislativa.
- (b) Em qualquer lista destas Condições, em que o último item da lista é seguido por "e", "ou" ou "e/ou", então todos os itens da lista anteriores a este item também devem ser lidos como se fossem seguidos por "e", "ou" ou "e/ou" (conforme o caso).
- (c) As anotações contidas nas margens, no cabeçalho ou no rodapé não devem ser levadas em consideração na interpretação destas Condições Gerais.
- (d) Todas as datas e períodos serão determinados de acordo com o calendário gregoriano.
- (e) Quando são feitas referências no Contrato a códigos e normas industriais ou técnicas de acordo com as quais as Obras devem ser executadas, aplica-se a edição ou a versão revisada de tais códigos e normas em vigor na Data Base, salvo se especificado de outra forma.

1.3 Notificações e Outras Comunicações

- (a) Sempre que estas Condições prevejam a entrega de uma Notificação ou emissão, fornecimento, envio, apresentação ou transmissão de outro tipo de comunicação (incluindo aceitação, reconhecimento, assessoramento, acordo, aprovação, certificado, consentimento, decisão, determinação, liberação, instrução, Notificação de Reivindicação, Não-objeção, registro(s) de reunião, permissão, proposta, registro, resposta, relatório, solicitação, Revisão, Declaração, apresentação ou qualquer outro tipo similar de comunicação), a Notificação ou outro tipo de comunicação deve ser:
- (i) por escrito;
 - (ii) identificada como tal com referência à Cláusula ou Subcláusula sob a qual é emitida;
 - (iii) marcado aos cuidados do representante relevante das Partes, conforme estabelecido no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; e
- entregue no endereço indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*; ou
 - enviado ou transmitido como um documento, assinado, digitalizado e anexado em um e-mail para o endereço eletrônico indicado no Anexo 1 *[Detalhes do Contrato]*, ou transmitido por qualquer forma de sistema de transmissão eletrônica acordado, indicado no Anexo 1 *[Detalhes do*

Contrato].

- (b) Se uma Parte tiver notificado por escrito uma mudança de endereço ou endereço de e-mail, então a comunicação deverá ser devidamente entregue ao endereço de e-mail alterado ou endereço alterado.
- (c) As notificações e outras formas de comunicação entrarão em vigor a partir do momento em que forem recebidas, exceto se uma data posterior seja especificada.
- (d) As notificações e outras formas de comunicação são consideradas como recebidas:
 - (i) no caso de uma entrega, quando são entregues no endereço apropriado (mediante um recibo por escrito); e
 - (ii) no caso de um documento anexado a um e-mail, mediante o recebimento do e-mail na caixa de entrada do destinatário, desde que nenhuma notificação de não entrega tenha sido recebida pelo remetente.
- (e) Para evitar dúvidas, não será considerada como enviada ou efetuada nos termos do Contrato qualquer Notificação ou outra forma de comunicação enviada via e-mail, exceto na forma de um documento Anexo de acordo com a Subcláusula 1.3 (a) (iii), ou sob a forma de atas de reunião.
- (f) Notificações e outras formas de comunicação não devem ser retidas ou atrasadas injustificadamente. Quando um certificado ou Notificação é emitido a uma Parte, uma cópia deve ser enviada ao Engenheiro e à outra Parte (conforme apropriado). Todas as outras comunicações devem ser copiadas para as Partes e/ou para o Engenheiro, conforme declarado nestas Condições.

1.4 Idioma

- (a) O idioma das comunicações deverá ser o inglês, o idioma destas Condições, que é o idioma governante do Contrato.
- (b) Exceto quando especificado diferentemente nas Condições Particulares, os Documentos da Contratada deverão ser escritos em inglês.

1.5 Prioridade dos Documentos

- (a) Os documentos que formam o Contrato devem ser considerados mutuamente explicativos uns dos outros e devem ser lidos como um todo. Se houver qualquer conflito, ambiguidade ou discrepância, a prioridade dos documentos deve estar de acordo com a seguinte ordem de precedência:
 - (i) o Instrumento de Acordo;
 - (ii) Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*];
 - (iii) as Condições Particulares (se houver);
 - (iv) essas Condições Gerais;
 - (v) a Especificação;
 - (vi) os Desenhos;
 - (vii) a Lista de Quantidades (conforme aplicável);
 - (viii) os demais Anexos; e
 - (ix) quaisquer outros documentos que façam parte do Contrato
- (b) Se uma Parte encontrar uma ambiguidade, conflito ou discrepância nos ou entre os documentos que formam o Contrato, essa Parte deverá prontamente enviar uma

Notificação ao Engenheiro, descrevendo a ambiguidade, conflito ou discrepância. Após receber tal Notificação, o Engenheiro deverá emitir os esclarecimentos ou instruções necessárias. Se o Engenheiro encontrar uma ambiguidade ou discrepância nos documentos, o Engenheiro deverá emitir os esclarecimentos ou instruções necessárias.

1.6 Cessão ou Novação

- (a) A Contratada reconhece e concorda que a Contratante pode, a seu critério absoluto, novar, ceder, transferir e/ou cobrar encargos decorrentes do Contrato e/ou quaisquer de seus interesses, encargos, direitos e/ou responsabilidades, presentes ou futuros, aqui descritos a qualquer terceiro, mediante notificação à Contratada.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, se exigido pela Contratante, tomará todas as medidas adicionais necessárias para dar efeito à novação ou cessões, transferência ou cobrança conforme a Subcláusula 1.6 (a), incluindo a execução de uma novação ou de um contrato(s) de cessão.
- (c) A Contratada não terá direito, sem o consentimento prévio por escrito da Contratante, de novar ou ceder a terceiros seus interesses sob o Contrato ou qualquer direito ou encargo, decorrente do Contrato.

1.7 Custódia e Fornecimento de Documentos

- (a) A Especificação e os Desenhos ficarão sob a custódia e cuidados da Contratante. Salvo disposição diferente no Contrato, uma (1) cópia do Contrato e de cada Desenho ou documento subsequentes, deverá ser fornecida pela Contratante à Contratada, que poderá fazer ou solicitar mais cópias, às custas da Contratada.
- (b) Cada um dos documentos da Contratada ficaram sob a custódia e cuidado da Contratada, salvo se sejam apresentados ao Engenheiro, e até a data que esta apresentação ocorra. Salvo se indicado de outra forma no Contrato, a Contratada deverá fornecer ao Engenheiro quatro (4) cópias em papel dos Documentos da Contratada.
- (c) A Contratada deverá manter no Local, uma cópia de;
 - (i) o Contrato;
 - (ii) publicações mencionadas na Especificação;
 - (iii) os documentos da Contratada;
 - (iv) os Desenhos; e
 - (v) Variações, Notificações e outras comunicações dadas nos termos do Contrato.
- (d) O Pessoal da Contratante terá o direito de acesso em quaisquer momentos razoáveis, a todos os documentos listados na Subcláusula 1.7 (c).
- (e) Se uma Parte (ou o Engenheiro) tomar conhecimento de um erro ou defeito de natureza técnica em um documento preparado para uso na execução das Obras, a Parte (ou o Engenheiro) deverá prontamente notificar o Engenheiro e a outra Parte (conforme o caso) de tal erro ou defeito, e o engenheiro deve emitir quaisquer esclarecimentos ou instruções necessárias.

1.8 Desenhos ou Instruções Atrasadas

- (a) A Contratada deverá enviar uma Notificação ao Engenheiro sempre que as Obras possam vir a ser atrasadas ou interrompidas devido a qualquer Desenho ou Instrução necessária que não tenha sido emitida à Contratada dentro de um determinado prazo, que deverá ser razoável.
- (b) A Notificação deverá incluir detalhes dos Desenhos ou Instruções necessárias, detalhes sobre até quando e por que deverão ser emitidas, e detalhes sobre a natureza e a duração do atraso ou interrupção que pode ser sofrida caso os Desenhos ou as Instruções forem postergadas ou entregues com atraso.
- (c) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo resultante de uma falha da Contratante ou do Engenheiro em emitir Desenhos ou instruções notificadas dentro de um prazo razoável e especificado na Notificação de Reivindicação com informações de suporte, a Contratada deverá ter o direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [*Reivindicações da Contratada*], a uma EDP e/ou pagamento do respectivo Custo Mais Lucro.
- (d) No entanto, se e na medida em que a falha da Contratante ou Engenheiro foi causada por qualquer erro ou atraso da Contratada, incluindo um erro ou atraso na apresentação de quaisquer Documentos da Contratada, a Contratada não terá direito a tal EDP e/ou pagamento de tal Custo Mais Lucro.

1.9 Propriedade e licença de uso dos documentos da Contratante e da Contratada

- (a) Todos os Documentos da Contratante deverão permanecer sob propriedade da Contratante e deverão ser devolvidos à Contratante antes da emissão do Certificado de Conclusão Final. A Contratada concorda que não deverá adquirir quaisquer direitos nos Documentos da Contratante, seja sob este Contrato ou de outra forma, e não deverá utilizar ou divulgar os Documentos da Contratante a não ser para o único e exclusivo propósito do cumprimento de suas obrigações sob ou em conexão com este Contrato.
- (b) A Contratada concede à Contratante uma licença perpétua, não exclusiva, não transferível, livre de royalties e irrevogável para utilizar, reproduzir, modificar e adaptar os DPIs Preexistentes da Contratada para os fins do Contrato.
- (c) A Contratada cede à Contratante, absolutamente todos os seus direitos, títulos e participações, incluindo todos os DPIs, nos Documentos da Contratada e qualquer outra documentação que a Contratada criar e for obrigada a fornecer à Contratante ou ao Engenheiro sob o Contrato, no momento do envio dos Documentos da Contratada ao Engenheiro.
- (d) A Contratada concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pela Contratante para permitir que a Contratante possua os DPIs dos Documentos da Contratada, incluindo a cessão formal desses direitos ou a prestação de assistência à Contratante ou a seu indicado para obter o registro desses direitos em seu nome.
- (e) A Contratada concorda em fazer tudo o que for necessário ou solicitado pela Contratante para permitir que a Contratante utilize os Documentos da Contratada e os DPIs dos Documentos da Contratada, incluindo, conceder ou providenciar em nome da Contratante, uma licença perpétua, irrestrita, não-exclusiva, irrevogável, transferível e livre de royalties para a Contratante utilizar todos os DPIs dos Documentos da Contratada, em termos aceitáveis pela Contratante, de todas as outras partes contribuintes no cumprimento das obrigações da Contratada sob este Contrato com direitos, propriedade e participação em quaisquer documentos ou

outros documentos com Direitos Autorais que façam parte dos Documentos da Contratada .

- (f) A Contratada garante que o uso dos Documentos da Contratada pela Contratante em conexão com o Projeto, as Obras ou de outra forma, não deverá infringir nenhum direito de terceiros, incluindo os DPIs.
- (g) A Contratada deverá providenciar a cessão de todos os direitos, propriedades e participação em quaisquer documentos e Documentos com Direitos Autorais criados por Subcontratadas ou outras partes contribuintes no cumprimento das obrigações sob este Contrato dessas partes, para a Contratante.
- (h) Em caso de extinção do Contrato, a Contratante tem o direito de receber a licença de uso, com a finalidade de concluir as Obras e/ou providenciar para que quaisquer outras entidades o façam, ou de receber os DPIs pelos quais a Contratada tenha recebido pagamentos.
- (i) Esta Subcláusula 1.9 deverá permanecer válida após a conclusão, expiração ou extinção do Contrato.

1.10 Direitos Morais

- (a) A Contratada deverá obter de cada Autor, a seu próprio custo e risco, acordo expresso de que o Autor não fará valer quaisquer Direitos Morais, atuais ou futuros, que o Autor possua sobre os Documentos da Contratada, inclusive por meio da assinatura de quaisquer consentimentos ou renúncias aos Direitos Morais que exija a Contratante.

1.11 Confidencialidade

- (a) As informações e os dados que qualquer das partes considere de sua propriedade exclusiva, ou que sejam fornecidos ou divulgados por uma parte (o “divulgador”) à outra parte (o “receptor”) durante a execução do Contrato, e que sejam classificados como confidenciais (as “informações”), deverão ser mantidos em sigilo por essa parte e tratados em conformidade com a presente Subcláusula 1.11.
- (b) O receptor:
 - (i) Para evitar a divulgação, publicação ou disseminação das informações do divulgador, deverá agir com o mesmo cuidado e discrição com que trata informações semelhantes próprias que não deseja divulgar, publicar ou disseminar; e
 - (ii) Utilizará as informações do divulgador exclusivamente para o propósito para o qual foram divulgadas.
- (c) Desde que o receptor possua um acordo por escrito com as seguintes pessoas ou entidades que as obrigue a tratar as informações confidenciais em conformidade com o Contrato e com esta Subcláusula 1.11, o receptor poderá divulgar as informações a:
 - (i) Qualquer outra parte, com autorização prévia por escrito do divulgador; e
 - (ii) Aos funcionários, dirigentes, representantes e agentes do receptor que precisem conhecer tais informações para cumprir obrigações estipuladas no Contrato, e aos funcionários, dirigentes, representantes e agentes de qualquer entidade jurídica que ele controle, que o controle ou com a qual esteja sob controle comum, que precisem conhecer tais informações para cumprir obrigações estipuladas no Contrato, desde que, para esses fins, uma entidade

jurídica controlada signifique:

- Uma entidade corporativa na qual a parte possua ou controle, direta ou indiretamente, mais de cinquenta por cento (50%) das ações com direito a voto; ou
 - Qualquer entidade sobre a qual a parte exerça controle gerencial efetivo; ou
 - Para o Contratante, um órgão principal ou subsidiário das Nações Unidas estabelecido em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
- (d) Quaisquer informações, inclusive aquelas fornecidas pelo Contratante ou em seu nome ao Contratado, constituem propriedade e arquivos das Nações Unidas, conforme descrito na Convenção sobre Prerrogativas e Imunidades das Nações Unidas, Série de Tratados das Nações Unidas (1946), e no Artigo II dessa Convenção, incluindo suas Seções 2, 3 e 4. Essa designação se aplica a todas essas informações.
- (e) O Contratado poderá divulgar informações na medida exigida pela lei, desde que, em conformidade com as prerrogativas e imunidades das Nações Unidas e sem renúncia a elas, o Contratado notifique o Contratante com antecedência suficiente sobre qualquer solicitação de divulgação de informações, para que o Contratante tenha uma oportunidade razoável de adotar medidas de proteção ou qualquer outra medida apropriada antes que tal divulgação ocorra.
- (f) O Contratante poderá divulgar informações na medida exigida pela Carta das Nações Unidas ou em conformidade com resoluções ou regulamentos da Assembleia Geral ou normas promulgadas de acordo com eles.
- (g) O receptor não estará impedido de divulgar informações que:
- (i) Sejam obtidas de um terceiro sem restrições;
 - (ii) O divulgador divulgue a um terceiro sem obrigação de confidencialidade;
 - (iii) Já sejam de conhecimento prévio do receptor; ou
 - (iv) Sejam desenvolvidas pelo receptor de forma totalmente independente de qualquer divulgação em conformidade com estas condições.
- (h) As partes poderão divulgar os termos e condições do Contrato, bem como quaisquer documentos e demais informações adquiridas por meio ou em conformidade com o Contrato, sem o consentimento prévio por escrito da outra parte, desde que tal divulgação seja feita de boa-fé:
- (i) A qualquer seguradora, de acordo com uma apólice de seguro derivada do Contrato;
 - (ii) A um subcontratado, para respaldar o cumprimento das obrigações da respectiva parte estabelecidas no Contrato;
 - (iii) A consultores ou assessores externos que atuem em nome da parte divulgadora e desempenhem funções relacionadas às Obras (incluindo consultores de seguros, fiscais e jurídicos).
- (i) O Contratado divulgará todas as informações confidenciais e de outro tipo que o Engenheiro possa razoavelmente exigir para verificar o cumprimento do Contrato pelo Contratado.
- (j) O Contratado não deverá (sem o consentimento prévio por escrito do Contratante) tirar ou autorizar fotografias do Local ou das Obras para uso em publicidade ou anúncios.
- (k) Essas obrigações e restrições de confidencialidade serão aplicáveis durante a vigência do Contrato, incluindo quaisquer prorrogações, e, salvo disposição em

contrário no Contrato, permanecerão em vigor após o término do mesmo.

1.12 Cumprimento das Leis

- (a) A Contratante deverá obter as permissões, licenças, autorizações e aprovações descritas na Especificação como sendo de responsabilidade da Contratante (se houver).
- (b) A Contratada, ao executar as Obras e cumprir todas as obrigações previstas nos termos do Contrato, compromete-se a atender todas as leis aplicáveis e que os Documentos da Contratada e as Obras concluídas cumpram todas as leis e/ou na medida exigida pelo Contrato.
- (c) A Contratada deverá fornecer assistência e toda a documentação conforme descrito na Especificação, ou de outra forma razoavelmente requerida pela Contratante, de modo a permitir que a Contratante obtenha qualquer permissão, autorização, licença ou aprovação de acordo com a Subcláusula 1.12 (a).
- (d) A Contratada deverá, a seu custo e a todo momento durante a execução das Obras, assegurar-se de que qualquer Pessoal da Contratada que seja responsável por qualquer Unidade das Obras seja registrado e possua as licenças necessárias para executar as Obras, conforme exigido por quaisquer Leis e por qualquer Autoridade.
- (e) A Contratada deverá enviar todas as Notificações, pagar todos os impostos, encargos e taxas, coordenar e obter todos os "certificados de não-objeção" de todas as Autoridades competentes e obter todas as outras autorizações, licenças e aprovações, conforme exigido pelas Leis em relação à execução das Obras, exceto as autorizações, licenças e aprovações referidas na Subcláusula 1.12 (a).
- (f) Em relação ao cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato, a Contratada reconhece que as Leis e regulamentos aduaneiros e de importação do País serão aplicáveis ao fornecimento e envio de quaisquer produtos e componentes para o País. A Contratada reconhece especificamente que as Leis e regulamentos de importação e aduana do País supracitados proíbem, entre outras coisas, a importação de certos produtos e componentes para o País.
- (g) A Contratada deverá concluir as Obras de acordo com as licenças, autorizações e aprovações referidas na Subcláusula 1.12 (a) e na Subcláusula 1.12 (e) e para a satisfação de todas as Autoridades relevantes. A Contratada deverá ser responsável por providenciar a inspeção por todas as Autoridades relevantes e pela obtenção de um "certificado de finalização" (ou seu equivalente) de tais Autoridades e outras aprovações necessárias para garantir a conclusão das Obras de acordo com o Contrato.
- (h) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo como resultado do atraso ou falha da Contratante na obtenção de qualquer autorização, permissão, licença ou aprovação de acordo com a Subcláusula 1.12 (a), nos casos em que a Contratada não tenha causado ou contribuído com o atraso, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a um EDP e/ou pagamento do respectivo Custo Mais Lucro.
- (i) Caso a Contratante incorrer em custos adicionais como resultado do não cumprimento pela Contratada das Subcláusulas 1.12 (c), (d), (e) ou (f), nos casos em que a Contratante tenha cumprido com a Subcláusula 2.2 [Assistência], a Contratante terá direito ao pagamento desses custos pela Contratada, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

- (j) A Contratada deverá defender, indenizar e isentar a Contratante da responsabilidade pelas consequências resultantes de quaisquer falhas no cumprimento desta Subcláusula 1.12.

1.13 Responsabilidade Conjunta e Solidária

- (a) Se a Contratada for uma JV:
- (i) os membros da JV serão considerados solidária e conjuntamente responsáveis perante a Contratante pelas Obras e pelo cumprimento de todas as obrigações da Contratada nos termos do Contrato ou por quaisquer falhas em seu cumprimento. As ações de um (1) membro serão consideradas plenamente vinculantes para os outros;
 - (ii) a Contratante poderá tomar medidas contra qualquer um ou todos os membros da JV por falha da Contratada em cumprir qualquer obrigação, seja ela decorrente do Contrato ou não;
 - (iii) os membros da JV deverão notificar a Contratante sobre o membro da JV (líder), que terá autoridade para vincular a Contratada e cada um dos membros da JV; e
 - (iv) a Contratada não deverá alterar, sem o consentimento prévio por escrito da Contratante;
 - sua composição ou status legal; ou
 - o escopo e partes das obrigações a serem cumpridas por cada membro nos termos deste Contrato.

1.14 Seções

- (a) As interpretações e aplicações de:

- (i) Prazo para a Conclusão;
- (ii) Data de Conclusão;
- (iii) Danos por Atraso;
- (iv) Quantia de Retenção; e
- (v) Período de Notificação de Defeitos;

aplicam-se separadamente à cada Seção das Obras especificadas no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] (se houver) ou que tenham sido nomeadas como Seções pelo Engenheiro de acordo com a Subcláusula 1.14 (b).

- (b) Além das Seções das Obras especificadas no Anexo 1 [*Detalhes do Contrato*] (se houver), o Engenheiro pode, a qualquer momento, nomear uma Unidade das Obras para ser uma Seção adicional, solicitando à Contratada que apresente uma proposta para que tal Unidade das Obras seja uma Seção adicional. Em qualquer situação dessas, o Engenheiro deverá definir:
- (i) a Unidade proposta das Obras para formar a Seção adicional;
 - (ii) o Prazo para a Conclusão proposto para a Seção adicional citada; e
 - (iii) quaisquer valores referentes a Danos por Atraso caso não se consiga

completar a Seção adicional até o Prazo para a Conclusão proposto.

- (c) A Contratada deverá responder por escrito tão logo seja possível, dentro de 14 (quatorze) dias após o pedido do Engenheiro, enviando:
 - (i) uma descrição das emendas propostas para a sequência das Obras juntamente com os recursos e materiais adicionais necessários;
 - (ii) a proposta de quaisquer modificações necessárias ao Programa e ao Prazo para a Conclusão de todas as Obras;
 - (iii) a proposta de ajuste ao Preço do Contrato; e
 - (iv) os valores propostos para os Danos por Atraso, considerando a proporção dos Danos por Atraso para a totalidade das Obras atribuíveis ao valor das Obras para essa Seção.
- (d) O Engenheiro deverá, assim que possível após receber tal proposta de acordo com a Subcláusula 1.14 (c), responder com sua aprovação, desaprovação ou comentários de acordo com a Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*].
- (e) Se a Contratante, a seu critério exclusivo, optar por proceder com uma Seção adicional, o Engenheiro deverá instruir a Contratada a proceder de acordo com as Subcláusulas 1.14 (b), (c) e (d).

1.15 Garantias quanto à Capacidade

- (a) A Contratante garante que tem a capacidade de executar, entregar e cumprir com suas obrigações nos termos do Contrato.
- (b) A Contratada, através deste, garante e declara que dispõe:
 - (i) da capacidade de executar, entregar e cumprir com suas obrigações nos termos do Contrato e que foram tomadas todas as ações necessárias, corporativas e de outras naturezas, para autorizar tal execução, entrega e cumprimento;
 - (ii) da capacidade de obter e que já obteve (conforme aplicável), de todas as Autoridades relevantes, todas as licenças, permissões e autorizações necessárias para que possa executar as Obras e cumprir todas as suas obrigações nos termos do Contrato, exceto aquelas que são de responsabilidade expressa da Contratante de acordo com a Subcláusula 1.12 (a) [*Cumprimento das Leis*]; e
 - (iii) das instalações, tecnologia da informação, capacidade, experiência, competência gerencial, recursos financeiros, equipamentos, pessoal e outros recursos necessários para executar as Obras de forma competente e célere em conformidade com o Contrato.

1.16 Obras Prévias

- (a) O Contrato se aplica à execução de todas as obras que formem parte das Obras, e ao cumprimento de quaisquer obrigações da Contratada relacionadas com as Obras, realizadas antes, na data ou após a Data de Vigência do Contrato.
- (b) Quando a Contratada tenha realizado quaisquer projetos, serviços ou obras em conexão com as Obras antes da Data de Vigência do Contrato, a Contratada garante à Contratante que tais atividades foram realizadas de acordo com as

exigências do Contrato e confirma que todas as garantias, obrigações e responsabilidades da Contratada sob ou em conexão com o Contrato se aplicam a tais projetos, serviços ou obras.

- (c) Salvo se especificado de outra forma no Contrato, tais projetos, serviços ou obras prévias em conexão com as Obras estão sujeitos aos termos do Contrato e são considerados como incluídos no Valor Aceito do Contrato.

1.17 Acordo Integral e Emenda

- (a) O Contrato constitui o acordo completo entre a Contratante e a Contratada no que diz respeito ao objeto do Contrato e substitui todas as disposições, representações, comunicações, negociações, acordos e contratos (escritos ou orais) efetuados entre as Partes ou celebrados pelas Partes com respeito ao objeto do Contrato antes da Data de Vigência do Contrato.
- (b) O Contrato ou aspectos do Contrato não deverão ser objeto de emenda, exceto se escrito e assinado por um representante devidamente autorizado de cada uma das Partes.

1.18 Separabilidade

- (a) Se a aplicação ou operação de qualquer disposição do Contrato, ou parte dela, for proibida pelas Leis ou se qualquer disposição do Contrato, ou parte dela, é considerada nula, inválida ou inaplicável pelas Leis, tal proibição, nulidade, invalidade ou inaplicabilidade não afetará a validade ou aplicabilidade do restante dessa disposição e/ou quaisquer outras disposições e condições do Contrato.
- (b) Quando qualquer Parte não puder cumprir qualquer termo ou disposição do Contrato, as Partes poderão negociar em boa fé um termo ou disposição alternativa que produza efeitos contratuais semelhantes para as Partes.

1.19 Vias

- (a) O Contrato poderá ser assinado em qualquer número de vias, todas as quais quando consideradas em conjunto deverão constituir um único e o mesmo instrumento.

1.20 Contratada Independente

- (a) A Contratada deverá ser uma contratada independente que executará o Contrato. O Contrato não criará nenhuma parceria, vínculo empregatício, JV ou outras relações conjuntas entre a Contratante, por um lado, e a Contratada, por outro.

1.21 Relatividade dos efeitos do Contrato

- (a) Nenhuma disposição do Contrato se destina ou confere a qualquer terceiro (incluindo qualquer Subcontratado) qualquer benefício implícito ou direito executável por opção do terceiro contra o Contratante.

1.22 Renúncia

- (a) Nenhum dos termos, disposições ou condições do Contrato devem ser

considerados renunciados pela Contratante, salvo se uma renúncia seja dada por escrito pela Contratante, devidamente assinada e datada.

- (b) Qualquer renúncia aos direitos, poderes ou recursos da Contratante nos termos do Contrato deverá ser datada e assinada por um representante autorizado da Contratante concedendo tal renúncia, e deverá especificar o direito e o alcance de tal renúncia. Para evitar dúvidas, qualquer renúncia de qualquer um dos direitos, poderes ou recursos da Contratada, de acordo com esta Subcláusula 1.22 não prejudica os privilégios e imunidades das Nações Unidas das quais a Contratante é parte integrante, conforme expressamente indicado na Subcláusula 1.24 [*Privilégios e Imunidades*].

1.23 Publicidade e Uso do Nome ou Emblema da Contratante e das Nações Unidas

- (a) A Contratada não deverá:
 - (i) anunciar ou de outra forma tornar público, para fins de vantagem comercial ou prestígio, que possui uma relação contratual com a Contratante ou com as Nações Unidas; ou
 - (ii) de qualquer forma, fazer uso do nome, emblema ou selo oficial da Contratante ou das Nações Unidas, ou qualquer abreviação do nome da Contratante ou das Nações Unidas em conexão com seus negócios ou de outra forma, sem a autorização por escrito da Contratante.
- (b) A Contratada poderá utilizar materiais e informações relacionadas às Obras para fins de Licitação com o consentimento prévio por escrito da Contratante.
- (c) Esta Subcláusula 1.23 permanecerá válida após a conclusão, expiração ou extinção do Contrato.

1.24 Privilégios e Imunidades

- (a) Nada presente no Contrato ou relacionado a ele deverá ser considerado como uma renúncia, expressa ou implícita, a qualquer um dos privilégios e imunidades das Nações Unidas, incluindo seus órgãos subsidiários, dos quais a Contratante é parte integral, que são expressamente reservados pelo presente instrumento.

1.25 Impostos e Taxas

- (a) O Artigo II, Seção 7, da Convenção sobre os Privilégios e Imunidades das Nações Unidas prevê, *inter alia*, que as Nações Unidas, incluindo a Contratante como órgão subsidiário, estão isentas de todos os impostos diretos, exceto taxas para serviços de utilidade pública, e estão isentas de restrições alfandegárias, taxas e encargos de natureza similar em relação aos artigos importados ou exportados para seu uso oficial. Caso qualquer Autoridade governamental se recuse a reconhecer as isenções do Contratante de tais impostos, restrições, taxas ou encargos, a Contratada deverá consultar imediatamente a Contratante para determinar um procedimento mutuamente aceitável.
- (b) A Contratada autoriza a Contratante a deduzir do pagamento da Contratada qualquer quantia correspondente a tais impostos, taxas ou encargos salvo se a Contratada tenha consultado a Contratante antes do pagamento e a Contratante tenha, em cada instância, autorizado especificamente a Contratada a pagar tais impostos ou taxas em declaração por escrito. Nesse caso, a Contratada deverá fornecer à Contratante prova escrita de que o pagamento de tais impostos, taxas ou encargos foi feito e devidamente autorizado, e a Contratante poderá reembolsar a Contratada por quaisquer impostos, taxas ou encargos assim autorizados pela Contratante e pagos pela Contratada sob declaração por escrito.

1.26 Dados Pessoais

- (a) O Contratado adotará todas as medidas apropriadas para proteger todas as informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável, incluindo qualquer informação cuja divulgação possa prejudicar essa pessoa física identificada ou identificável, que:

- (i) tenham sido obtidas pelo Contratado do Contratante em relação à execução do Contrato; ou
 - (ii) de outra forma, tenham sido gerenciadas pelo Contratado em nome do Contratante, em relação à execução do Contrato ("Dados Pessoais do Contratante").
- (b) Sem prejuízo da generalidade da Subcláusula 1.26 a) acima, e salvo disposição mais específica no Contrato, o Contratado deverá, no mínimo:
 - (i) Para os fins do Contrato e sujeito às disposições da presente Subcláusula 1.26 c), tratar os Dados Pessoais do Contratante como informações nos termos descritos na Subcláusula 1.11 [Confidencialidade de Documentos e Informações] supra;
 - (ii) Tratar os Dados Pessoais do Contratante de maneira adequada, pertinente e limitada ao necessário para a execução do Contrato, garantindo que os Dados Pessoais do Contratante não sejam mantidos por mais tempo do que o necessário para a prestação dos serviços previstos no Contrato;
 - (iii) Atualizar ou corrigir os Dados Pessoais do Contratante, quando solicitado pelo Contratante, para garantir sua exatidão;
 - (iv) Transferir Dados Pessoais do Contratante a terceiros, incluindo agentes ou subcontratados do Contratado, apenas em conformidade com os requisitos do Contrato e com termos e condições equivalentes aos estabelecidos na presente Subcláusula 1.26 e na Subcláusula 1.11 [Confidencialidade de Documentos e Informações], entendendo-se que as disposições da presente Subcláusula 1.26 prevalecerão na medida em que forem mais restritivas do que as da Subcláusula 1.11 [Confidencialidade de Documentos e Informações];
 - (v) Notificar imediatamente o Contratante, por escrito, ao tomar conhecimento de qualquer violação de dados ou de segurança; adotar medidas imediatas de mitigação ou correção, incluindo aquelas indicadas pelo Contratante; e informar e atualizar periodicamente o Contratante sobre as medidas adotadas pelo Contratado para tratar tais violações de dados ou de segurança;
 - (vi) Conforme disposto no Contrato ou conforme solicitado pelo Contratante por escrito, devolver, eliminar ou destruir os Dados Pessoais do Contratante e, mediante solicitação por escrito do Contratante, apresentar evidências que justifiquem tal eliminação ou destruição ao Contratante; e
 - (vii) Consultar o Contratante e seguir suas instruções em relação ao tratamento de solicitações e/ou reclamações de terceiros sobre os Dados Pessoais do Contratante, apresentadas ou recebidas pelo Contratado.
- (c) O Contratante será responsável por gerenciar todas as informações relativas a uma pessoa física identificada ou identificável, incluindo qualquer informação cuja divulgação possa prejudicar essa pessoa física identificada ou identificável, obtidas pelo Contratado como resultado do Contrato, ou em relação a ele, somente de acordo com o seu próprio quadro jurídico.
- (d) As disposições da presente Subcláusula 1.26 permanecerão em vigor após a rescisão ou expiração do Contrato.

2 A CONTRATANTE

2.1 Direito de Acesso ao Local

- (a) Salvo se disposto de outra forma no Contrato, a Contratante deverá conceder à Contratada o direito de acesso não-exclusivo e a posse não-exclusiva das partes do Local indicadas no Anexo 2.2 [Plano do Local], dentro do prazo (ou prazos) e sujeito a quaisquer restrições de acesso estabelecidas ou compartilhadas, especificadas no Anexo 2.2 [Plano do Local]. Caso, sob o Contrato, a Contratante seja obrigada a conceder (à Contratada) a posse de qualquer fundação, estrutura, Instalação ou meio de acesso, a Contratante deverá fazê-lo no prazo e na forma declarados no Anexo 2.2 [Plano do Local] e/ou na Especificação. A Contratante poderá reter qualquer direito de acesso ou posse até que tenha recebido a Garantia de Execução da Contratada.
- (b) Caso nenhum prazo seja especificado no Anexo 2.2 [Plano do Local], a Contratante deverá conceder à Contratada o direito de acesso e posse do Local (ou parte dele) dentro de prazos razoavelmente requeridos para permitir que a Contratada prossiga de acordo com o Programa conforme a Subcláusula 8.3 [Programa].
- (c) Caso a Contratada sofra atraso e/ou incorra em Custo devido a uma falha da Contratante em conceder qualquer direito de acesso ou posse do Local dentro de tal prazo, a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro, que deverá proceder conforme a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] para determinar qualquer direito a EDP e/ou pagamento de qualquer Custo Mais Lucro.
- (d) Se, e, na medida em que a falha da Contratante tenha sido causada por qualquer erro ou atraso da Contratada, (incluindo, mas não limitando-se a um erro ou atraso na entrega de qualquer Garantia de Execução ou Documentos da Contratada, ou atraso da Contratada na obtenção das licenças e registros necessários junto às Autoridades relevantes para a devida execução das Obras), a Contratada não terá direito a tal EDP, pagamento de Custo ou a realizar qualquer outra reivindicação associada contra a Contratante.

2.2 Assistência

- (a) Caso solicitado pela Contratada, a Contratante deverá (quando estiver em posição de fazê-lo) prontamente fornecer assistência razoável a Contratada na solicitação de quaisquer autorizações, licenças ou aprovações exigidas pelas Leis:
 - (i) que a Contratada é obrigada a obter conforme a Subcláusula 1.12 [Cumprimento das Leis];
 - (ii) para a entrega de Bens, incluindo desembaraço aduaneiro; e/ou
 - (iii) para a exportação de Equipamentos da Contratada quando sejam removidos do Local, se aplicável.

2.3 Pessoal da Contratante

- (a) A Contratante deverá ser responsável por garantir que o Pessoal da Contratante e os demais contratados da Contratante (se houver) no Local ou em suas proximidades:
 - (i) cooperem com os esforços da Contratada de acordo com a Subcláusula 4.5 [Cooperação]; e
 - (ii) adotem medidas similares às que a Contratada é obrigada a adotar de acordo com a Subcláusula 4.7 [Procedimentos de Saúde e Segurança] e a Subcláusula 4.17 [Social e Ambiental].

2.4 Materiais fornecidos pela Contratante, Equipamentos e Instalações da Contratante

- (a) A Contratante disponibilizará os Equipamentos e/ou Instalações da Contratante para uso da Contratada exclusivamente na execução das Obras, de acordo com os detalhes, arranjos, taxas e preços declarados na Especificação.
- (b) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratante será responsável pelos Equipamentos e Instalações da Contratante, exceto quando estiverem sob uso ou controle direto do Pessoal da Contratada, situação na qual a Contratada será responsável.
- (c) Os custos associados ao uso dos Equipamentos e Instalações da Contratante serão calculados pela Contratada mensalmente e incluídos na Declaração relevante, usando os preços indicados na Especificação.
- (d) A Contratante fornecerá à Contratada, sem custo, os materiais fornecidos (se houver) ou outros Materiais Fornecidos pela Contratante, de acordo com os detalhes e arranjos descritos na Especificação.
- (e) A Contratada, agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, deverá inspecionar visualmente tais materiais e, alternativamente:
 - (i) aceitar os materiais da Contratante; ou
 - (ii) rejeitar os materiais e notificar prontamente o Engenheiro sobre qualquer deficiência, defeito ou falha identificada nos materiais.
- (f) Salvo acordo em contrário entre as Partes, a Contratante deverá corrigir prontamente a deficiência, defeito ou falha identificados pela Contratada de acordo com a Subcláusula 2.4(e).
- (g) A partir da aceitação, conforme previsto na Subcláusula 2.4(e), os materiais fornecidos e os Materiais Fornecidos pela Contratante passarão a estar sob a custódia, controle e responsabilidade da Contratada. As obrigações da Contratada em relação à inspeção, custódia e controle não isentam a Contratante de responsabilidade por qualquer deficiência, defeito ou falha que não seja aparente em uma inspeção visual, exceto na medida em que tais problemas tenham surgido devido a um ato ou omissão da Contratada.

2.5 Dados do Local

- (a) A Contratante deverá disponibilizar à Contratada os Dados do Local para sua consulta antes da Data Base. Da mesma forma, a Contratante disponibilizará à Contratada todos os Dados do Local relevantes que venham a ser obtidos pela Contratante após a Data Base.
- (b) A Contratada será responsável por interpretar todos os dados mencionados nesta Subcláusula 2.5 e na Subcláusula 4.9 [Uso dos Dados do Local].

3 O ENGENHEIRO

3.1 Deveres e Autoridade do Engenheiro

- (a) A Contratante nomeará e designará o Engenheiro, que desempenhará as funções atribuídas no Contrato. O Engenheiro terá toda a autoridade necessária para atuar em conformidade com o Contrato.
- (b) O Engenheiro deve ser:
 - (i) um profissional com qualificações, experiência e competência adequadas para atuar como Engenheiro sob o Contrato; e
 - (ii) fluente no idioma definido na Subcláusula 1.4 [*Idioma*].
- (c) Salvo disposição em contrário nestas Condições, sempre que exercer autoridade ou executar tarefas declaradas ou implícitas no Contrato, o Engenheiro deverá agir como um profissional qualificado e será considerado como agindo em nome da Contratante, exceto no caso de acordos e determinações de acordo com a Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*].
- (d) O Engenheiro não terá autoridade para alterar o Contrato ou, salvo disposição em contrário nestas Condições, isentar qualquer das Partes de qualquer dever, obrigação ou responsabilidade prevista ou relacionada ao Contrato.
- (e) O Engenheiro poderá exercer a autoridade que lhe é atribuída, conforme necessário, implícita no Contrato e/ou conforme especificado no Anexo 3.7 [Limites dos Deveres e Autoridade do Engenheiro]. Caso o Engenheiro necessite obter o consentimento da Contratante antes de exercer uma autoridade específica, exceto conforme identificado na Subcláusula 3.1(f), tais requisitos deverão ser conforme estabelecido no Anexo 3.7 [Limites dos Deveres e Autoridade do Engenheiro] ou conforme notificado pela Contratante. Não haverá necessidade de o Engenheiro obter consentimento da Contratante para exercer autoridade prevista na Subcláusula 3.5 [*Acordo ou Determinação*].
- (f) O Engenheiro deverá obter o consentimento da Contratante antes de exercer uma autoridade ou tomar ação nas seguintes circunstâncias:
 - (i) nomear parte das Obras como uma Seção adicional, conforme a Subcláusula 1.14 [*Seções*];
 - (ii) aprovar a subcontratação de qualquer parte das Obras, conforme a Cláusula 5 [*Subcontratação*];
 - (iii) emitir uma Variação, salvo se tal variação não aumentar o Preço do Contrato ou ajustar o Prazo para Conclusão conforme a Cláusula 13 [*Variações e Ajustes*];
 - (iv) suspender o progresso de parte ou da totalidade das Obras (exceto em caso de emergência, quando a Contratada deverá imediatamente cumprir as instruções do Engenheiro);
 - (v) emitir Certificados de Recebimento para a totalidade das Obras, Seções ou Partes conforme a Cláusula 10 [*Recebimento pela Contratante*];

- (vi) emitir o Certificado de Conclusão Final para as Obras, Seções ou Partes; e/ou
 - (vii) conceder aprovação de acordo com a Subcláusula 6.14 [Armas, Munições e Explosivos].
- (g) A Contratante compromete-se a não impor restrições adicionais à autoridade do Engenheiro.
- (h) Salvo disposição em contrário no Contrato, nenhuma autorização, aprovação, comentário, verificação, certificado, consentimento, exame, inspeção, instrução, Notificação, proposta, solicitação, teste, Revisão, emissão de Não-objeção ou ato semelhante (incluindo ausência de desaprovação) pelo Engenheiro (ou pelo Assistente do Engenheiro) isentará a Contratada de quaisquer garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato, incluindo responsabilidades por erros, omissões, discrepâncias, defeitos e não conformidades.

3.2 Delegação pelo Engenheiro

- (a) O Engenheiro pode designar um Assistente do Engenheiro autorizado pela Contratante e delegar a esse Assistente, conforme permitido nesta Subcláusula 3.2, a autoridade necessária para agir em nome do Engenheiro, exceto para substituir o próprio Assistente do Engenheiro. O Engenheiro deverá notificar a Contratada sobre qualquer Assistente do Engenheiro designado.
- (b) O Engenheiro pode, periodicamente, atribuir funções e delegar autoridade aos Assistentes do Engenheiro, bem como revogar tais atribuições ou delegações. A atribuição, delegação ou revogação deverá ser feita por escrito e não terá efeito até que tal notificação seja dada à Contratada. Os Assistentes do Engenheiro estarão autorizados a emitir instruções à Contratada somente na medida definida pela delegação.
- (c) Todos os Assistentes do Engenheiro deverão ser pessoas qualificadas, com experiência e competência para desempenhar essas funções e exercer essa autoridade, e fluentes no idioma para comunicações definido na Subcláusula 1.4 [Idioma].
- (d) Contudo, salvo acordo em contrário entre as Partes, o Engenheiro não delegará a autoridade para concordar ou determinar qualquer questão em conformidade com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] nem para emitir uma Notificação para Correção conforme a Subcláusula 15.1 [Notificação para Correção].
- (e) Qualquer autorização, aprovação, comentário, verificação, consentimento, inspeção, instrução, Notificação, proposta, solicitação, teste, Revisão ou emissão de Não-objeção feita pelo Assistente do Engenheiro, em conformidade com a delegação autorizada pela Subcláusula 3.2(b), terá o mesmo efeito como se fosse ato do próprio Engenheiro. No entanto, se a Contratada questionar qualquer instrução de um Assistente do Engenheiro, poderá submeter a questão ao Engenheiro, que deverá prontamente confirmar, reverter ou modificar a instrução.

3.3 Instruções do Engenheiro

- (a) O Engenheiro pode emitir instruções à Contratada (a qualquer momento) que possam ser necessárias para a execução das Obras, em conformidade com o Contrato. A Contratada deverá receber instruções somente do Engenheiro ou de um Assistente do Engenheiro ao qual tenha sido delegada a autoridade apropriada, conforme a Subcláusula 3.2 [Delegação pelo Engenheiro].
- (b) A Contratada deverá cumprir com as instruções dadas pelo Engenheiro ou pelo Assistente do Engenheiro, conforme o caso, com a devida diligência e sem atrasos.
- (c) Instruções verbais podem ser dadas pelo Engenheiro apenas em casos de emergência ou quando houver risco de danos às Obras ou de ferimentos a pessoas, desde que instruções escritas confirmando a instrução verbal sejam emitidas dentro de 48 (quarenta e oito) horas.
- (d) Caso uma instrução indique que constitui uma Variação, a Subcláusula 13.3 [Procedimento de Variação] será aplicável. Caso contrário, e se a Contratada considerar que a instrução:
 - (i) constitui uma Variação (ou envolve trabalho que já faz parte de uma Variação ou das Obras existentes); ou
 - (ii) não está em conformidade com as Leis aplicáveis ou reduzirá a segurança das Obras ou é tecnicamente impossível;

a Contratada deverá, imediatamente e antes de iniciar qualquer trabalho relacionado à instrução, enviar uma Notificação ao Engenheiro, apresentando as razões.

- (e) Se o Engenheiro não responder dentro de 7 (sete) dias após receber essa Notificação, confirmando, revertendo ou modificando a instrução, o Engenheiro será considerado como tendo revogado a instrução. Caso contrário, a Contratada deverá cumprir e estará vinculada aos termos da resposta do Engenheiro.

3.4 Substituição do Engenheiro

- (a) Caso o Engenheiro esteja impossibilitado de atuar devido a falecimento, doença, incapacidade ou renúncia (ou, no caso de uma entidade, por incapacidade ou falta de disposição para cumprir quaisquer de suas funções, salvo por motivo atribuível à Contratante), a Contratante terá o direito de, imediatamente, nomear um substituto, notificando a Contratada com as razões e o nome, endereço e experiência relevante do substituto. Essa nomeação será tratada como temporária até que a Contratada aceite o substituto ou outro substituto seja nomeado nos termos desta Subcláusula 3.4.
- (b) Se a Contratante planeja substituir o Engenheiro, deverá, pelo menos 21 (vinte e um) dias antes da data pretendida para a substituição, notificar a Contratada informando o nome, endereço e experiência relevante do substituto pretendido. A Contratante não substituirá o Engenheiro por uma pessoa contra a qual a Contratada apresente objeção razoável mediante Notificação à Contratante, acompanhada de justificativas.

3.5 Acordo ou Determinação

- (a) Sempre que estas Condições dispuserem que o Engenheiro deve proceder de acordo com esta Subcláusula 3.5 para acordar ou determinar qualquer questão, o Engenheiro deverá agir de forma neutra entre as Partes e não será considerado como agindo em nome da Contratante.
- (b) O Engenheiro deverá consultar as Partes conjunta e/ou separadamente e deverá incentivar a discussão entre as Partes em um esforço para alcançar um acordo. O Engenheiro deverá iniciar tal consulta prontamente, de modo a permitir tempo adequado para cumprir os prazos estabelecidos na Subcláusula 3.5(f). Salvo proposta em contrário pelo Engenheiro e aceitação pelas Partes, o Engenheiro deverá fornecer às Partes um registro da consulta.
- (c) Se o acordo for alcançado dentro do prazo para acordo, conforme previsto na Subcláusula 3.5(f), o Engenheiro deverá emitir uma Notificação às Partes sobre o acordo.
- (d) Se nenhum acordo for alcançado dentro do prazo para acordo, conforme previsto na Subcláusula 3.5(f), o Engenheiro deverá emitir uma Notificação às Partes nesse sentido e deverá imediatamente proceder conforme especificado na Subcláusula 3.5(e).
- (e) O Engenheiro deverá fazer uma determinação justa do assunto ou Reivindicação, de acordo com o Contrato, levando em devida consideração todas as circunstâncias relevantes, dentro do prazo para determinação de acordo com a Subcláusula 3.5 (f). O Engenheiro deverá emitir uma Notificação às Partes sobre a determinação. Esta Notificação deve declarar que é uma "Notificação da Determinação do Engenheiro", e deve descrever a determinação em detalhes com motivos e informações de suporte.
- (f) Aplicam-se os seguintes prazos para acordo e determinação:
 - (i) O Engenheiro deverá emitir a Notificação de acordo, caso o acordo seja alcançado, dentro de vinte e oito (28) dias ou dentro de outro prazo que possa ser proposto pelo Engenheiro e acordado por ambas as Partes (o "prazo para acordo" nestas Condições); ou
 - (ii) O Engenheiro deverá emitir a Notificação de determinação dentro de quatorze (14) dias ou dentro de outro prazo que possa ser proposto pelo Engenheiro e acordado pelas Partes (o "prazo para determinação" nestas Condições), após a data correspondente à obrigação de proceder conforme as Subcláusulas 3.5(c) e 3.5(d).
- (g) Se o Engenheiro não emitir a Notificação de acordo ou determinação dentro do prazo limite relevante, o assunto será considerado como tendo sido rejeitado.
- (h) Cada acordo ou determinação será vinculativa para as Partes (e deverá ser cumprida pelo Engenheiro), a menos que e até que seja corrigida sob esta Subcláusula 3.5 ou, no caso de uma determinação, ela é revisada sob a Cláusula 20 [Reivindicações].
- (i) No caso de um acordo ou determinação, se qualquer erro de natureza tipográfica, de digitação ou aritmética for identificado por qualquer uma das Partes, o Engenheiro deverá ser notificado dentro de sete (7) dias, e o Engenheiro deverá emitir uma determinação corrigida.

- (j) Se qualquer uma das Partes estiver insatisfeita com uma determinação do Engenheiro, a Parte insatisfeita deverá emitir uma Notificação declarando sua insatisfação à outra Parte, com uma cópia para o Engenheiro, no prazo de vinte e oito (28) dias após o recebimento da "Notificação de Determinação do Engenheiro". Posteriormente, qualquer uma das Partes poderá prosseguir de acordo com a Subcláusula 21 [Resolução de Disputas].
- (k) Se a Parte insatisfeita estiver insatisfeita apenas com parte(s) da determinação do Engenheiro:
 - (i) essa(s) parte(s) deverá(ão) ser claramente identificada(s) na Notificação declarando a insatisfação;;
 - (ii) essa(s) parte(s), e quaisquer outras partes da determinação que sejam afetadas por essa(s) parte(s) ou que dependam dessa(s) parte(s) para sua completude, serão consideradas separáveis do restante da determinação; e
 - (iii) o restante da determinação tornar-se-á final e vinculativo para as Partes como se a Notificação de insatisfação não tivesse sido emitida.
- (l) Se nenhuma das Partes emitir uma Notificação declarando insatisfação dentro do período de vinte e oito (28) dias estabelecido na Subcláusula 3.5(j), a determinação do Engenheiro será considerada como aceita pelas Partes e será final e vinculativa para ambas.

4 A CONTRATADA

4.1 Obrigações Gerais da Contratada

- (a) A Contratada deverá projetar (na medida especificada no Contrato), executar, testar, comissionar e concluir as Obras, bem como remediar quaisquer defeitos nas Obras:
- (i) adequadamente e em conformidade com o Contrato e todas as Leis aplicáveis, de modo que, quando concluídas, as Obras sejam adequadas aos fins para os quais foram destinadas, de acordo com o Contrato;
 - (ii) exercendo o padrão de habilidade, cuidado e diligência que pode ser razoavelmente esperado de uma contratada devidamente qualificada, com experiência na execução de trabalhos semelhantes para projetos de tipo, natureza e complexidade similares às Obras;
 - (iii) agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria;
 - (iv) utilizando instalações devidamente equipadas e Materiais e Instalações novos, de boa qualidade e não perigosos, e, quando as qualidades dos Materiais, Instalações e mão de obra não forem especificadas, que sejam adequados aos fins para os quais são destinados;
 - (v) em conformidade com quaisquer requisitos relacionados ao acesso; e
 - (vi) de forma a garantir que a operação comercial das Obras seja plena, eficiente, econômica e segura, concluída com a mínima interrupção para manutenção ou reparo.
- (b) A Contratada deverá fornecer a Instalação (e peças de reposição, se houver) e os Documentos da Contratada especificados no Contrato, bem como todo o Pessoal da Contratada, Bens, consumíveis e demais itens e serviços, sejam eles de natureza temporária ou permanente, necessários para cumprir com as obrigações da Contratada nos termos do Contrato.
- (c) A Contratada será responsável por todos os aspectos da gestão e supervisão do Local, pela adequação, estabilidade e segurança de todas as operações no Local e pelos métodos de construção utilizados na execução das Obras. Exceto na medida especificada no Contrato, a Contratada deverá:
- (i) ser responsável por todos os Documentos da Contratada, Obras Temporárias e pelo projeto de cada item de Instalação e Materiais necessário para que o item esteja em conformidade com o Contrato; e
 - (ii) não ser responsável pelo projeto, desenhos ou especificações das Obras Permanentes (fornecidos pela Contratante).
- (d) A Contratada deverá, antes do início de qualquer parte das Obras, submeter ao Engenheiro os detalhes dos arranjos e métodos que pretende adotar para a execução das Obras. Nenhuma alteração significativa a esses arranjos e métodos deverá ser realizada sem que tenha sido previamente notificada por escrito ao

Engenheiro, exceto em caso de emergência ou quando a Contratada considerar, de forma razoável, que há risco de dano ou lesão às Obras ou a qualquer pessoa. Nesse caso, a notificação da alteração deverá ser emitida dentro de quarenta e oito (48) horas.

- (e) Nada no Contrato deve ser interpretado como autorização para que a Contratada realize qualquer alteração unilateral na execução das Obras, no Preço do Contrato e/ou no próprio Contrato, sem a aprovação prévia por escrito do Engenheiro ou da Contratante, conforme aplicável.
- (f) Caso o Contrato especifique ou o Engenheiro emita uma instrução de acordo com a Subcláusula 3.3 [Instruções do Engenheiro], exigindo que a Contratada projete qualquer Seção ou parte das Obras, então, salvo disposição em contrário no Contrato:
 - (i) a Contratada deverá submeter ao Engenheiro os Documentos da Contratada para essa Seção ou parte das Obras, em conformidade com o Contrato, com os procedimentos especificados nas Subcláusulas 4.1(g), (h) e (i) e na Especificação;
 - (ii) esses Documentos da Contratada deverão estar de acordo com a Especificação e os Desenhos fornecidos, e deverão incluir informações adicionais exigidas pelo Engenheiro para a coordenação dos projetos de cada Parte;
 - (iii) a Contratada será responsável pelo projeto e construção dessas Seções ou partes das Obras, que, quando concluídas, deverão ser adequadas para os fins a que se destinam, conforme especificado no Contrato; e
 - (iv) antes do início dos Testes na Conclusão, a Contratada deverá submeter ao Engenheiro os Documentos da Contratada, os documentos "as-built" e os manuais de operação e manutenção, em conformidade com a Especificação e/ou as instruções do Engenheiro, com detalhes suficientes para que a Contratante possa operar, manter, desmontar, remontar, ajustar e reparar essa Seção ou parte das Obras. Essas Seções ou partes das Obras não serão consideradas concluídas para os fins de serem consideradas Completas sob a Subcláusula 10.1 [Recebimento] até que esses documentos e manuais tenham sido submetidos ao Engenheiro.
- (g) Ao preparar os Documentos da Contratada, em conformidade com a Subcláusula 4.1(f), a Contratada deverá:
 - (i) entregar ao Engenheiro, para Revisão, quatro (4) cópias dos Documentos da Contratada nas datas, ou dentro dos prazos, estabelecidos no Contrato ou conforme acordado por escrito entre as Partes ou com o Engenheiro;
 - (ii) entregar ao Engenheiro, para Revisão, quaisquer alterações propostas aos Documentos da Contratada existentes; e

- (iii) permitir um prazo de vinte e oito (28) dias para que o Engenheiro conclua uma Revisão e comente os Documentos da Contratada ou os Documentos da Contratada alterados, conforme o caso.
- (h) Se o Engenheiro emitir uma Notificação à Contratada, dentro do prazo permitido para Revisão, informando que os Documentos da Contratada, ou quaisquer Documentos da Contratada alterados, não são aceitáveis ou não estão em conformidade com o Contrato, a Contratada deverá alterar tais Documentos da Contratada para que fiquem em conformidade com o Contrato e submeter prontamente os Documentos da Contratada alterados ao Engenheiro para Revisão, permitindo um prazo de vinte e oito (28) dias para que o Engenheiro conclua a Revisão.

- (i) Qualquer alteração que a Contratada proponha aos Documentos da Contratada deverá ser prontamente submetida ao Engenheiro, com detalhes de:

- (i) a alteração proposta; e
- (ii) as razões para a alteração proposta;

junto com qualquer outra informação e documentação de suporte que o Engenheiro razoavelmente exija. Caso a Contratada proponha uma alteração aos Documentos da Contratada que já tenha sido submetida anteriormente sob a Subcláusula 4.1(h), deverá reapresentar a alteração proposta em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Subcláusula 4.1(g).

- (j) Para evitar dúvidas, qualquer Revisão ou aprovação de, ou qualquer comentário sobre, quaisquer Documentos da Contratada pelo Engenheiro, ou em nome deste, em conformidade com o Contrato, destina-se exclusivamente a monitorar o desempenho das obrigações da Contratada durante a execução das Obras. Nenhuma aprovação, comentário ou Revisão, ou ato semelhante (incluindo a ausência de desaprovação, comentário ou Revisão) pelo Engenheiro, ou em nome deste, isentará a Contratada de quaisquer de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato, incluindo responsabilidade por erros, omissões, discrepâncias, defeitos e não conformidades nos Documentos da Contratada. A falta de desaprovação de quaisquer Documentos da Contratada não constituirá aprovação e, portanto, não prejudicará o direito do Engenheiro de rejeitar os Documentos da Contratada sob esta Subcláusula 4.1 ou de outra forma sob o Contrato.

- (k) Na medida em que a Contratada seja obrigada a projetar qualquer Seção ou parte das Obras, conforme a Subcláusula 4.1(f) ou de outra forma nos termos do Contrato, a Contratada deverá:

- (i) projetar as Obras de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, as Legislações e as exigências de todas as Autoridades relevantes;
- (ii) garantir que tal projeto seja preparado por projetistas devidamente qualificados e experientes, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria, as Leis e os requisitos de todas as Autoridades relevantes, e que também atendam aos critérios adicionais (se houver) estabelecidos na Especificação;
- (iii) se solicitado pelo Engenheiro, no prazo de sete (7) dias, submeter ao Engenheiro, para consentimento, os nomes e detalhes de cada membro da equipe de projeto da Contratada, incluindo informações sobre as qualificações profissionais e experiência de cada membro; e
- (iv) garantir que o projeto de qualquer Seção ou parte das Obras:
 - seja adequado para os fins a que a Seção ou parte das Obras se destina, conforme especificado no Contrato;
 - esteja em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria;
 - esteja em conformidade com todas as Leis e requisitos de todas as Autoridades relevantes; e
 - cumpra os requisitos de projeto da Contratante para outras Seções ou partes das Obras.

- (l) A Contratada garante que, ao realizar o projeto (na medida exigida pelo Contrato) e executar as Obras, não especificou e não especificará para uso, nem permitirá o uso de quaisquer materiais que, no momento em que as Obras estão sendo realizadas, sejam geralmente aceitos ou razoavelmente suspeitos de serem Materiais Proibidos. Além disso, deverá, quando solicitado, emitir à Contratante, e a outras pessoas que a Contratante possa indicar, um certificado confirmando que nenhum desses materiais foi especificado para uso ou permitido para uso.

4.1 Garantia de Execução

- (a) Salvo disposição em contrário nas Condições Particulares ou no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], a Contratada deverá obter e manter (às suas custas) uma Garantia de Execução incondicional e irrevogável no montante e na moeda especificados no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], para garantir o cumprimento adequado das obrigações da Contratada nos termos do Contrato. A Contratada deverá entregar a Garantia de Execução à Contratante dentro de quatorze (14) dias após a Data de Vigência do Contrato e deverá enviar uma cópia ao Engenheiro.
- (b) A Garantia de Execução deverá ser emitida por um banco ou instituição financeira de renome e devidamente credenciado, aprovado pela Contratante, e deverá estar baseada nos termos e no formato estabelecidos no Anexo 5.2 [Modelo de Garantia de Execução].
- (c) Apesar de qualquer outra disposição do Contrato, o cumprimento da Subcláusula 4.2(a) é uma condição precedente ao direito da Contratada de receber qualquer pagamento da Contratante nos termos do Contrato, exceto o pagamento antecipado conforme a Subcláusula 14.2 [Pagamento Antecipado]. Nenhum pagamento (exceto o pagamento antecipado) será devido ou pagável até que a Subcláusula 4.2(a) seja cumprida.
- (d) Se, a qualquer momento, o Preço do Contrato for alterado em mais de dez (10) por cento, seja por um aumento ou múltiplos aumentos como resultado de Variações aprovadas, ou se a Contratada remover Instalações ou Obras para reparo, conforme a Subcláusula 11.5 [Remoção de Obras Defeituosas], a Contratada deverá fornecer uma Garantia de Execução adicional.
- (e) Salvo especificação em contrário no Contrato, a Contratada deverá entregar a Garantia de Execução adicional, conforme estabelecido na Subcláusula 4.2(d), à Contratante dentro de quatorze (14) dias após qualquer aumento aprovado no Preço do Contrato, conforme descrito na Subcláusula 4.2(d), ou conforme aplicável de acordo com a Subcláusula 11.5 [Remoção de Obras Defeituosas], e deverá enviar uma cópia ao Engenheiro.
- (f) Todas as taxas, impostos e despesas associadas à obtenção, preparação, conclusão, extensão, substituição e registro (se aplicável) de qualquer Garantia de Execução deverão ser arcadas pela Contratada.
- (g) Se a Contratada for uma subsidiária de outra corporação, a Contratada deverá, se solicitado pela Contratante a seu exclusivo critério, providenciar para que sua empresa matriz final ou qualquer outra empresa matriz (conforme a Contratante possa aprovar a seu exclusivo critério) forneça uma garantia da empresa matriz em um formato aprovado.
- (h) Quando a Contratada for composta por um consórcio de duas (2) ou mais entidades, todas deverão assegurar que suas respectivas empresas matrizes finais (ou outra empresa matriz ou empresas matrizes aprovadas pela Contratante a seu

exclusivo critério) forneçam uma garantia solidária da empresa matriz em conformidade com a Subcláusula 4.2(g).

- (i) A Contratada deverá, se solicitado pela Contratante a seu exclusivo critério, entregar também à Contratante uma opinião legal em relação às obrigações do garantidor sob a garantia da empresa matriz fornecida de acordo com a Subcláusula 4.2(g) ou (h), conforme aplicável, emitida por um consultor jurídico aprovado pela Contratante.
- (j) A Contratada deverá, se solicitado pela Contratante a seu exclusivo critério, fornecer à Contratante informações financeiras ou outras informações que a Contratante possa exigir para assegurar-se de que a empresa matriz é uma entidade apropriada, com meios suficientes para cumprir a garantia da empresa matriz.
- (k) A Contratada deverá garantir que a Garantia de Execução permaneça válida e exequível até a emissão do Certificado de Conclusão Final e até que a Contratada tenha cumprido com a Subcláusula 11.11 [Desocupação do Local] ou, caso surja uma disputa nos termos do Contrato, até a determinação final dessa disputa, o que ocorrer por último. Se os termos da Garantia de Execução especificarem uma data de expiração e a Contratada ainda não tiver direito a receber o Certificado de Conclusão Final até vinte e oito (28) dias antes da data de expiração, a Contratada deverá prorrogar a validade da Garantia de Execução até que o Certificado de Conclusão Final seja emitido, a Contratada tenha cumprido com a Subcláusula 11.11 [Desocupação do Local] e a disputa seja resolvida.
- (l) A Contratante não fará uma Reivindicação sob a Garantia de Execução, exceto por valores aos quais a Contratante tem direito nos termos do Contrato, nos seguintes casos:
 - (i) falha da Contratada em prorrogar a validade da Garantia de Execução conforme descrito na Subcláusula 4.2(k), caso em que a Contratante poderá reivindicar o valor total da Garantia de Execução;
 - (ii) falha da Contratada em pagar à Contratante um valor devido, conforme acordado ou determinado nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] ou conforme acordado ou decidido nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas], dentro de quarenta e dois (42) dias após a data do acordo, determinação, decisão ou resolução da disputa;
 - (iii) falha da Contratada em corrigir uma inadimplência indicada em uma Notificação emitida nos termos da Subcláusula 15.1 [Notificação para Correção], dentro de quarenta e dois (42) dias ou outro prazo (se houver) indicado na Notificação;
 - (iv) circunstâncias que autorizem a Contratante a rescindir o Contrato nos termos da Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], independentemente de uma Notificação de rescisão ter sido emitida; ou
 - (v) caso, nos termos da Subcláusula 11.5 [Remoção de Obras Defeituosas], a Contratada remova qualquer Instalação defeituosa ou danificada do Local, falha da Contratada em reparar tal Instalação, devolvê-la ao Local, reinstalá-la e testá-la novamente até a data de expiração do prazo relevante indicado na Notificação da Contratada (ou outra data acordada pela Contratante).
- (m) Qualquer valor recebido pela Contratante sob a Garantia de Execução será levado em consideração:
 - (i) no Certificado de Pagamento Final, conforme a Subcláusula 14.13 [Emissão

do Certificado de Pagamento Final]; ou

- (ii) caso o Contrato seja rescindido, no pagamento devido à Contratada conforme a Subcláusula 15.4 [Pagamento após Rescisão pela Contratante] ou Subcláusula 16.4 [Pagamento após Rescisão pela Contratada].

4.3 Representante da Contratada

- (a) O Representante da Contratada está nomeado e identificado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato] e deverá receber toda a autoridade necessária para agir em nome da Contratada nos termos do Contrato, exceto para substituir o Representante da Contratada.
- (b) A menos que o Representante da Contratada esteja nomeado no Contrato, a Contratada deverá, antes da Data de Início, submeter ao Engenheiro, para consentimento, o nome e as informações da pessoa que a Contratada propõe nomear como Representante da Contratada. Se o consentimento for negado ou posteriormente revogado, ou se a pessoa nomeada deixar de atuar como Representante da Contratada, a Contratada deverá, da mesma forma, submeter o nome e as informações de outro substituto adequado para tal nomeação. Se o Engenheiro não responder dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento desta submissão, emitindo uma Notificação à Contratada objetando à pessoa ou substituto proposto, o Engenheiro será considerado como tendo dado seu consentimento.
- (c) O Representante da Contratada deverá ser qualificado, experiente e competente nas principais disciplinas de engenharia aplicáveis às Obras e fluente no idioma para comunicações definido na Subcláusula 1.4 [Idioma].
- (d) A Contratada não deverá, sem o consentimento prévio por escrito do Engenheiro, revogar a nomeação do Representante da Contratada ou nomear um substituto.
- (e) Se o Representante da Contratada precisar estar ausente temporariamente durante a execução das Obras, falecer ou ficar incapaz de atuar em razão de doença, incapacidade ou renúncia, uma pessoa substituta adequada deverá ser nomeada, sujeita à notificação ao Engenheiro e à obtenção do consentimento prévio por escrito do Engenheiro para essa substituição.
- (f) O Representante da Contratada deverá agir em nome e por conta da Contratada em todos os momentos durante o desempenho das obrigações previstas no Contrato, incluindo a emissão e o recebimento de todas as Notificações e outras comunicações sob a Subcláusula 1.3 [Notificações e Outras Comunicações], bem como o recebimento de instruções sob a Subcláusula 3.3 [Instruções do Engenheiro].
- (g) Sujeito à Subcláusula 4.3(f), o Representante da Contratada poderá delegar quaisquer poderes, funções e autoridade a qualquer pessoa competente, que deverá ser fluente no idioma definido na Subcláusula 1.4 [Idioma], podendo revogar tal delegação a qualquer momento. Qualquer delegação ou revogação dos poderes, funções e autoridade da Contratada não terá efeito até que o Engenheiro tenha recebido uma notificação prévia assinada pelo Representante da Contratada, indicando a pessoa e especificando os poderes, funções e autoridade que estão sendo delegados ou revogados.
- (h) O Representante da Contratada pode delegar quaisquer poderes, funções e autoridade, exceto:

- (i) a autoridade para emitir e receber Notificações e outras comunicações nos termos da Subcláusula 1.3 [Notificações e Outras Comunicações]; e
 - (ii) a autoridade para receber instruções nos termos da Subcláusula 3.3 [Instruções do Engenheiro].
- (i) O Representante da Contratada deverá estar baseado no Local durante todo o período em que as Obras estiverem sendo executadas no Local.

4.4 Treinamento

- (a) Se o treinamento do Pessoal da Contratante ou designados e/ou de outros profissionais identificados pela Contratada estiver especificado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], esta Subcláusula 4.4 será aplicável.
- (b) A Contratada deverá realizar o treinamento do Pessoal da Contratante ou designados e/ou outros profissionais identificados na operação e manutenção das Obras, bem como em quaisquer outros aspectos das Obras, na extensão e nos prazos indicados na Especificação. A Contratada deverá fornecer instrutores qualificados e experientes, instalações de treinamento e todo o material de treinamento necessário, conforme indicado na Especificação (ou, se não indicado, conforme aceitável para a Contratante).
- (c) Se o treinamento precisar ser realizado antes do recebimento das Obras, as Obras não serão consideradas Concluídas para os fins de recebimento sob a Cláusula 10 [Recebimento pela Contratante] até que este treinamento seja concluído em conformidade com a Especificação.

4.5 Cooperação

- (a) A Contratada deve permitir oportunidades para a realização dos trabalhos para:
 - (i) o Pessoal da Contratante (e sua respectiva mão de obra, empregados e agentes);
 - (ii) quaisquer outros contratados ou consultores; e/ou
 - (iii) o pessoal de qualquer Autoridade;que estejam envolvidos na execução de trabalhos no Local ou nas proximidades, não incluídos no Contrato, e a Contratada deverá coordenar a execução das Obras com as atividades de tais outras partes.
- (b) Os serviços para esse pessoal e outros contratados serão de responsabilidade da Contratada e poderão incluir o uso dos Equipamentos da Contratada, Obras Temporárias ou arranjos de acesso, conforme acordado com a Contratada ou instruído pelo Engenheiro.
- (c) Sujeito à Subcláusula 4.5(d), a Contratada será responsável por suas atividades de construção no Local e pela coordenação e interface da execução das Obras com as atividades e/ou trabalhos das partes listadas na Subcláusula 4.5(a).
- (d) No caso de a Contratada e as pessoas ou entidades listadas na Subcláusula 4.5(a) não conseguirem, por todos os meios razoáveis, chegar a um acordo sobre a coordenação dessas atividades e/ou trabalhos, o Engenheiro terá o direito de

instruir a Contratada quanto à coordenação de tais atividades, de acordo com a Subcláusula 3.3 [Instruções do Engenheiro].

- (e) Não obstante qualquer outra disposição do Contrato, a Contratada não terá direito a uma EDP (Extensão do Prazo) ou a qualquer aumento no Preço do Contrato pela cooperação com as partes listadas na Subcláusula 4.5(a), pela coordenação e interface de suas atividades e a execução das Obras com as atividades e/ou trabalhos dessas partes, ou de outra forma em relação às obrigações da Contratada sob esta Subcláusula 4.5, exceto na medida em que a cooperação, coordenação e interface não fossem Previsíveis.
- (f) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custos como resultado de um evento Imprevisível relacionado à cooperação, coordenação ou interface com as partes listadas na Subcláusula 4.5(a), e a Contratada não puder, de forma razoável, ter evitado tal atraso e/ou Custo, então a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP (Extensão do Prazo) por qualquer atraso dessa natureza, se a conclusão estiver ou for ser atrasada, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo desse tipo, acrescido de Lucro, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (g) Após receber a Notificação conforme a Subcláusula 4.5(f), o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] e a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar:
 - (i) se, e em que medida, o atraso e/ou Custo foi causado por um evento Imprevisível e não poderia razoavelmente ter sido evitado; e
 - (ii) os assuntos descritos nas Subcláusulas 4.5(f)(i) e 4.5(f)(ii) relacionados a essa extensão.

4.6 Locação

- (a) A Contratada deverá realizar a locação das Obras em relação aos pontos, linhas e níveis de referência originais especificados no Contrato ou notificados pelo Engenheiro. A Contratada será responsável pelo posicionamento correto de todas as partes das Obras, incluindo a verificação da precisão de todos esses itens de referência antes de realizar a locação das Obras, e deverá notificar o Engenheiro o mais breve possível sobre qualquer erro. A Contratada deverá corrigir qualquer erro nas posições, níveis, dimensões ou alinhamentos das Obras e será responsável pelo posicionamento correto.
- (b) Sujeito à Subcláusula 4.6(d), se, antes de realizar a locação das Obras, a Contratada confirmar, de forma satisfatória para o Engenheiro, que há um erro nos pontos, linhas e níveis de referência originais especificados no Contrato ou notificados pelo Engenheiro, e a Contratada posteriormente sofrer atraso e/ou incorrer em Custos ao executar trabalhos necessários devido a um erro Imprevisível nesses itens de referência, que a Contratada não poderia razoavelmente ter evitado, então a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:

- (i) uma EDP (Extensão do Prazo) por qualquer atraso dessa natureza, se a conclusão estiver ou for ser atrasada, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo desse tipo, acrescido de Lucro, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (c) Após receber a Notificação da Contratada conforme a Subcláusula 4.6(b), o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] e a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar:
- (i) se, e em que medida, o atraso e/ou Custo foi causado por um erro Imprevisível nesses itens de referência e não poderia razoavelmente ter sido evitado; e
 - (ii) os assuntos descritos nas Subcláusulas 4.6(b)(i) e 4.6(b)(ii) relacionados a essa extensão.
- (d) Para evitar dúvidas, a Contratada não terá direito a uma EDP (Extensão do Prazo) ou a qualquer aumento no Preço do Contrato decorrente ou relacionado a erros nos pontos, linhas e níveis de referência originais especificados no Contrato ou notificados pelo Engenheiro, que sejam descobertos após a Contratada ter iniciado a locação da parte correspondente das Obras.

4.7 Procedimentos de Saúde e Segurança

- (a) Dentro de vinte e um (21) dias a partir da Data de Início e antes de iniciar qualquer atividade de construção no Local, a Contratada deverá submeter ao Engenheiro o Plano de Gerenciamento de Saúde e Segurança, especificamente preparado para as Obras, o Local e outros lugares (se houver) onde a Contratada pretende executar as Obras. Posteriormente, sempre que o plano for atualizado ou revisado, uma cópia deverá ser prontamente submetida ao Engenheiro.
- (b) A Contratada deverá, durante toda a execução das Obras:
- (i) cumprir com todos os regulamentos de saúde e segurança aplicáveis das Autoridades relevantes, bem como com as políticas, diretrizes, procedimentos e requisitos de saúde e segurança especificados na Especificação, até a emissão do Certificado de Conclusão Final;
 - (ii) implementar e cumprir um sistema de saúde e segurança que, no mínimo, atenda à Subcláusula 4.7(b)(i) e a quaisquer requisitos que o Engenheiro notificar à Contratada periodicamente;
 - (iii) submeter ao Engenheiro, para informação, todos os procedimentos e documentos de conformidade especificados no Contrato e na Especificação antes de cada etapa de projeto (se houver) e execução das Obras, incluindo declarações de métodos de trabalho seguros, avaliações de risco, registros que demonstrem que o pessoal foi informado sobre as avaliações de risco, controles críticos e outras informações que os ajudem a lidar com os principais riscos de saúde e segurança;
 - (iv) ser responsável pela saúde e segurança de todas as pessoas com direito a estar no Local;

- (v) envidar esforços razoáveis para manter o Local e as Obras livres de obstruções desnecessárias, de modo a evitar perigos para as pessoas;
 - (vi) fornecer cercas, iluminação, guarda e vigilância das Obras até o recebimento das mesmas, conforme a Cláusula 10 [Recebimento pela Contratante], e enquanto quaisquer trabalhos pendentes e/ou a correção de defeitos estiverem em andamento;
 - (vii) fornecer quaisquer Obras Temporárias (incluindo estradas, passarelas, barreiras e cercas) que possam ser necessárias, devido à execução das Obras, para o uso e proteção do público, bem como de proprietários e ocupantes de terrenos adjacentes; e
 - (viii) fornecer ao Engenheiro acesso razoável aos registros e instalações da Contratada, tanto no Local quanto fora dele, para permitir que o Engenheiro avalie a conformidade da Contratada com esta Subcláusula 4.7
- (c) No caso de qualquer surto de doença de natureza epidêmica, a Contratada deverá cumprir e executar os regulamentos, ordens e exigências que possam ser emitidos pelas Autoridades relevantes ou pelas autoridades médicas ou sanitárias locais com o objetivo de lidar com ou superar a epidemia.
 - (d) Não obstante qualquer outro direito ou recurso que a Contratante possa ter, a Contratada concorda que, no caso de falha em cumprir com suas obrigações de saúde e segurança, conforme estabelecido no Contrato, o Engenheiro poderá emitir uma Notificação de Melhoria de Saúde e Segurança à Contratada. Esta Notificação será emitida nos termos da Subcláusula 15.1 [Notificação para Correção]. Nesse caso, a Contratada será responsável por implementar quaisquer medidas corretivas exigidas para cumprir com a Notificação de Melhoria de Saúde e Segurança, conforme instruído pelo Engenheiro na Notificação, às suas próprias custas.
 - (e) De acordo com uma Notificação para Correção, no caso de violação de uma Notificação de Melhoria de Saúde e Segurança pela Contratada, a Contratante terá o direito de rescindir o Contrato nos termos da Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante].
 - (f) Além disso, o Engenheiro terá o direito de suspender todas ou parte das Obras enquanto a Contratada permanecer em violação de suas obrigações de saúde e segurança e até que tenha tomado as medidas corretivas necessárias, às suas próprias custas, conforme instruído pelo Engenheiro e para sua satisfação. Para evitar dúvidas, no caso de tal suspensão, a Contratada não terá direito a uma EDP (Extensão do Prazo) ou a qualquer aumento no Preço do Contrato, em conformidade com a Subcláusula 8.9 [Consequências da Suspensão pela Contratante].
 - (g) Em caso de risco iminente no Local, não obstante qualquer outra disposição do Contrato, o Pessoal da Contratante terá o direito de suspender imediatamente todas ou parte das Obras, emitindo instruções verbais, conforme apropriado. O Engenheiro deverá ser informado o mais rápido possível e deverá avaliar a situação e instruir a Contratada sobre quaisquer medidas corretivas que possam ser necessárias antes que as Obras possam ser retomadas. O Engenheiro confirmará, por escrito, a suspensão e as medidas corretivas no prazo máximo de quarenta e oito (48) horas após ser informado da suspensão.
 - (h) A Contratante poderá instruir a Contratada a rescindir o contrato com o Subcontratado e/ou Subcontratado Nomeado em caso de violação das obrigações

de saúde e segurança por parte do Subcontratado e/ou Subcontratado Nomeado, que, na opinião do Engenheiro, seja grave ou repetida.

- (i) No caso de qualquer incidente relacionado à saúde e segurança que possa ocorrer durante a execução das Obras, o Representante da Contratada deverá, o mais rápido possível e no prazo máximo de vinte e quatro (24) horas após o incidente, submeter ao Engenheiro um relatório detalhando o ocorrido.
- (j) Não obstante qualquer outro direito ou recurso que a Contratante possa ter, a Contratada concorda que, no caso de falha em cumprir os requisitos referidos nesta Subcláusula 4.7, deverá pagar e indenizar a Contratante por quaisquer multas monetárias e custos de remediação especificados na Especificação ou impostos por qualquer Autoridade relevante, bem como por quaisquer outras perdas e danos incorridos pela Contratante.

4.8 Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade

- (a) A Contratada deverá preparar e implementar (e deverá assegurar que quaisquer Subcontratados e Subcontratados Nomeados implementem) um SGQ (Sistema de Gestão de Qualidade) para demonstrar conformidade com os requisitos do Contrato. O SGQ deverá ser especificamente preparado para as Obras e submetido ao Engenheiro dentro de vinte e oito (28) dias a partir da Data de Início. Posteriormente, sempre que o SGQ for atualizado ou revisado, uma cópia deverá ser prontamente submetida ao Engenheiro.
- (b) O SGQ deverá estar em conformidade com os detalhes indicados na Especificação (se houver) e incluirá os procedimentos da Contratada:
 - (i) para assegurar que todas as Notificações e outras comunicações sob a Subcláusula 1.3 [Notificações e Outras Comunicações], Documentos da Contratada, registros "as-built" (se aplicável), manuais de operação e manutenção (se aplicável) e registros contemporâneos possam ser rastreados, com total certeza, às Obras, Bens, trabalho, mão de obra ou teste aos quais se relacionam;
 - (ii) para assegurar a devida coordenação e gestão das interfaces entre as etapas de execução das Obras e entre os Subcontratados; e
 - (iii) para a submissão de Documentos da Contratada ao Engenheiro para Revisão.
- (c) O Engenheiro deverá completar uma Revisão do SGQ e emitir uma Notificação à Contratada indicando a extensão (se houver) em que o SGQ não está em conformidade com o Contrato, no prazo de vinte e um (21) dias após o recebimento. Dentro de quatorze (14) dias após receber esta Notificação, a Contratada deverá revisar o SGQ para corrigir tal não conformidade. Se o Engenheiro não emitir tal Notificação dentro de vinte e um (21) dias da data de submissão do SGQ, o Engenheiro será considerado como tendo aceitado o mesmo.
- (d) O Engenheiro poderá, a qualquer momento, emitir uma Notificação à Contratada indicando a extensão em que a Contratada não está implementando corretamente o SGQ em suas atividades no âmbito do Contrato. Após receber esta Notificação, a Contratada deverá corrigir imediatamente tal falha.
- (e) A Contratada deverá preparar e implementar um Sistema de Verificação de

Conformidade para demonstrar que o projeto (se houver), os Materiais, os materiais fornecidos pela Contratante (se houver), a Instalação, o trabalho e a mão de obra estão em total conformidade com o Contrato.

- (f) O Sistema de Verificação de Conformidade deverá estar em conformidade com os detalhes indicados na Especificação (se houver) e incluirá um método para relatar os resultados de todas as inspeções e testes realizados pela Contratada de acordo com o Plano de Testes.
- (g) A conformidade com o SGQ e/ou o Sistema de Verificação de Conformidade não isentará a Contratada de qualquer dever, obrigação ou responsabilidade sob ou em relação ao Contrato.

4.9 Uso dos Dados do Local

- (a) Na medida do que era viável (levando em consideração os custos e o tempo), a Contratada será considerada como tendo obtido, antes da Licitação, todas as informações necessárias sobre os riscos, contingências e outras circunstâncias que possam influenciar ou afetar a execução das Obras. Na mesma medida, a Contratada será considerada como tendo inspecionado e examinado o Local, o acesso ao Local, seus arredores, os Dados do Local e outras informações disponíveis, e como estando satisfeita, antes de submeter a Licitação, com relação a todos os assuntos relevantes, incluindo (sem limitação) as Condições do Local.

4.10 Suficiência do Valor Aceito do Contrato

- (a) A Contratada será considerada como estando satisfeita quanto à exatidão e suficiência do Valor Aceito do Contrato e de todas as taxas e preços unitários fixos inseridos no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas].
- (b) Salvo disposição em contrário no Contrato, o Valor Aceito do Contrato e todas as taxas e preços unitários fixos inseridos no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas] são fixos e cobrem todas as obrigações da Contratada (incluindo aquelas relacionadas a Quantias Provisórias, se houver) e tudo o que for necessário para a execução adequada, testes, comissionamento, conclusão, correção de quaisquer defeitos e projeto (se houver) das Obras em conformidade com o Contrato.

4.11 Condições Físicas Imprevisíveis

- (a) Nesta Subcláusula 4.11, "condições físicas" significa condições físicas naturais, obstruções físicas feitas pelo homem e outros poluentes físicos, que a Contratada encontre no Local ao executar as Obras, incluindo condições subsuperficiais e hidrológicas, mas excluindo condições climáticas.
- (b) Se a Contratada encontrar condições físicas adversas que considere serem Imprevisíveis, ao exercer as Melhores Práticas da Indústria, a Contratada deverá emitir uma Notificação ao Engenheiro assim que possível, e não mais tarde que catorze (14) dias após encontrar tais condições.
- (c) A Notificação emitida nos termos da Subcláusula 4.11(b) deverá:
- (i) descrever as condições físicas em detalhes suficientes, conforme exigido pelo Engenheiro, para que essas condições possam ser inspecionadas pelo Engenheiro;
 - (ii) expor as razões pelas quais a Contratada considera que as condições físicas são Imprevisíveis; e
 - (iii) descrever de que maneira as condições físicas terão um efeito adverso no progresso e/ou aumentarão os Custos da execução das Obras.
- (d) O Engenheiro deverá inspecionar e investigar as condições físicas dentro de sete (7) dias, ou por um período maior acordado com a Contratada, após receber a Notificação da Contratada nos termos da Subcláusula 4.11(b).

- (e) A Contratada deverá continuar executando as Obras, utilizando todas as medidas razoáveis apropriadas às condições físicas, permitindo que o Engenheiro as inspecione e investigue.
- (f) A Contratada deverá cumprir com quaisquer instruções razoáveis que o Engenheiro possa fornecer para lidar com as condições físicas.
- (g) Após receber a Notificação nos termos da Subcláusula 4.11(c) e inspecionar e/ou investigar essas condições físicas, o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar se, e em que medida, essas condições físicas eram Imprevisíveis.
- (h) Se, e na medida em que, a Contratada encontrar condições físicas que o Engenheiro determine serem Imprevisíveis, e sofrer atraso e/ou incorrer em Custos devido a essas condições, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP (Extensão do Prazo) por qualquer atraso dessa natureza, se a conclusão estiver ou for ser atrasada, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo desse tipo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (i) Antes que uma EDP ou qualquer atraso adicional, ou Custo adicional, seja finalmente acordado ou determinado nos termos da Subcláusula 4.11(h), o Engenheiro também deverá revisar se outras condições físicas em partes semelhantes das Obras (se houver) foram mais favoráveis do que poderiam razoavelmente ter sido previstas na Data Base. Se, e na medida em que, essas condições mais favoráveis tenham sido encontradas, o Engenheiro poderá levar em consideração as reduções nos Custos e uma redução em qualquer direito à EDP, que tenham sido devidas a essas condições, ao fazer sua avaliação nos termos da Subcláusula 4.11(h). O efeito líquido de todos os ajustes nos termos desta Subcláusula 4.11 não deverá resultar em uma redução líquida no Preço do Contrato ou no Prazo para Conclusão.
- (j) O Engenheiro deverá levar em consideração quaisquer evidências das condições físicas previstas pela Contratada antes da Data Base, que possam ser disponibilizadas pela Contratante ou pela Contratada.

4.12 Direitos de Passagem e Instalações

- (a) A Contratada deverá arcar com todos os custos e encargos relativos a direitos de passagem especiais e/ou temporários que possam ser necessários para executar e concluir as Obras, incluindo aqueles para acesso ao Local. A Contratada também deverá obter, por sua conta e risco, quaisquer instalações adicionais fora do Local que possa necessitar para a execução das Obras.

4.13 Evitar Interferências

- (a) A Contratada não deve interferir com:
 - (i) a conveniência do público; e/ou

- (ii) o acesso, o uso e a ocupação de todas as instalações, incluindo estradas, ferrovias e passarelas, independentemente de serem públicas ou estarem sob posse da Contratante ou de terceiros, exceto na medida necessária para as atividades previstas no Contrato.

4.14 Rota de Acesso

- (a) A Contratada será considerada como estando satisfeita quanto à adequação, segurança e disponibilidade das rotas de acesso ao Local (incluindo acesso marítimo e aéreo, se houver) e à acessibilidade dessas rotas para o Pessoal da Contratada. A Contratada deverá empregar seus melhores esforços, agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, para evitar que qualquer estrada, ferrovia, ponte ou acesso marítimo seja danificado pelo tráfego da Contratada ou pelo Pessoal da Contratada. Esses esforços incluirão o uso adequado de veículos apropriados (em conformidade com os limites legais de carga e largura, se houver, e outras restrições) e rotas. Se qualquer estrutura, superfície de estrada ou outra propriedade for danificada durante o acesso para a execução das Obras, a Contratada deverá reparar tal dano às suas próprias custas e sem qualquer direito a uma EDP (Extensão do Prazo).
- (b) Salvo disposição em contrário no Contrato:
 - (i) a Contratada será responsável por quaisquer reparos e manutenção necessários devido ao uso das rotas de acesso;
 - (ii) a Contratada será responsável por sua própria segurança necessária para o uso das rotas de acesso;
 - (iii) a Contratada deverá fornecer todas as placas ou indicações necessárias ao longo das rotas de acesso e deverá obter qualquer permissão exigida pelas autoridades relevantes para o uso das rotas, placas e indicações;
 - (iv) a Contratante não será responsável por quaisquer reivindicações de terceiros que possam surgir do uso ou não uso de qualquer rota de acesso;
 - (v) a Contratante não garante a adequação, segurança ou disponibilidade de rotas de acesso específicas; e
 - (vi) todos os Custos devido à inadequação ou indisponibilidade das rotas de acesso necessárias para o uso da Contratada serão arcados pela própria Contratada.
- (c) Se qualquer terreno fora do Local, que seja propriedade da Contratante ou esteja sob seu controle, for disponibilizado para a Contratada, ele deverá ser utilizado estritamente de acordo com as instruções da Contratante. A Contratada deverá observar todos os acordos firmados pela Contratante e informados à Contratada com qualquer pessoa ou pessoas relacionadas ao acesso a tal terreno e propriedades, desde que o cumprimento de tais acordos não isente a Contratada de suas obrigações sob esta Subcláusula 4.14. A Contratante fornecerá cópias de quaisquer acordos relacionados a tal terreno ou propriedades.
- (d) Na medida em que a inadequação ou indisponibilidade de uma rota de acesso surgir como resultado de mudanças Imprevisíveis nessa rota pela Contratante ou por terceiros após a Data Base, e como resultado disso a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custos, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma EDP (Extensão do Prazo) e/ou ao pagamento de tais Custos.

4.15 Transporte de Bens

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada deverá:
 - (i) notificar o Engenheiro com antecedência mínima de vinte e um (21) dias sobre a data em que qualquer Instalação ou item importante de outros Bens será entregue ao Local;
 - (ii) ser responsável pelo empacotamento, carregamento, transporte, recebimento, descarregamento, armazenamento e proteção de todos os Bens e outros itens necessários para as Obras; e
 - (iii) ser responsável pelo desembaraço aduaneiro, permissões, taxas e encargos relacionados à importação, transporte e manuseio de todos os Bens, incluindo todas as obrigações necessárias para sua entrega ao Local.

4.16 Equipamento da Contratada

- (a) A Contratada será responsável por e deverá manter registros de todos os Equipamentos da Contratada no Local. Quando trazidos para o Local, os Equipamentos da Contratada serão considerados como exclusivamente destinados à execução das Obras e deverão cumprir qualquer procedimento de aceitação estabelecido pela Contratante ou conforme indicado na Especificação. A Contratada não deverá remover do Local quaisquer itens importantes dos Equipamentos da Contratada sem o consentimento prévio por escrito do Engenheiro. Não será necessário consentimento para veículos transportando Bens ou Pessoal da Contratada para fora do Local.
- (b) Além de qualquer Notificação fornecida nos termos da Subcláusula 4.15 [Transporte de Bens], a Contratada deverá notificar o Engenheiro sobre a data em que qualquer item importante dos Equipamentos da Contratada foi entregue ao Local. Essa Notificação deverá ser fornecida no prazo de sete (7) dias após a data de entrega, identificar se o item dos Equipamentos da Contratada é de propriedade da Contratada, de um Subcontratado ou de outra pessoa, e, caso seja alugado ou arrendado, deverá identificar a entidade de aluguel ou arrendamento.

4.17 Social e Meio Ambiente

- (a) Dentro de vinte e um (21) dias a partir da Data de Início e antes de iniciar qualquer construção no Local, a Contratada deverá submeter ao Engenheiro o Plano de Gestão Social e Ambiental, especificamente preparado para as Obras, o Local e outros lugares (se houver) onde a Contratada pretenda executar as Obras.
- (b) A Contratada deverá, em todos os momentos:
 - (i) cumprir suas obrigações no âmbito do Contrato de maneira social e ambientalmente responsável, assegurando que todas as precauções necessárias sejam tomadas para prevenir impactos negativos ao meio ambiente e às comunidades, em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria (tanto no Local quanto fora dele);

- (ii) limitar danos e incômodos a pessoas e propriedades resultantes de poluição, ruído e outros impactos de suas operações. No caso de haver danos ou incômodos, a Contratada deverá tomar medidas de mitigação e reparação às suas próprias custas;
 - (iii) cumprir as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos especificados na Especificação, bem como as políticas, diretrizes, normas, procedimentos e requisitos de todas as Autoridades relevantes relacionados à proteção do meio ambiente; e
 - (iv) assegurar que as emissões, descargas de superfície, efluentes e quaisquer outros poluentes das atividades da Contratada não excedam os valores indicados no Contrato ou conforme prescrito pelas Leis.
- (c) Não obstante qualquer outro direito ou recurso que a Contratante possa ter, a Contratada concorda que, no caso de falha em cumprir os requisitos referidos na Subcláusula 4.17(b), deverá pagar e indenizar a Contratante por quaisquer multas monetárias e custos de remediação especificados na Especificação ou impostos por qualquer Autoridade relevante, bem como por quaisquer outras perdas e danos incorridos pela Contratante.

4.18 Eletricidade, Água e Gás

- (a) A Contratada será responsável pelo fornecimento de toda a energia, água e outros serviços públicos (incluindo eletricidade, gás e telecomunicações) e serviços que possa necessitar para a execução das Obras.
- (b) As Subcláusulas 4.18(b) e (c) somente se aplicarão se, conforme indicado na Especificação, a Contratante for responsável pelo fornecimento de serviços para uso da Contratada. A Contratada deverá, com a aprovação prévia por escrito do Engenheiro, utilizar, para os fins da execução das Obras, os suprimentos de eletricidade, água, gás e outros serviços que possam estar disponíveis no Local (se houver), cujos detalhes e preços estão especificados na Especificação. A Contratada deverá, por sua conta e risco, fornecer quaisquer aparelhos e conexões necessários para o uso desses serviços e para medir as quantidades consumidas.
- (c) As quantidades consumidas e os valores devidos (aos preços indicados) por tais serviços deverão ser acordados ou determinados pelo Engenheiro. As quantidades consumidas (se houver) durante cada período de pagamento deverão ser medidas pela Contratada, e o valor a ser pago pela Contratada por tais quantidades (aos preços indicados na Especificação) deverá ser incluído na Declaração correspondente.

4.19 Relatórios de Progresso

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, relatórios mensais de progresso deverão ser preparados pela Contratada e submetidos ao Engenheiro em duas (2) cópias, em um formato aprovado pelo Engenheiro.
- (b) O primeiro relatório deverá cobrir o período até o final do primeiro mês civil após a Data de Início. Os relatórios deverão ser submetidos mensalmente a partir de

então, cada um no prazo de sete (7) dias após o último dia do mês ao qual se refere.

- (c) O envio de relatórios deverá continuar até a correção de todos os itens pendentes identificados no Certificado de Recebimento.
- (d) Cada relatório deverá incluir:
 - (i) gráficos e descrições detalhadas do progresso, incluindo cada etapa de projeto pela Contratada (se houver), Documentos da Contratada, aquisição, fabricação, entrega ao Local, construção, montagem, testes e comissionamento;
 - (ii) fotografias mostrando o estado das Obras e o progresso no Local;
 - (iii) para a fabricação de cada item principal de Instalação e Materiais, o nome do fabricante, local de fabricação, porcentagem de progresso, e as datas reais ou esperadas de início de fabricação, inspeções da Contratada, testes, envio e chegada ao Local;
 - (iv) os detalhes descritos na Subcláusula 6.10 [Registros de Pessoal e Equipamentos da Contratada];
 - (v) cópias dos resultados de testes e certificados de Materiais do SGQ e do Sistema de Verificação de Conformidade;
 - (vi) lista de Variações, Notificações de Reivindicações e outras notificações emitidas nos termos da Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] e Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante];
 - (vii) estatísticas de saúde e segurança, incluindo detalhes de quaisquer incidentes perigosos e atividades relacionadas aos aspectos ambientais e relações públicas;
 - (viii) detalhes e duração de condições climáticas adversas;
 - (ix) comparações do progresso real e planejado, em conformidade com a Subcláusula 8.3 [Programa], com detalhes de quaisquer eventos ou circunstâncias que possam afetar adversamente a conclusão das Obras de acordo com o Programa e o Prazo para Conclusão, bem como as medidas sendo (ou a serem) adotadas para superar ou minimizar quaisquer atrasos com programas revisados;
 - (x) detalhes dos pagamentos feitos a Subcontratados e Subcontratados Nomeados, conforme exigido na Cláusula 5 [Subcontratação]; e
 - (xi) quaisquer outros assuntos especificados no Contrato ou outras informações razoavelmente exigidas pela Contratante ou pelo Engenheiro de tempos em tempos.
- (e) Caso a Contratada não submeta um relatório mensal de progresso em conformidade com esta Subcláusula 4.19, a Contratante poderá, a seu exclusivo critério, reter pagamentos devidos à Contratada até que tal relatório mensal de progresso tenha sido submetido.
- (f) No entanto, nada declarado em qualquer relatório de progresso constituirá uma Notificação sob qualquer Subcláusula destas Condições.

4.20 Segurança do Local

- (a) A Contratada será responsável por impedir o acesso de pessoas não autorizadas ao Local. As pessoas autorizadas serão limitadas ao Pessoal da Contratada, ao Pessoal da Contratante e a qualquer outro pessoal notificado à Contratada pela Contratante ou pelo Engenheiro como pessoal autorizado da Contratante ou de outros contratados da Contratante no Local.
- (b) A segurança e a proteção do Local, dos Equipamentos da Contratada, da Instalação e Materiais, dos Equipamentos da Contratante e de todos os outros bens ou pessoal no Local são de inteira responsabilidade da Contratada. A Contratada deverá cumprir com quaisquer outros requisitos de segurança estabelecidos no Anexo 2.2 [Plano do Local].

4.21 Operações da Contratada no Local

- (a) A Contratada deverá limitar suas operações ao Local e a quaisquer áreas adicionais que sejam diretamente necessárias para a execução das Obras e que sejam aprovadas pelo Engenheiro como áreas de trabalho. A Contratada deverá tomar todas as precauções necessárias para manter os Equipamentos e o Pessoal da Contratada dentro do Local e dessas áreas adicionais, evitando que eles acessem terras adjacentes.
- (b) A Contratada não deverá utilizar qualquer parte do Local para fins não relacionados à execução das Obras sem a aprovação prévia por escrito do Engenheiro. A Contratada não deverá destruir, danificar ou derrubar qualquer árvore, cerca, parede ou edifício dentro ou fora do Local sem o consentimento prévio por escrito do Engenheiro, salvo disposição contrária especificada no Contrato.
- (c) Durante a execução das Obras, a Contratada deverá manter o Local livre de obstruções desnecessárias e deverá armazenar ou descartar qualquer Equipamento da Contratada ou materiais excedentes. A Contratada deverá prontamente limpar e remover do Local qualquer entulho, lixo e Obras Temporárias que não sejam mais necessárias.
- (d) A Contratada deverá limpar e remover todos os Equipamentos da Contratada, materiais excedentes, entulho, lixo e Obras Temporárias da parte do Local e das Obras às quais se aplica o Certificado de Recebimento. A Contratada deverá deixar essa parte do Local e das Obras em condições limpas e seguras.
- (e) Se acordado com a Contratante, a Contratada poderá manter no Local, durante o PND (Período de Notificação de Defeitos), os Bens necessários para cumprir suas obrigações nos termos do Contrato.

4.22 Descobertas Arqueológicas e Geológicas

- (a) Todos os fósseis, moedas, artigos de valor ou antiguidade, estruturas e outros vestígios ou itens de interesse geológico ou arqueológico encontrados no Local deverão ser colocados sob o cuidado e autoridade da Contratante. A Contratada deverá tomar todas as precauções razoáveis para impedir que o Pessoal da Contratada ou outras pessoas removam ou danifiquem quaisquer dessas descobertas.
- (b) Após a descoberta de qualquer um desses achados, a Contratada deverá

prontamente notificar o Engenheiro, que emitirá instruções sobre como proceder.

- (c) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custos ao cumprir as instruções relacionadas ao achado, a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] e à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP (Extensão do Prazo) por qualquer atraso dessa natureza, se o Prazo para Conclusão for ou vier a ser atrasado, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de quaisquer Custos desse tipo, que serão adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.

4.23 Cessão e Novação de Garantias do Fabricante

- (a) A Contratada deverá assegurar que qualquer garantia, expressa ou implícita, em relação a qualquer Instalação ou Material utilizado na execução das Obras, feita ou fornecida pelo fabricante, por qualquer Subcontratado ou fornecedor, ou por qualquer outro vendedor, será:
 - (i) emitida em favor da Contratante; ou
 - (ii) passível de ser cedida, novada, transferida ou, de outra forma, disponibilizada à Contratante ou à entidade que a Contratante nomear.
- (b) A Contratada deverá garantir que todas as garantias referidas na Subcláusula 4.23(a), fornecidas pelo fabricante, qualquer Subcontratado ou fornecedor, ou por qualquer outro vendedor, possam ser novadas da Contratante para qualquer entidade a ser nomeada pela Contratante.
- (c) Na medida em que as garantias não possam ser emitidas em favor da Contratante, cedidas, novadas, transferidas ou, de outra forma, disponibilizadas à Contratante, a Contratada concorda (às suas custas) em empregar seus melhores esforços (que possam ser demonstrados) para fazer valer todos os direitos que a Contratada possa ter em relação à garantia, em benefício da Contratante ou de seu nomeado.

4.24 Obras Auxiliares

- (a) A Contratada deverá garantir que as Obras se conectem e interajam plenamente com as Obras Auxiliares, desde que as Obras Auxiliares:
 - (i) sejam realizadas da maneira especificada na Especificação; e
 - (ii) sejam concluídas na data mais tardia entre:
 - as datas especificadas na Especificação; e
 - a data em que a Contratada possa e precise utilizar o item relevante das Obras Auxiliares, conforme avaliado pelo Engenheiro.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que:
 - (i) as Obras Auxiliares serão realizadas por terceiros;

- (ii) deverá cooperar com a(s) parte(s) que realizarão as Obras Auxiliares;
- (iii) revisou e está satisfeita com a Especificação; e
- (iv) o fato de as Obras Auxiliares não serem realizadas pela Contratada não isenta a Contratada de qualquer de seus compromissos, garantias, obrigações ou responsabilidades sob ou em conexão com o Contrato.

4.25 Minas

- (a) A Contratada garante e declara que nem ela, nem quaisquer de suas subsidiárias ou Afiliadas (se houver) estão envolvidas na venda ou fabricação de minas antipessoais ou de componentes utilizados na fabricação de minas antipessoais.
- (b) Não obstante os prazos de notificação previstos na Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.25 dará à Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente, mediante o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade da Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer natureza.

4.26 Funcionário Não Deve Beneficiar-se e Práticas Proibidas

- (a) A Contratada garante que não se envolveu, nem tentou se envolver, de nenhuma forma, em qualquer Prática Proibida em conexão com o processo de seleção ou a execução deste Contrato ou quaisquer outras atividades da Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas, envolvendo, de qualquer maneira, qualquer Pessoal da Contratante ou representante, funcionário ou outro agente da Contratante ou de qualquer outra entidade das Nações Unidas.
- (b) Não obstante os prazos de notificação previstos na Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 4.26 dará à Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente, mediante o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade da Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer natureza.

4.27 Munições Não Explodidas

- (a) Se, a qualquer momento durante a execução das Obras, uma munição não explodida ou mina terrestre for descoberta no Local, a Contratada deverá interromper imediatamente todos os trabalhos no Local, notificar o Engenheiro e tomar todas as medidas necessárias para garantir a segurança de todas as pessoas e propriedades e para proteger o Local. A Contratada deverá retomar imediatamente as Obras no Local quando instruída pelo Engenheiro. Qualquer atraso substancial está sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada].

4.28 Detonação

- (a) A Contratada não deverá armazenar ou utilizar quaisquer explosivos sem a permissão prévia por escrito do Engenheiro. A Contratada deverá cumprir todas as regulamentações em vigor no País relativas ao armazenamento e uso de explosivos (incluindo o uso de pessoal licenciado). No caso de o uso de explosivos ser aprovado pelo Engenheiro, a Contratada deverá fornecer e assegurar que sejam utilizadas instalações de armazenamento adequadas e aprovadas pelas Autoridades relevantes.
- (b) A aprovação ou recusa do Engenheiro em permitir o uso de explosivos não isentará a Contratada de qualquer de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato, e a Contratada não terá direito a tempo adicional ou custos adicionais para a execução das Obras em relação a tal aprovação ou recusa.

5 SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Subcontratados

- (a) A Contratada não deverá subcontratar a totalidade das Obras.
- (b) A Contratada somente poderá subcontratar parte das Obras a um Subcontratado com o consentimento prévio por escrito do Engenheiro, exceto no caso de Subcontratados aceitos como parte das negociações contratuais e incorporados ao Contrato, bem como Subcontratados Nomeados.
- (c) Para obter o consentimento prévio por escrito do Engenheiro, a Contratada deverá fornecer ao Engenheiro informações detalhadas sobre o Subcontratado proposto, incluindo:
 - (i) a experiência relevante do Subcontratado proposto;
 - (ii) os termos e condições propostos para o subcontrato; e
 - (iii) informações financeiras ou outras que o Engenheiro possa exigir para assegurar-se de que o Subcontratado proposto seja uma entidade adequada para executar a parte relevante das Obras.
- (d) Se o Engenheiro não responder dentro de quatorze (14) dias após o recebimento das informações fornecidas pela Contratada (ou de informações adicionais solicitadas), o Engenheiro será considerado como tendo dado seu consentimento.
- (e) O consentimento do Engenheiro (ou o consentimento presumido) não isentará a Contratada de qualquer de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato.
- (f) A Contratada será responsável pelo trabalho de todos os Subcontratados, pela gestão e coordenação do trabalho de todos os Subcontratados e pelos atos, omissões ou faltas de qualquer Subcontratado, seus agentes ou empregados, como se fossem atos, omissões ou faltas da própria Contratada.
- (g) A Contratada deverá notificar o Engenheiro sobre:
 - (i) a data prevista de início do trabalho de cada Subcontratado (com uma antecedência mínima de vinte e oito (28) dias), salvo acordo em contrário por escrito entre as Partes; e
 - (ii) o início do trabalho de cada Subcontratado no Local.
- (h) A Contratada deverá assegurar que cada subcontrato inclua disposições que exijam que o Subcontratado, ou a própria Contratada, conforme aplicável, ao ser solicitado pelo Engenheiro, celebre:
 - (i) uma garantia colateral, conforme a Subcláusula 5.1(i); e
 - (ii) um acordo adicional do Subcontratado, conforme a Subcláusula 5.1(j).

- (i) Se não fornecida na Licitação, a Contratada deverá, no prazo de quatorze (14) dias após a solicitação do Engenheiro, exigir que qualquer Subcontratado celebre uma garantia colateral em favor da Contratante, e tal garantia colateral deverá estar no formato que a Contratante razoavelmente exigir.
- (j) Se não fornecido na Licitação, a Contratada deverá, no prazo de quatorze (14) dias após a solicitação do Engenheiro, providenciar para que qualquer Subcontratado celebre um acordo adicional em favor da Contratante, e tal acordo deverá estar no formato que a Contratante razoavelmente exigir.
- (k) Se a Contratante ou o Engenheiro tomarem conhecimento de que um Subcontratado tem direito de suspender o trabalho sob um subcontrato ou rescindir um subcontrato devido à falha da Contratada em realizar pagamentos conforme os termos do subcontrato, o Engenheiro poderá notificar a Contratada de que a Contratante pretende pagar o Subcontratado. Se a Contratada não responder à Notificação com razões justificáveis para reter os pagamentos ao Subcontratado ou apresentar prova de que realizou os pagamentos no prazo de setenta e duas (72) horas, a Contratante poderá, a seu exclusivo critério, pagar ao Subcontratado o valor que o Engenheiro determinar ser devido ou que possa ser devido pelo trabalho do subcontrato que faz parte das Obras. A Contratante recuperará esse valor, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], como uma dívida devida pela Contratada à Contratante.
- (l) Se um pagamento for realizado pela Contratante a ou em relação a um trabalhador ou Subcontratado em conformidade com uma lei ou procedimento de resolução de disputas, o valor pago será considerado uma dívida devida pela Contratada à Contratante, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

5.2 Subcontratado Nomeado

- (a) No Contrato, um Subcontratado Nomeado é um Subcontratado:
 - (i) que o Engenheiro, nos termos da Subcláusula 13.4 [Quantias Provisórias], instrui a Contratada a contratar e empregar como Subcontratado; e
 - (ii) que será contratado em condições e por um preço a serem aprovados pelo Engenheiro, tais condições (no mínimo) sendo consistentes com o Contrato, incluindo as garantias estabelecidas na Subcláusula 17.4 [Garantias Relativas às Obras], e tal preço sendo um preço de mercado razoável no momento da contratação do Subcontratado Nomeado.

5.3 Objeção à Nomeação

- (a) A Contratada não estará obrigada a empregar um Subcontratado

Nomeado, que o Engenheiro, nos termos da Subcláusula 5.2 [Subcontratado Nomeado] e da Cláusula 13 [Variações e Ajustes], instrua a Contratada a empregar como Subcontratado e contra o qual a Contratada levante uma objeção razoável por meio de notificação ao Engenheiro, assim que possível, com os detalhes de apoio. Uma objeção será considerada razoável se surgir, entre outras razões, de qualquer um dos seguintes motivos, salvo se a Contratante concordar por escrito em indenizar a Contratada contra e em relação às consequências do motivo:

- (i) há razões para acreditar que o Subcontratado Nomeado não possui competência, recursos ou força financeira suficientes;
- (ii) o subcontrato não especifica que o Subcontratado Nomeado deverá indenizar a Contratada contra e em relação a qualquer negligência ou uso indevido de Bens pelo Subcontratado Nomeado, seus agentes e empregados; ou
- (iii) o subcontrato não especifica que, para o trabalho subcontratado (incluindo projeto, se houver), o Subcontratado Nomeado deverá:
 - comprometer-se com a Contratada quanto às obrigações e responsabilidades que permitirão à Contratada cumprir suas obrigações e responsabilidades no âmbito ou em conexão com o Contrato; e
 - indenizar a Contratada contra e em relação a todas as obrigações e responsabilidades decorrentes no âmbito ou em conexão com o Contrato e às consequências de qualquer falha do Subcontratado Nomeado em cumprir essas obrigações ou satisfazer essas responsabilidades.

5.4 Pagamentos a Subcontratados Nomeados

- (a) A Contratada deverá, com a aprovação prévia por escrito do Engenheiro, pagar ao Subcontratado Nomeado os valores que o Engenheiro certificar como devidos, de acordo com o subcontrato. Esses valores deverão ser incluídos no Preço do Contrato pago à Contratada como Quantias Provisórias, em conformidade com a Subcláusula 13.4 [Quantias Provisórias], exceto conforme indicado na Subcláusula 5.5 [Provas de Pagamento a Subcontratados Nomeados].

5.5 Comprovantes de Pagamentos à Subcontratados Nomeados

- (a) Antes de emitir um Certificado de Pagamento à Contratada que inclua um valor pagável a um Subcontratado Nomeado, o Engenheiro deverá solicitar à Contratada que forneça provas razoáveis de que o Subcontratado Nomeado recebeu todos os valores devidos de acordo com os IPCs (Certificados de Pagamento Intermediário) anteriores, menos as deduções aplicáveis.
- (b) A menos que a Contratada submeta esta prova razoável ao Engenheiro, ou:

- (i) satisfaça o Engenheiro por escrito de que está razoavelmente autorizada a reter ou recusar-se a pagar tais valores; e
- (ii) apresente ao Engenheiro provas razoáveis de que o Subcontratado Nomeado foi notificado dos direitos da Contratada,

a Contratante poderá (a seu exclusivo critério) pagar diretamente ao Subcontratado Nomeado parte ou todos os valores previamente certificados (menos as deduções aplicáveis) que sejam devidos ao Subcontratado Nomeado e pelos quais a Contratada não apresentou as provas descritas nesta Subcláusula 5.5. Tais valores tornar-se-ão imediatamente uma dívida devida e pagável pela Contratada à Contratante, sujeita à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

6 EQUIPE E MÃO-DE-OBRA

6.1 Contratação de Equipe e Mão de Obra

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada deverá organizar a contratação de todo o Pessoal da Contratada, bem como seu pagamento, acomodação, alimentação, bem-estar, transporte, seguros e impostos, em conformidade com as Leis aplicáveis e os requisitos de qualquer Autoridade relevante.

6.2 Taxas de Salários e Condições de Trabalho

- (a) A Contratada deverá pagar salários e observar condições de trabalho de acordo com as Leis aplicáveis e os requisitos de qualquer Autoridade relevante, e tais salários e condições de trabalho não deverão ser inferiores aos padrões mínimos estabelecidos para o comércio ou indústria onde as Obras estão sendo realizadas. Caso não existam taxas ou condições estabelecidas, a Contratada deverá pagar salários e observar condições que não sejam inferiores ao nível geral de vida e condições praticadas localmente por empregadores cujo comércio ou indústria seja semelhante. Em conformidade com a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e suas convenções subjacentes sobre a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação, não deverá haver discriminação entre homens e mulheres na contratação do pessoal da Contratada.
- (b) As Partes concordam que, caso a Contratante ou o Engenheiro tomem conhecimento de que a Contratada não pagou o Pessoal da Contratada em conformidade com a Subcláusula 6.2(a), o Engenheiro poderá solicitar à Contratada que forneça, no prazo de setenta e duas (72) horas a partir de tal solicitação, evidências de todos os pagamentos feitos ao Pessoal da Contratada.
- (c) Se as evidências forem consideradas insatisfatórias, o Engenheiro notificará a Contratada com antecedência de setenta e duas (72) horas sobre a intenção da Contratante de pagar o Pessoal da Contratada. A

Contratante poderá, a seu exclusivo critério, pagar a esse Pessoal da Contratada o montante que o Engenheiro determinar como devido ou que possa ser devido ao pessoal e à mão de obra. A Contratante poderá recuperar qualquer valor pago como uma dívida devida pela Contratada à Contratante, sujeita à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

6.3 Recrutamento de Pessoas

- (a) A Contratada não deverá recrutar, nem tentar recrutar, equipe e mão de obra entre o Pessoal da Contratante.
- (b) A Contratante não deverá recrutar, nem tentar recrutar, equipe e mão de obra entre o Pessoal da Contratada.

6.4 Leis Trabalhistas

- (a) A Contratada deverá cumprir todas as Leis trabalhistas relevantes aplicáveis ao Pessoal da Contratada, conforme possam ser alteradas de tempos em tempos, incluindo Leis relacionadas ao emprego, saúde, segurança, bem-estar, imigração e emigração, bem como a Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Oito Convenções Fundamentais da OIT, aplicando-se os padrões mais elevados, e deverá assegurar que o Pessoal da Contratada tenha todos os seus direitos legais garantidos.
- (b) A Contratada deverá exigir e utilizar seus melhores esforços para assegurar que o Pessoal da Contratada obedeça a todas as Leis aplicáveis, incluindo aquelas relacionadas à saúde e segurança no trabalho.

6.5 Horário de Trabalho

- (a) Nenhum trabalho deverá ser realizado no Local em dias de descanso reconhecidos localmente, feriados públicos ou fora do horário de trabalho indicado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], a menos que:
 - (i) disposto de outra forma no Contrato;
 - (ii) o Engenheiro dê consentimento por escrito; e/ou
 - (iii) o trabalho seja inevitável ou necessário para a proteção da vida ou da propriedade ou para a segurança das Obras, caso em que a Contratada deverá imediatamente informar o Engenheiro, fornecendo as razões e descrevendo o trabalho necessário.
- (b) Caso o Pessoal da Contratante seja necessário para supervisionar as operações da Contratada além das horas e dias de trabalho estabelecidos na Subcláusula 6.5(a), a Contratante terá direito ao reembolso do custo dessa supervisão adicional e deverá proceder de

acordo com a Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante] para reivindicar esse direito da Contratada.

- (c) A Contratada deverá organizar intervalos para seu pessoal durante as horas de trabalho, em conformidade com as leis aplicáveis e as Melhores Práticas da Indústria, ou conforme razoavelmente instruído pelo Engenheiro.

6.6 Instalações para Equipe e Mão de Obra

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada deverá fornecer e manter toda a acomodação necessária, instalações sanitárias e de bem-estar para o Pessoal da Contratada, em conformidade com as Leis e considerando as necessidades de todos os gêneros, conforme especificado na Especificação, relacionadas à execução das Obras. A Contratada também deverá fornecer instalações para o Pessoal da Contratante (se houver), conforme indicado na Especificação.
- (b) Se tais acomodações e instalações forem localizadas no Local, salvo quando a Contratante tiver dado permissão prévia à Contratada, elas deverão estar localizadas nas áreas identificadas no Anexo 2.2 [Plano do Local]. Se qualquer acomodação ou instalação for encontrada fora dessas áreas dentro do Local, a Contratada deverá removê-las imediatamente, às suas próprias custas e riscos.
- (c) A Contratada deverá fornecer ao Engenheiro acesso razoável aos registros e instalações da Contratada, tanto no Local quanto fora dele, para permitir que o Engenheiro avalie a conformidade da Contratada com esta Cláusula 6 [Equipe e Mão de Obra], incluindo acomodações e instalações de bem-estar fora do Local.

6.7 Saúde e Segurança do Pessoal

- (a) Além dos requisitos estabelecidos na Subcláusula 4.7 [Procedimentos de Saúde e Segurança], a Contratada deverá, durante a execução das Obras, tomar todas as precauções razoáveis e necessárias (incluindo considerações de gênero), conforme indicado na Especificação e exigido pelas Leis e de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, para manter a saúde e segurança de todo o Pessoal da Contratada ou da Contratante no Local.
- (b) Em colaboração com as autoridades de saúde locais, a Contratada deverá garantir que:
 - (i) equipe médica, instalações de primeiros socorros, enfermaria, serviço de ambulância e quaisquer outros serviços médicos indicados na Especificação estejam disponíveis em todos os momentos no Local e em qualquer acomodação destinada ao Pessoal da Contratada e da Contratante; e
 - (ii) sejam feitos arranjos adequados para todas as necessidades de bem-estar e higiene necessárias e para prevenir epidemias.
- (c) No caso de qualquer surto de doença de natureza epidêmica, a Contratada deverá cumprir e executar os regulamentos, ordens e

exigências que possam ser emitidos pelas Autoridades ou autoridades médicas ou sanitárias locais para lidar com ou superar a epidemia.

- (d) A Contratada deverá nomear um oficial de saúde e segurança no Local, responsável por manter a saúde, a segurança e a proteção contra acidentes. Essa pessoa deverá ser qualificada para essa responsabilidade e terá autoridade para emitir diretivas com o objetivo de manter a saúde e a segurança de todo o pessoal autorizado a entrar e trabalhar no Local, além de adotar medidas de proteção para prevenir acidentes e manter a saúde e a segurança. Durante toda a execução das Obras, a Contratada deverá fornecer o que for necessário para que essa pessoa exerça suas responsabilidades e autoridade.
- (e) A Contratada deverá fornecer ao Engenheiro detalhes sobre qualquer acidente e preocupações/incidentes relacionados à saúde e segurança no desempenho das Obras assim que possível, e não mais tarde do que vinte e quatro (24) horas após sua ocorrência. A Contratada deverá manter registros e elaborar relatórios sobre a saúde, segurança e bem-estar das pessoas, bem como sobre danos à propriedade, conforme exigido pelo Engenheiro e pelo Contrato.

6.8 Supervisão da Contratada

- (a) A partir da Data de Início até a emissão do Certificado de Conclusão Final, a Contratada deverá fornecer toda a supervisão necessária para planejar, organizar, dirigir, gerenciar, inspecionar e testar as Obras.
- (b) A supervisão deverá ser realizada por um número suficiente de pessoas que possuam habilidades e conhecimentos adequados, tanto falados quanto escritos, no idioma definido na Subcláusula 1.4 [Idioma], além de conhecimento adequado das operações a serem realizadas (incluindo os métodos e técnicas requeridos, os riscos prováveis e os métodos de prevenção de acidentes), para a execução adequada e segura das Obras.

6.9 Pessoal da Contratada

- (a) O Pessoal da Contratada, incluindo o Pessoal Chave, deverá ser devidamente qualificado, habilidoso e experiente em suas respectivas funções ou ocupações, em conformidade com os requisitos mínimos para o Pessoal Chave fornecidos no Anexo 3.8 [Requisitos do Pessoal Chave].
- (b) A Contratada deverá informar seu pessoal sobre os procedimentos a serem seguidos e os padrões a serem cumpridos sob este Contrato antes do início das Obras (em particular no que diz respeito a Práticas Proibidas, obrigações sociais (incluindo questões de gênero), ambientais, de saúde e segurança).
- (c) O Engenheiro poderá exigir que a Contratada remova (ou cause a remoção de) qualquer pessoa empregada no Local ou na execução das Obras, incluindo o Representante da Contratada e o Pessoal Chave, se aplicável, que, na opinião do Engenheiro:

- (i) persista em qualquer má conduta ou negligência;
 - (ii) seja incompetente ou negligente em suas funções;
 - (iii) não cumpra qualquer disposição do Contrato;
 - (iv) persista em qualquer conduta prejudicial à segurança, saúde e/ou proteção do meio ambiente;
 - (v) seja encontrado, com base em evidências razoáveis, envolvido em Práticas Proibidas; e/ou
 - (vi) tenha sido recrutado a partir do Pessoal da Contratante, em violação à Subcláusula 6.3 [Recrutamento de Pessoas].
- (d) Caso a Subcláusula 6.9(c) se aplique, a Contratada deverá então nomear (ou providenciar a nomeação de) uma pessoa substituta adequada que atenda ou exceda os requisitos para cada pessoa removida.
- (e) A Contratada deverá garantir que o Pessoal Chave execute as Obras e desempenhe os papéis requeridos em suas respectivas posições indicadas e que não sejam removidos dessas posições sem a aprovação prévia por escrito do Engenheiro.
- (f) Se for necessário substituir qualquer membro do Pessoal Chave (seja por morte, incapacidade, doença, renúncia, aplicação desta Subcláusula 6.9 ou outra razão), a Contratada deverá imediatamente providenciar um substituto que atenda ou exceda os requisitos indicados no Anexo 3.8 [Requisitos do Pessoal Chave], com a aprovação do Engenheiro, para executar as Obras relacionadas à posição indicada da pessoa substituída.
- (g) Se houver uma posição listada no Anexo 4.4 [Pessoal Chave], mas nenhuma pessoa for indicada para ocupar tal posição, a Contratada deverá obter a aprovação do Engenheiro (tal aprovação não deverá ser injustificadamente retida) antes de nomear uma pessoa para preencher essa posição.

6.10 Registros do Pessoal e Equipamentos da Contratada

- (i) Salvo proposta em contrário da Contratada e acordo do Engenheiro, em cada relatório de progresso conforme a Subcláusula 4.19 [Relatórios de Progresso], para cada atividade de trabalho mostrada no Programa, em cada local de trabalho e para cada dia de trabalho, a Contratada deverá incluir registros de:
- (i) ocupações e horas reais de trabalho de cada categoria de Pessoal da Contratada;;
 - (ii) o tipo e as horas reais de trabalho de cada um dos Equipamentos da Contratada;
 - (iii) os tipos de Obras Temporárias utilizadas;
 - (iv) os tipos de Instalações instaladas nas Obras Permanentes; e
 - (v) as quantidades e tipos de Materiais utilizados.

6.11 Conduta Desordeira

- (a) A Contratada deverá, em todos os momentos, tomar todas as precauções razoáveis para prevenir qualquer conduta ilegal, tumultuosa ou desordeira por parte do Pessoal da Contratada ou entre eles, bem

como para preservar a paz e proteger as pessoas e propriedades no Local e em suas proximidades.

6.12 Fornecimento de Água

- (a) Considerando as condições locais, a Contratada deverá fornecer no Local, durante a duração das Obras, um fornecimento adequado de água potável e outras águas para uso do Pessoal da Contratada.

6.13 Bebidas Alcoólicas ou Drogas

- (a) A Contratada não deverá levar, armazenar, importar, vender, oferecer, trocar ou de outra forma dispor de bebidas alcoólicas ou drogas no Local, nem permitir ou tolerar que o Pessoal da Contratada e/ou seus Subcontratados o façam.

6.14 Armas, Munições e Explosivos

- (a) Salvo disposição em contrário na Especificação ou permissão da Contratante e instrução do Engenheiro por escrito, a Contratada não deverá levar, armazenar, oferecer, trocar ou de outra forma dispor de armas, munições ou explosivos de qualquer tipo no Local, nem permitir que o Pessoal da Contratada ou seus Subcontratados o façam.

6.15 Festivais e Costumes Religiosos

- (a) A Contratada deverá, em todas as interações com o Pessoal da Contratada, respeitar todos os festivais reconhecidos, dias de descanso e costumes religiosos ou outros.

6.16 Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho

- (a) A Contratada garante que cumprirá e assegurará que o Pessoal da Contratada cumprirá com a Declaração da OIT de 1998 sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Esses direitos universais incluem liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado ou obrigatório, a abolição do trabalho infantil e a eliminação da discriminação em matéria de emprego e ocupação.
- (b) A Contratada deverá fornecer um ambiente de trabalho seguro e protegido, bem como todas as acomodações necessárias, instalações sanitárias e de bem-estar para o Pessoal da Contratada, em conformidade com a Subcláusula 6.6 [Instalações para Equipe e Mão de Obra] e a Especificação.
- (c) Não obstante os prazos de notificação previstos na Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], a Contratada reconhece e concorda que

qualquer violação desta Subcláusula 6.16 dará à Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente, mediante o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade da Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

6.17 Trabalho Infantil

- (a) A Contratada declara e garante que nem ela, nem o Pessoal da Contratada, nem qualquer subsidiária ou Afiliada da Contratada (se houver) estão envolvidos em qualquer prática inconsistente com os direitos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Criança, incluindo o Artigo 32, que, entre outras coisas, exige que uma criança seja protegida de realizar qualquer trabalho que possa ser perigoso, interferir na sua educação ou ser prejudicial à sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.
- (b) Não obstante os prazos de notificação previstos na Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 6.17 dará à Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente, mediante o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade da Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

6.18 Assédio, Exploração e Abuso Sexual

- (a) A Contratada deverá tomar todas as medidas apropriadas, incluindo quaisquer outros requisitos (se houver) definidos na Especificação, para prevenir assédio sexual, exploração ou abuso de qualquer pessoa pelo Pessoal da Contratada. Para esses fins, assédio sexual, exploração e abuso incluem atividades sexuais com qualquer pessoa com menos de dezoito (18) anos de idade, independentemente de qualquer Lei relacionada ao consentimento, a menos que tal atividade sexual seja consensual entre duas (2) pessoas que sejam casadas e tal casamento seja reconhecido como válido pelas leis do país de cidadania desse Pessoal da Contratada.
- (b) Além disso, a Contratada deverá abster-se e tomar todas as medidas razoáveis e apropriadas para proibir seus empregados ou outras pessoas envolvidas e controladas por ela de trocar dinheiro, bens, serviços ou outros itens de valor por favores ou atividades sexuais, ou de se envolver em quaisquer atividades sexuais que sejam exploratórias ou degradantes para qualquer pessoa.
- (c) Não obstante os prazos de notificação previstos na Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante], a Contratada reconhece e concorda que qualquer violação desta Subcláusula 6.18 dará à Contratante o direito de rescindir o Contrato imediatamente, mediante o fornecimento de uma Notificação à Contratada, sem qualquer responsabilidade da Contratante por encargos de rescisão ou qualquer outra responsabilidade de qualquer tipo.

7 Instalações, MATERIAIS E MÃO DE OBRA

7.1 Modo de Execução

- (a) A Contratada garante que realizará a fabricação, fornecimento, instalação, testes e comissionamento e/ou reparo de Instalações, a produção, fabricação, fornecimento e teste de Materiais, bem como todas as demais operações e atividades durante a execução das Obras:
 - (i) da maneira especificada no Contrato (se houver);
 - (ii) exercendo o padrão de habilidade, cuidado e diligência de contratados qualificados e experientes, atuando de acordo com as Melhores Práticas da Indústria; e
 - (iii) com instalações adequadamente equipadas e Materiais e Instalações não perigosos, salvo disposição em contrário especificada no Contrato.

7.2 Amostras

- (a) A Contratada deverá submeter as seguintes amostras de Materiais, juntamente com todas as informações relevantes, ao Engenheiro para seu consentimento, de acordo com as datas identificadas no Programa, e, em qualquer caso, com antecedência mínima de trinta (30) dias antes de utilizar os Materiais nas Obras ou para as Obras:
 - (i) amostras padrão dos fabricantes e fornecedores de Materiais e quaisquer outras amostras especificadas no Contrato, todas às custas da Contratada; e
 - (ii) amostras adicionais instruídas pelo Engenheiro.
- (b) As amostras deverão ser etiquetadas com sua origem e uso pretendido nas Obras, em lotes de quantidade razoável para permitir que o Engenheiro cumpra suas obrigações nos termos desta Subcláusula 7.2.
- (c) O Engenheiro deverá, no prazo de quatorze (14) dias após o recebimento das amostras, informar à Contratada por escrito se as amostras atendem aos requisitos do Contrato.
- (d) Se as amostras não estiverem de acordo com os requisitos do Contrato, o Engenheiro especificará em que aspectos a amostra não atende ao Contrato. A Contratada deverá, então, submeter uma amostra corrigida ou alternativa ao Engenheiro até a data acordada com o Engenheiro.
- (e) A Contratada deverá informar ao Engenheiro por escrito caso qualquer alteração solicitada pelo Engenheiro em relação às amostras seja inconsistente com quaisquer Leis ou outros requisitos do Contrato.
- (f) Quando o Engenheiro concluir uma Revisão e estiver satisfeito com quaisquer amostras, nos termos desta Subcláusula 7.2, tal satisfação será apenas para fins de administração do Contrato, e qualquer revisão ou satisfação não isentará a Contratada de suas obrigações de executar e concluir as Obras de acordo com o Contrato, nem de qualquer uma de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato.

- (g) A Contratada será considerada como tendo feito provisões suficientes no Programa para a submissão e revisão de todas as amostras de acordo com esta Subcláusula 7.2.

7.3 Inspeção

- (a) O Pessoal da Contratante e qualquer outra pessoa autorizada por escrito para este fim terão, em todos os momentos razoáveis:
 - (i) pleno acesso a todas as partes do Local e a todos os lugares de onde os Materiais naturais estão sendo obtidos; e
 - (ii) durante a produção, fabricação e construção (no Local e em outros lugares), o direito de examinar, inspecionar, medir e testar os Materiais e a mão de obra, bem como verificar o progresso da fabricação de Instalações, produção e fabricação de Materiais e execução das Obras.
- (b) A Contratada deverá fornecer ao Pessoal da Contratante plena oportunidade para realizar as atividades descritas na Subcláusula 7.3(a), incluindo o fornecimento de acesso, instalações, permissões e equipamentos de segurança. Nenhuma dessas atividades isentará a Contratada de suas obrigações, garantias ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato.
- (c) A Contratada deverá notificar o Engenheiro com antecedência suficiente, considerando eventuais restrições de segurança para o Pessoal da Contratante se deslocar até o Local, sempre que quaisquer Materiais, Instalações ou Obras estiverem prontos para inspeção e antes que sejam cobertos, ocultados ou embalados para armazenamento ou transporte. O Pessoal da Contratante deverá então realizar os exames, inspeções, medições ou testes sem atrasos injustificados, ou o Engenheiro deverá prontamente notificar a Contratada de que tal inspeção não é necessária.
- (d) Caso o Engenheiro não forneça tal notificação e/ou o Pessoal da Contratante não compareça no horário especificado na notificação da Contratada (ou em outro horário acordado), a Contratada poderá proceder com a cobertura, ocultação ou embalagem para armazenamento ou transporte.
- (e) Se a Contratada não der a notificação com tempo suficiente, deverá, se e quando solicitado pelo Engenheiro, descobrir o trabalho e, posteriormente, restaurá-lo e repará-lo, às suas próprias custas e riscos.

7.4 Testes

- (a) Esta Subcláusula 7.4 se aplica a todos os testes especificados no Contrato, exceto os Testes após a Conclusão (se houver).
- (b) A Contratada deverá, no prazo de no máximo vinte e oito (28) dias após a Data de Vigência do Contrato, submeter um Plano de Testes das Obras (incluindo quaisquer Seções das Obras) em um formato aceitável pelo Engenheiro, que cumpra os requisitos do Contrato, incluindo a Especificação, o SGQ e o Sistema de Verificação de Conformidade sob a Subcláusula 4.8 [Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade], os Testes na Conclusão sob a Cláusula 9 [Testes na

Conclusão] e o Programa sob a Subcláusula 8.3 [Programa].

- (c) O Plano de Testes deverá incluir uma descrição detalhada de:
- (i) os tipos de testes a serem realizados;
 - (ii) o local, número e frequência dos testes;
 - (iii) as condições de teste (incluindo condições normais e de emergência);
 - (iv) os participantes necessários nos testes (incluindo pessoas indicadas pelo Engenheiro);
 - (v) o formato dos resultados dos testes; e
 - (vi) quaisquer outros requisitos indicados na Especificação.
- (d) O Engenheiro deverá revisar o Plano de Testes submetido pela Contratada nos termos da Subcláusula 7.4(b) ou (e). Se o Plano de Testes não estiver em conformidade com o Contrato, o Engenheiro deverá informar a Contratada por escrito, indicando as razões dessa não conformidade.
- (e) A Contratada deverá (às suas custas) corrigir prontamente o Plano de Testes e submetê-lo novamente ao Engenheiro para revisão.
- (f) O processo será repetido até que o Engenheiro determine e emita uma Notificação de Não Objeção, confirmando que o Plano de Testes está em conformidade com o Contrato.
- (g) Para evitar dúvidas, a Contratada não terá direito a uma EDP (Extensão do Prazo) ou a um ajuste no Preço do Contrato pelo desenvolvimento ou correção do Plano de Testes.
- (h) A Contratada deverá fornecer todos os aparelhos, assistência, documentos, informações, eletricidade, equipamentos, combustíveis, consumíveis, instrumentos, mão de obra, materiais e pessoal devidamente qualificado e experiente necessários para realizar todos os testes especificados no Contrato, bem como qualquer equipamento, aparelhos e/ou materiais de teste (se houver) indicados na Especificação para uso do Engenheiro ou da Contratante.
- (i) Salvo acordo em contrário por escrito, a Contratada deverá realizar todos os testes de acordo com o Plano de Testes aprovado nos termos da Subcláusula 7.4(f) e deverá notificar o Engenheiro com quatro (4) dias de antecedência, indicando o horário e o local dos testes especificados de quaisquer Instalações, Materiais e outras partes das Obras. A Contratante, o Engenheiro e quaisquer outros Pessoal da Contratante terão o direito de estar presentes nos testes.
- (j) Caso o Engenheiro não compareça no horário e local indicados na notificação da Contratada nos termos da Subcláusula 7.4(i) ou conforme acordado entre o Engenheiro e a Contratada, a Contratada poderá prosseguir com os testes, que serão considerados realizados na presença do Engenheiro.
- (k) O Engenheiro poderá instruir a Contratada, sob a Cláusula 13 [Variações e Ajustes], a variar o local ou os detalhes dos testes especificados, ou a realizar testes adicionais. Se esses testes variados ou adicionais mostrarem que os Materiais, Instalações ou a mão de

obra testados não estão em conformidade com o Contrato, todos os custos dessa variação e quaisquer atrasos serão arcados pela Contratada, e a Contratada não terá direito a uma EDP ou a um ajuste no Preço do Contrato.

- (l) Caso o Engenheiro não compareça no horário e local acordados, ou não notifique a Contratada, a Contratada poderá prosseguir com os testes.
- (m) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custos para cumprir uma instrução do Engenheiro para realizar testes variados ou adicionais e os resultados desses testes mostrarem que os Materiais, Instalações ou a mão de obra testados estão em conformidade com o Contrato, a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP, caso a conclusão seja ou venha a ser atrasada, nos termos da Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (n) Após receber a Notificação de Reivindicação nos termos da Subcláusula 7.4(m), o Engenheiro deverá proceder de acordo com as Subcláusulas 20.3 [Reivindicações da Contratada] e 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar as questões.
- (o) A Contratada deverá enviar prontamente ao Engenheiro relatórios devidamente certificados de todos os testes realizados em conformidade com o Contrato. Quando os testes especificados forem aprovados, o Engenheiro endossará o certificado de teste da Contratada ou emitirá um certificado para esse efeito. Caso o Engenheiro ou um delegado nomeado não tenha comparecido aos testes, será considerado que aceitou os resultados como precisos.
- (p) A Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição] será aplicável caso qualquer Instalação, Material ou outra parte das Obras não passe nos testes especificados.

7.5 Defeitos e Rejeição

- (a) Se, como resultado de um exame, inspeção, medição ou teste, qualquer Instalação, Material, projeto ou mão de obra for considerado defeituoso ou não conforme com o Contrato, o Engenheiro deverá emitir uma Notificação descrevendo a Instalação, Material, projeto ou mão de obra que foi encontrado como defeituoso. A Contratada deverá, às suas próprias custas, corrigir prontamente o defeito e garantir que a Instalação, Material, projeto ou mão de obra esteja em conformidade com o Contrato dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação. Caso contrário, a Contratante poderá agir de acordo com a Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante].
- (b) Após corrigir os defeitos em qualquer Instalação, Material, projeto (se houver) ou mão de obra, caso o Engenheiro exija novos testes, os testes deverão ser repetidos sob os mesmos termos e condições da Subcláusula 7.4 [Testes], às custas e riscos da Contratada.
- (c) O Engenheiro poderá instruir a Contratada a descobrir partes das Obras já cobertas para inspeção e teste, a fim de determinar se tais partes estão defeituosas ou não conformes com o Contrato.

- (d) Se essas partes das Obras, conforme descrito na Subcláusula 7.5(c), forem consideradas defeituosas ou não conformes com o Contrato, os custos de descoberta (juntamente com os custos para corrigir prontamente os defeitos) serão arcados pela Contratada. Para evitar dúvidas, a Contratada não terá direito a uma EDP (Extensão do Prazo) ou aumento no Preço do Contrato como resultado dessa descoberta.
- (e) Sujeito à Subcláusula 7.3(c) [Inspeção], caso essas partes das Obras descritas na Subcláusula 7.5(c) estejam em conformidade com o Contrato, e a Contratada sofra atraso e/ou incorra em Custos para cumprir uma instrução do Engenheiro para descobrir e testar novamente partes das Obras que foram cobertas, a Contratada deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP por qualquer atraso, caso a conclusão seja ou venha a ser atrasada, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de qualquer Custo, que será adicionado ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (f) A Subcláusula 7.5(e) não se aplica no caso em que o Plano de Testes da Contratada indique que a parte coberta das Obras deveria ser testada, e a Contratada tenha falhado em fazê-lo. Nesse caso, os custos de descoberta (juntamente com os custos dos testes) serão arcados pela Contratada, independentemente dos resultados dos testes.
- (g) Após receber a Notificação de Reivindicação nos termos da Subcláusula 7.5(e), o Engenheiro deverá proceder de acordo com as Subcláusulas 20.3 [Reivindicações da Contratada] e 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar as questões descritas na Subcláusula 7.5(e).

7.6 Trabalho de Reparação

- (a) Não obstante qualquer teste, exame, inspeção, medição, teste ou certificação anterior, o Engenheiro poderá instruir a Contratada a:
 - (i) reparar, corrigir ou remover do Local e substituir qualquer Instalação ou Material que não esteja em conformidade com o Contrato;
 - (ii) reparar, corrigir ou remover e executar novamente qualquer outro trabalho que não esteja em conformidade com o Contrato; e
 - (iii) executar qualquer trabalho de reparação que seja urgentemente necessário para a segurança das Obras, seja por causa de um acidente, evento imprevisível ou outro motivo.
- (b) A Contratada deverá cumprir a instrução dentro do prazo (se houver) especificado na instrução, ou imediatamente, caso a urgência seja especificada na Subcláusula 7.6(a)(iii), ou dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação. Caso contrário, a Contratante poderá agir de acordo com a Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante].

- (c) A Contratada deverá arcar com os custos de todo o trabalho de reparação exigido nos termos desta Subcláusula 7.6, exceto na medida em que qualquer trabalho sob a Subcláusula 7.6(a)(iii) seja atribuível a qualquer ato da Contratante ou do Pessoal da Contratante. Caso a Contratada sofra atraso e/ou incorra em Custos ao realizar tal trabalho, terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma EDP e/ou ao pagamento de tais Custos mais Lucro.
- (d) Se a Contratada falhar em cumprir a instrução do Engenheiro, a Contratante terá o direito de empregar e pagar outras pessoas para realizar o trabalho. Exceto na medida em que a Contratada teria direito ao pagamento pelo trabalho, a Contratada deverá, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], pagar à Contratante todos os Custos decorrentes dessa falha. Esse direito é sem prejuízo de quaisquer outros direitos que a Contratante possa ter no âmbito do Contrato ou de outra forma.

7.7 Propriedade de Instalações e Materiais

- (a) Cada item de Instalação e Materiais, na medida em que seja consistente com as Leis, tornar-se-á propriedade da Contratante, livre de Garantias Reais e outros ônus, no momento que ocorrer primeiro entre os seguintes:
 - (i) quando for entregue ao Local;
 - (ii) quando a Contratada tiver direito ao pagamento do valor da Instalação e Materiais nos termos da Subcláusula 8.10 [Pagamento por Instalações e Materiais em Caso de Suspensão]; ou
 - (iii) quando a Contratada for paga pelo valor determinado para a Instalação e Materiais nos termos da Subcláusula 14.5 [Instalações e Materiais Destinados às Obras].

7.8 Royalties

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, a Contratada deverá pagar todas as royalties, aluguéis e outros pagamentos por:
 - (i) Materiais (incluindo naturais) obtidos fora do Local; e
 - (ii) o descarte de Materiais provenientes de demolições e escavações e de outros Materiais excedentes (sejam naturais ou artificiais), exceto na medida em que as áreas de descarte dentro do Local sejam especificadas no Contrato.
- (b) Os custos de gestão adequada dos locais de Materiais e do

descarte de Materiais em conformidade com a Especificação são considerados incluídos no Preço do Contrato.

7.9 Garantias Reais

- (a) A Contratada reconhece e concorda que não deverá registrar, reivindicar ou formalizar nenhuma Garantia Real, e deverá emendar seus melhores esforços para evitar que qualquer Garantia Real seja registrada, reivindicada ou formalizada por qualquer Subcontratado ou por qualquer empregado, servidor ou agente da Contratada ou do Subcontratado, contra as Obras ou qualquer propriedade real ou outra da Contratante ou da Contratada, por quaisquer serviços prestados, obras executadas ou itens de Instalações ou Materiais fornecidos no âmbito do Contrato ou de qualquer subcontrato firmado pela Contratada. A Contratada deverá assegurar que todos os subcontratos contenham compromissos com efeito semelhante.
- (b) Caso qualquer Garantia Real seja registrada, reivindicada ou formalizada, a Contratada deverá notificar imediatamente a Contratante, com cópia para o Engenheiro, e deverá prontamente quitar, por meio de fiança ou outro método aceitável para a Contratante, tal Garantia Real.
- (c) Até que qualquer Garantia Real descrita na Subcláusula 7.9(b) seja totalmente quitada, a Contratante terá o direito de reter cento e vinte e cinco por cento (125%) do valor total reivindicado que deu origem à Garantia Real de qualquer pagamento devido à Contratada. Essa retenção de pagamento não afetará os demais direitos e obrigações das Partes sob o Contrato. Alternativamente, a Contratante poderá, a seu critério, quitar a Garantia Real pagando diretamente ao interessado o valor apropriado e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], de deduzir tal valor de futuros pagamentos a serem feitos à Contratada nos termos do Contrato.
- (d) A Contratada deverá indenizar a Contratante contra qualquer perda, dano, custo ou despesa (incluindo honorários advocatícios e os custos e despesas relacionados à quitação de qualquer Garantia Real descrita na Subcláusula 7.9(c)) decorrente ou relacionado à formalização, reivindicação ou registro de qualquer Garantia Real conforme descrito na Subcláusula 7.9(b).
- (e) Ao solicitar o Certificado de Recebimento para as Obras, nos termos da Cláusula 10 [Recebimento pela Contratante], a Contratada deverá certificar à Contratante, por meio de um certificado, que não tem conhecimento de quaisquer Garantias Reais pendentes ou reivindicações que possam resultar em Garantias Reais afetando as Obras ou o Local.

8 INÍCIO, ATRASOS E SUSPENSÃO

8.1 Início das Obras

- (a) O Engenheiro deverá notificar a Contratada com no mínimo sete (7) dias de antecedência da Data de Início das Obras, que deverá ocorrer dentro de vinte e oito (28) dias após a Data de Vigência do Contrato. A Contratada deverá iniciar o projeto (na extensão especificada neste Contrato) e a execução das Obras (incluindo, sem limitação, mobilização e aquisição) prontamente após a Data de Início e deverá prosseguir com as Obras com a devida celeridade e sem atraso

8.2 Prazo para a Conclusão

- (a) A Contratada deverá concluir a totalidade das Obras, e cada Seção (se houver), dentro do Prazo para Conclusão das Obras ou Seção (conforme o caso), que começa a contar a partir da Data de Início, incluindo a conclusão de todos os trabalhos, a aprovação de todos os testes, a correção de todos os defeitos e a submissão de todas as informações e/ou documentações exigidas no Contrato para que as Obras ou Seção sejam consideradas Completas para fins de recebimento nos termos da Subcláusula 10 [Recebimento pela Contratante].

8.3 Programa

- (a) A Contratada deverá submeter ao Engenheiro (com cópia para a Contratante), para Revisão, dentro de vinte e um (21) dias após a Data de Início, um programa inicial detalhado e totalmente compatível com o Contrato, para a execução das Obras. Este programa deverá detalhar como e quando a Contratada propõe realizar cada etapa das Obras, em conformidade com os requisitos descritos no Anexo 3.5 [Requisitos do Programa] e as Melhores Práticas da Indústria.
- (b) A Contratada também deverá submeter um programa revisado que reflita com precisão o progresso real das Obras sempre que qualquer programa deixar de refletir o progresso real ou estiver inconsistente com as obrigações da Contratada.
- (c) O programa inicial deverá incluir:
 - (i) a Data de Início e o Prazo para Conclusão das Obras e de cada Seção (se houver);
 - (ii) a data em que o direito de acesso e posse (de cada

parte) do Local será concedido à Contratada, de acordo com o tempo estipulado no Anexo 2.2 [Plano do Local]. Caso não seja especificado, as datas em que a Contratada requer que a Contratante conceda o acesso e a posse;

- (iii) a ordem na qual a Contratada pretende executar as Obras, incluindo o cronograma previsto para cada etapa de projeto (se houver), preparação e submissão de Documentos da Contratada, aquisição, fabricação, inspeção, entrega ao Local, construção, montagem, instalação, trabalho a ser realizado por qualquer Subcontratado Nomeado (conforme definido na Subcláusula 5.2 [Subcontratado Nomeado]) e testes;
- (iv) os períodos de Revisão para quaisquer submissões previstas na Especificação ou exigidas por estas Condições;
- (v) a sequência e o cronograma de amostras, inspeções e testes especificados ou exigidos pelo Contrato;
- (vi) para um programa revisado: a sequência e o cronograma do trabalho de reparação (se houver) conforme a Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição] e/ou o trabalho de reparação (se houver) instruído nos termos da Subcláusula 7.6 [Trabalho de Reparação];
- (vii) todas as atividades (no nível de detalhe especificado na Especificação), logicamente vinculadas e mostrando as datas mais cedo e mais tarde de início e conclusão de cada atividade, o "float" (se houver) e os caminhos críticos;
- (viii) as datas de todos os dias de descanso reconhecidos localmente e períodos de feriados (se houver);
- (ix) todas as datas de entrega-chave de Instalações e Materiais;
- (x) para um programa revisado e para cada atividade: o progresso real até a data, qualquer atraso nesse progresso e os efeitos desse atraso sobre outras atividades (se houver); e
- (xi) um relatório de apoio incluindo:
 - uma descrição de todas as principais etapas da execução das Obras;
 - uma descrição geral dos métodos que a Contratada pretende adotar para a execução das Obras;
 - detalhes da estimativa razoável da Contratada do número de cada categoria/classe do Pessoal da Contratada e de cada tipo de Equipamento da Contratada necessário no Local para cada etapa principal da execução das Obras;
 - em caso de um programa revisado, a identificação

de quaisquer alterações significativas ao programa anterior submetido pela Contratada; e

- as propostas da Contratada para superar os efeitos de qualquer atraso no progresso das Obras.

(d) O Engenheiro deverá concluir a Revisão do programa inicial e de cada programa revisado submetido pela Contratada e poderá emitir uma Notificação à Contratada indicando em que medida o programa não está em conformidade com o Contrato, deixou de refletir o progresso real ou está inconsistente com as obrigações da Contratada. Caso o Engenheiro não emita tal Notificação:

(i) dentro de vinte e um (21) dias após o recebimento do programa inicial; ou

(ii) dentro de quatorze (14) dias após o recebimento de um programa revisado;

o Engenheiro será considerado como tendo emitido uma Notificação de Não Objeção, e o programa inicial ou revisado (conforme o caso) será considerado o Programa.

(e) A Contratada deverá proceder de acordo com o Programa, sujeito às outras obrigações da Contratada nos termos do Contrato. O Pessoal da Contratante terá o direito de confiar no Programa ao planejar suas atividades.

(f) Nada em qualquer programa, no Programa ou em qualquer relatório de apoio será interpretado como um alívio da obrigação da Contratada de emitir Notificações conforme o Contrato.

(g) Caso, a qualquer momento, o Engenheiro emita uma Notificação indicando que o Programa falha (na medida indicada) em cumprir o Contrato ou deixou de refletir o progresso real ou está inconsistente com as obrigações da Contratada, a Contratada deverá submeter um programa revisado dentro de quatorze (14) dias após o recebimento dessa Notificação.

(h) A Contratada não terá direito a uma EDP ou a um ajuste no Preço do Contrato pelo desenvolvimento ou revisão do Programa.

(i) O Programa será utilizado para monitorar o progresso da execução das Obras.

(j) Caso, a qualquer momento, haja uma EDP, a Contratada deverá submeter um Programa revisado nos termos da Subcláusula 8.4(e) [Extensão do Prazo para Conclusão].

(k) Qualquer programa alterado ou revisado submetido pela Contratada nos termos desta Subcláusula 8.3 não substituirá o Programa, salvo se expressamente acordado pelo Engenheiro por escrito.

(l) A submissão ao Engenheiro e a Revisão por este de qualquer programa alterado ou revisado ou qualquer outro documento nos termos desta Subcláusula 8.3 não isentará, de forma

alguma, a Contratada de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato.

8.4 Extensão do Prazo para a Conclusão

- (a) A Contratada terá direito, sujeita à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma extensão do Prazo para Conclusão se, e na medida em que, a conclusão para os fins da Subcláusula 10.1 [Recebimento] for ou estiver prevista para ser atrasada por qualquer uma das seguintes causas:
 - (i) uma Variação (a menos que um ajuste no Prazo para Conclusão tenha sido acordado nos termos da Subcláusula 13.3 [Procedimento de Variação] e excluindo Variações necessárias devido a um ato, omissão ou falha da Contratada ou do Pessoal da Contratada);
 - (ii) uma causa de atraso que expressamente conceda direito a uma EDP (Extensão do Prazo) conforme uma Subcláusula destas Condições;
 - (iii) condições climáticas imprevisíveis, considerando os dados climáticos publicados no País para a localização geográfica do Local;
 - (iv) escassez imprevisível na disponibilidade de pessoal ou Bens (ou Materiais Fornecidos pela Contratante, se houver) causada por epidemias ou ações governamentais;
 - (v) sujeita à Subcláusula 4.5 [Cooperação] e à Subcláusula 4.24 [Obras Auxiliares], qualquer atraso, impedimento ou ato de prevenção causado ou atribuível à Contratante, ao Pessoal da Contratante ou a outros contratados da Contratante no Local, que era imprevisível; ou
 - (vi) sujeita à Subcláusula 8.5 [Atrasos Causados por Autoridades].
- (b) A Subcláusula 8.4(a) aplica-se se o atraso puder ser claramente demonstrado como responsável por atrasar a conclusão geral das Obras, e a Contratada puder demonstrar, para a satisfação do Engenheiro, que utilizou seus melhores esforços para minimizar tal atraso e quaisquer custos e perdas associados.
- (c) Se a Contratada considerar que tem direito a uma EDP, deverá emitir uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada]. Ao determinar cada reivindicação por extensão de prazo nos termos da Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], o Engenheiro revisará determinações anteriores e poderá aumentar, mas não diminuir, a EDP total.
- (d) Se um atraso causado por um assunto de responsabilidade

da Contratante for simultâneo a um atraso causado por um assunto de responsabilidade da Contratada, o direito da Contratada a uma EDP será avaliado de forma apropriada, considerando todas as circunstâncias relevantes.

- (e) Se o Engenheiro concordar ou determinar que a Contratada tem direito a uma EDP de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a Contratada deverá, dentro de quatorze (14) dias após tal determinação, submeter um rascunho revisado do Programa que mostre o efeito da EDP aprovada sobre o Programa existente.
- (f) Apesar de quaisquer outras disposições do Contrato, o Engenheiro poderá, a critério exclusivo e absoluto da Contratante, a qualquer momento conceder uma EDP justa e razoável. O Engenheiro não tem obrigação de conceder, ou de considerar conceder, uma EDP e não é obrigado a exercer essa discricção em benefício da Contratada.

8.5 Atrasos Causados por Autoridades

- (a) Se as seguintes condições se aplicarem, a saber:
 - (i) a Contratada seguiu diligentemente os procedimentos estabelecidos por qualquer Autoridade relevante;
 - (ii) a Autoridade atrasou ou interrompeu o trabalho da Contratada de forma que esta não possa concluir as Obras ou Seções dentro do Prazo para Conclusão; e
 - (iii) o atraso ou interrupção era imprevisível,então esse atraso ou interrupção será considerado como uma causa de atraso nos termos da Subcláusula 8.4(a) [Extensão do Prazo para Conclusão].

8.6 Taxa de Progresso

- (a) O Engenheiro poderá instruir a Contratada a submeter um programa revisado e informações de apoio descrevendo os métodos revisados que a Contratada propõe adotar para acelerar o progresso e concluir as Obras dentro do Prazo para Conclusão se, a qualquer momento, que não resulte de uma causa listada na Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]:
 - (i) o progresso real das Obras ou de uma Seção for muito lento para permitir a conclusão das Obras ou de uma Seção dentro do respectivo Prazo para Conclusão; e/ou
 - (ii) o progresso estiver (ou estará) atrasado em relação ao Programa nos termos da Subcláusula 8.3 [Programa].
- (b) Salvo notificação em contrário do Engenheiro, a Contratada deverá adotar esses métodos revisados, que podem exigir aumentos nas horas de trabalho e/ou no número de Pessoal da Contratada e/ou Bens, assumindo os riscos e custos da Contratada. Se esses métodos revisados causarem custos adicionais à Contratante, esta terá direito,

sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], ao pagamento desses custos pela Contratada, além de quaisquer Danos por Atraso sob a Subcláusula 8.7 [Danos por Atraso].

- (c) O Engenheiro poderá, a qualquer momento, seja por meio de instrução ou como consequência da falha da Contratada em cumprir suas obrigações sob o Contrato, instruir a Contratada a submeter uma proposta para acelerar a taxa de progresso das Obras por qualquer motivo, incluindo como alternativa à concessão de uma EDP para Conclusão, e agir conforme a Subcláusula 13.3 [Procedimento de Variação]. A Contratada não terá direito ao pagamento de qualquer Custo quando a instrução for emitida como consequência da falha da Contratada em cumprir suas obrigações sob o Contrato.

8.7 Danos por Atraso

- (a) Se a Contratada não concluir as Obras ou uma Seção das Obras (se houver) dentro do Prazo para Conclusão, a Contratada estará sujeita à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante] e deverá pagar Danos por Atraso à Contratante por esse descumprimento.
- (b) Os Danos por Atraso serão o valor declarado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], que deverá ser pago por cada dia que transcorrer entre o Prazo para Conclusão relevante e a Data de Conclusão das Obras ou Seção relevante (se houver).
- (c) O valor total dos Danos por Atraso devidos nos termos desta Subcláusula 8.7 não deverá exceder o valor máximo agregado de Danos por Atraso (se houver) declarado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato]. Caso nenhum valor máximo seja declarado, o valor máximo agregado será de dez (10) por cento do Valor Aceito do Contrato.
- (d) Caso a Contratante tenha direito, nos termos desta Subcláusula 8.7, ao valor máximo agregado de Danos por Atraso, poderá rescindir o Contrato de acordo com a Subcláusula 15.2(a) [Rescisão pela Contratante].
- (e) Esses Danos por Atraso serão os únicos danos devidos pela Contratada por tal descumprimento, exceto em caso de rescisão nos termos da Subcláusula 15.2 [Rescisão pela Contratante] antes da conclusão das Obras.
- (f) Esta Subcláusula 8.7 não limitará a responsabilidade da Contratada por Danos por Atraso em caso de fraude, negligência grave, descumprimento deliberado ou conduta imprudente por parte da Contratada.

8.8 Suspensão pela Contratante

- (a) O Engenheiro poderá, a qualquer momento, instruir a Contratada, por meio de uma Notificação, a suspender o progresso de parte ou de todas as Obras e poderá, a seu critério exclusivo e absoluto, notificar a Contratada sobre a causa da suspensão e a data em que ela entra em vigor.

- (b) Durante qualquer período de suspensão, a Contratada não deverá remover do Local quaisquer Materiais, Instalações ou Equipamentos da Contratada sem o consentimento prévio por escrito do Engenheiro ou da Contratante.
- (c) Durante tal suspensão, a Contratada deverá proteger, armazenar e resguardar as Obras (ou a parte relevante das Obras) contra qualquer deterioração, perda ou dano.
- (d) Se e na medida em que a suspensão for causada ou contribuída pela Contratada, ou pelo Pessoal da Contratada, as Subcláusulas 8.9 [Consequências da Suspensão pela Contratante], 8.10 [Pagamento por Instalações e Materiais em Caso de Suspensão] e 8.11 [Suspensão Prolongada] não se aplicarão.

8.9 Consequências da Suspensão pela Contratante

- (a) Sujeito à Subcláusula 8.9(b), caso a Contratada sofra atraso e/ou incorra em Custos para cumprir as instruções do Engenheiro nos termos da Subcláusula 8.8 [Suspensão pela Contratante] e/ou para retomar os trabalhos, a Contratada terá direito, sujeita à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP por qualquer atraso, caso o Prazo para Conclusão seja ou venha a ser atrasado, conforme a Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de tais Custos mais Lucro, que serão adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (b) Para evitar dúvidas, a Contratada não terá direito a uma EDP ou a qualquer aumento no Preço do Contrato para reparar as consequências de projeto, mão de obra, Materiais ou Instalações defeituosos ou falhos, ou qualquer deterioração, perda ou dano causados pela falha da Contratada em proteger, armazenar ou resguardar em conformidade com a Subcláusula 8.8 [Suspensão pela Contratante], ou em relação a qualquer outra violação do Contrato pela Contratada ou pelo Pessoal da Contratada.

8.10 Pagamento por Instalações e Materiais em Caso de Suspensão

- (a) A Contratada terá direito ao pagamento do valor (na data da suspensão) de Instalações e/ou Materiais que foram encomendados, mas não entregues ao Local, se:
 - (i) o trabalho na Instalação ou a entrega de Instalações e/ou Materiais tiver sido suspenso por mais de vinte e oito (28) dias consecutivos;
 - (ii) as Instalações e/ou Materiais estivessem programados, de acordo com o Programa, para estarem concluídos e prontos para entrega ao Local durante o período de suspensão;
 - (iii) a Contratada fornecer ao Engenheiro evidências razoáveis de que as Instalações e/ou Materiais estão em conformidade com o

Contrato; e

- (iv) a Contratada tenha pago pelas Instalações e/ou Materiais, os tenha armazenado adequadamente e marcado como propriedade da Contratante, de acordo com as instruções do Engenheiro.

8.11 Suspensão Prolongada

- (a) Se uma suspensão nos termos da Subcláusula 8.8 [Suspensão pela Contratante] continuar por mais de cento e oitenta (180) dias consecutivos, a Contratada poderá solicitar permissão do Engenheiro para prosseguir com as Obras.
- (b) Caso o Engenheiro não conceda a permissão no prazo de vinte e oito (28) dias após a solicitação, a Contratada poderá, mediante notificação ao Engenheiro, tratar a suspensão como uma omissão nos termos da Cláusula 13 [Variações e Ajustes] para a parte afetada das Obras. Se a suspensão afetar a totalidade das Obras, a Contratada poderá emitir uma Notificação de rescisão nos termos da Subcláusula 16.2 [Rescisão pela Contratada].

8.12 Retomada dos Trabalhos

- (a) Após a concessão de permissão ou instrução para prosseguir com as Obras pelo Engenheiro, a Contratada e o Engenheiro deverão examinar conjuntamente as Obras, Instalações e Materiais afetados pela suspensão. A Contratada deverá reparar qualquer deterioração, defeito ou perda nas Obras, Instalações ou Materiais ocorrida durante a suspensão. Caso a causa da suspensão seja atribuível ou de responsabilidade da Contratada, esta deverá arcar com os custos das reparações.

9 TESTES NA CONCLUSÃO

9.1 Obrigações da Contratada

- (a) A Contratada deverá realizar os Testes na Conclusão de acordo com esta Subcláusula 9.1, a Subcláusula 7.4 [Testes] e a Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição], a Especificação, o SGQ e o Sistema de Verificação de Conformidade previstos na Subcláusula 4.8 [Sistemas de Gestão de Qualidade e Verificação de Conformidade], e de acordo com a Subcláusula 10.1 [Recebimento].
- (b) A Contratada deverá notificar o Engenheiro com pelo menos vinte e um (21) dias de antecedência da data em que estará pronta para realizar cada um dos Testes na Conclusão. Salvo acordo em contrário, os Testes na Conclusão deverão ser realizados dentro de quatorze (14) dias após essa data, no(s) dia(s) indicado(s) pelo Engenheiro.
- (c) Salvo disposição em contrário no Contrato, os Testes na Conclusão deverão ser realizados de acordo com a Especificação e o Plano de Testes aprovado.
- (d) Assim que as Obras, ou uma Seção, passarem em cada um dos Testes na Conclusão, em conformidade com a Especificação, a Contratada deverá submeter um relatório certificado dos resultados desses testes ao Engenheiro.
- (e) O Engenheiro deverá concluir uma Revisão desse relatório e poderá emitir uma Notificação à Contratada indicando em que medida os resultados dos testes não estão em conformidade com o Contrato. Caso o Engenheiro não emita tal Notificação dentro de quatorze (14) dias após receber os resultados dos testes, será considerado que o Engenheiro deu sua Não Objeção.
- (f) Ao considerar os resultados dos Testes na Conclusão, o Engenheiro deverá levar em conta os efeitos de qualquer uso (de qualquer parte) das Obras pela Contratante no desempenho ou outras características das Obras.
- (g) Caso qualquer um dos Testes na Conclusão falhe, a Subcláusula 9.3 [Reteste] será aplicável.

9.2 Testes Atrasados

- (a) Caso os Testes na Conclusão sejam indevidamente atrasados pela Contratada, o Engenheiro poderá, por meio de Notificação, exigir que a Contratada realize os Testes na Conclusão dentro de vinte e um (21) dias após o recebimento da Notificação. A Contratada deverá realizar os Testes na Conclusão nos dias dentro desse período de vinte e um (21) dias que notificar ao Engenheiro.
- (b) Caso a Contratada não realize os Testes na Conclusão dentro desse período de vinte e um (21) dias, o Pessoal da Contratante poderá realizar os Testes na Conclusão por conta e risco da Contratada. Quaisquer Testes na Conclusão realizados de acordo com esta Subcláusula 9.2(b) serão considerados realizados na presença da Contratada, e os resultados dos Testes na Conclusão serão aceitos como precisos.

- (c) Caso a Contratante incorra em custos adicionais como resultado de tais testes, terá direito, sujeita à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], ao pagamento desses custos razoavelmente incorridos pela Contratada.
- (d) Caso os Testes na Conclusão sejam indevidamente atrasados pela Contratante, a Subcláusula 10.4 [Interferência com os Testes na Conclusão] será aplicável.

9.3 Retestes

- (a) Caso as Obras, ou uma Seção, não passem nos Testes na Conclusão, a Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição] será aplicável, e o Engenheiro poderá exigir que os Testes na Conclusão que falharam, bem como os Testes na Conclusão em quaisquer trabalhos relacionados, sejam repetidos sob os mesmos termos e condições.

9.4 Falha em Passar nos Testes na Conclusão

- (a) Caso as Obras, ou uma Seção, não passem nos Testes na Conclusão repetidos sob a Subcláusula 9.3 [Retestes], o Engenheiro poderá, a seu critério exclusivo e absoluto, estar autorizado a:
 - (i) ordenar uma nova repetição dos Testes na Conclusão conforme a Subcláusula 9.3 [Retestes];
 - (ii) se a falha privar a Contratante de substancialmente todo o benefício das Obras ou Seção, rejeitar as Obras ou Seção (conforme o caso), evento no qual a Contratante terá os mesmos recursos previstos na Subcláusula 11.4(b) [Falha em Reparar Defeitos]; ou
 - (iii) emitir um Certificado de Recebimento, caso a Contratante assim solicite.
- (b) Na eventualidade da aplicação da Subcláusula 9.4(a)(iii), a Contratada deverá prosseguir de acordo com todas as suas outras obrigações previstas no Contrato, e o Preço do Contrato será reduzido por um valor apropriado para cobrir a redução de valor para a Contratante em decorrência dessa falha.
- (c) A menos que a redução relevante para essa falha seja especificada (ou o método de seu cálculo seja definido) no Contrato, a Contratante poderá exigir que a redução seja:
 - (i) acordada pelas Partes (como plena satisfação dessa falha apenas) e paga antes da emissão desse Certificado de Recebimento; ou
 - (ii) determinada e paga nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] e da Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

10 RECEBIMENTO PELA CONTRATANTE

10.1 Recebimento

- (a) As Obras ou uma Seção serão consideradas como Completas e prontas para o recebimento pela Contratante somente quando, na opinião razoável do Engenheiro:
- (i) As Obras ou a Seção relevante das Obras estiverem concluídas de acordo com os requisitos do Contrato, exceto por omissões menores e defeitos menores que:
- não impeçam o uso da totalidade das Obras, ou da Seção ou parte relevante das Obras, e do Local para o propósito pretendido;
 - não causem qualquer restrição sob qualquer Lei ou orientação de qualquer Autoridade para o uso ou ocupação da totalidade das Obras, ou da Seção ou parte relevante das Obras;
 - a Contratada tenha motivos razoáveis para não corrigir prontamente tais omissões e defeitos; e
 - a falha em corrigir prontamente essas omissões e defeitos não prejudique o uso seguro e conveniente da totalidade das Obras, ou da Seção ou parte relevante das Obras, e do Local para o propósito pretendido.
- (ii) Todos os comissionamentos, testes e treinamentos exigidos no Contrato tenham sido realizados com sucesso de acordo com a Cláusula 9 [Testes na Conclusão] e a Subcláusula 4.4 [Treinamento];
- (iii) Todas as informações a serem fornecidas pela Contratada à Contratante e ao Engenheiro nos termos do Contrato tenham sido entregues, incluindo:
- Documentos da Contratada;
 - seis (6) cópias de todos os registros "as-built" no formato aprovado pelo Engenheiro e documentos relacionados, incluindo um conjunto completo de especificações e desenhos (se houver) a serem preparados pela Contratada ou em seu nome nos termos do Contrato;
 - resultados de todos os testes realizados de acordo com a Cláusula 9 [Testes na Conclusão]; e
 - manuais de operação e manutenção (se houver), com detalhes suficientes para que a Contratante possa operar, manter, desmontar, remontar, ajustar e reparar esta Seção ou parte das Obras.
- (iv) Qualquer certificado ou aprovação, que deva ser emitido ou dado por uma Autoridade para ocupar ou usar legalmente a totalidade das Obras, ou a Seção ou parte relevante das Obras, tenha sido emitido ou dado por essa Autoridade e fornecido ao Engenheiro;

- (v) A limpeza das Obras, ou da Seção ou parte relevante das Obras, incluindo limpeza de superfícies internas e externas, remoção de detritos do Local e eliminação de resíduos e materiais excedentes do Local, conforme a Subcláusula 4.21 [Operações da Contratada no Local], tenha sido concluída;

- (vi) A desmontagem e remoção das Obras Temporárias do Local, incluindo andaimes, tapumes, barricadas e passagens de pedestres específicas para as Obras, ou a Seção ou parte relevante das Obras, tenham sido concluídas;
- (vii) Se aplicável, a recuperação de acessos às Obras, incluindo estradas, calçadas, meios-fios e sarjetas adjacentes às Obras, incluindo qualquer trabalho de retificação exigido pela Subcláusula 4.14 [Rota de Acesso], tenha sido concluída;
- (viii) A Contratada tenha substituído quaisquer consumíveis relacionados à Instalação (como filtros, juntas, lubrificantes, etc.), limpo, reformado, recondicionado e corrigido quaisquer desgastes da Instalação e/ou equipamentos que a Contratada tenha operado antes do recebimento pela Contratante;
- (ix) Quaisquer requisitos para o recebimento previstos no Contrato tenham sido cumpridos; e
- (x) Um Certificado de Recebimento tenha sido emitido.

10.2 Recebimento das Obras e Seções

- (a) A Contratada deverá solicitar ao Engenheiro, por meio de uma notificação, um Certificado de Recebimento com antecedência de, no mínimo, catorze (14) dias antes da data em que, na opinião da Contratada, as Obras estarão Completas e prontas para o recebimento. Se as Obras forem divididas em Seções, a Contratada deverá, de forma similar, solicitar um Certificado de Recebimento para cada Seção.
- (b) O Engenheiro deverá, dentro de vinte e oito (28) dias após receber a solicitação da Contratada:
 - (i) emitir o Certificado de Recebimento para a Contratada, indicando a data em que as Obras ou a Seção foram Concluídas e recebidas (a Data de Conclusão conforme o Contrato), exceto por quaisquer omissões menores, trabalhos pendentes e defeitos que, na opinião do Engenheiro (a seu critério exclusivo e absoluto), não afetem substancialmente o uso das Obras ou Seção para o propósito pretendido até que esse trabalho seja concluído e esses defeitos, conforme listado na Lista de Defeitos, sejam corrigidos; ou
 - (ii) rejeitar a solicitação, fornecendo razões e especificando os trabalhos que a Contratada deve realizar para que o Certificado de Recebimento possa ser emitido. A Contratada deverá então concluir esses trabalhos antes de emitir uma nova notificação nos termos da Subcláusula 10.2(a).
- (c) Quando um Certificado de Recebimento for emitido para uma Parte, Seção ou a totalidade das Obras, a Contratante deverá assumir a posse dessa Parte, Seção ou totalidade das Obras a partir da data de recebimento certificada no Certificado de Recebimento.

10.3 Recebimento de Partes das Obras

- (a) O Engenheiro poderá, a critério exclusivo e absoluto da Contratante,

emitir um Certificado de Recebimento para qualquer parte das Obras Permanentes, incluindo uma Seção.

- (b) A Contratante não deverá utilizar nenhuma parte das Obras ou uma Seção (exceto como medida temporária especificada no Contrato ou acordada pelas Partes por escrito, ou por razões atribuíveis a atos, omissões, violações ou falhas da Contratada ou do Pessoal da Contratada), a menos e até que o Engenheiro tenha emitido um Certificado de Recebimento para essa parte.
- (c) Caso a Contratante utilize qualquer parte das Obras (exceto como medida temporária especificada no Contrato, acordada pelas Partes por escrito, ou por razões atribuíveis a atos, omissões, violações ou falhas da Contratada ou do Pessoal da Contratada) antes que o Certificado de Recebimento relevante seja emitido:
 - (i) a parte que for utilizada será considerada como recebida a partir da data em que for utilizada pela Contratante;
 - (ii) a Contratada deixará de ser responsável pelo cuidado de tal parte a partir dessa data, quando a responsabilidade passará para a Contratante; e
 - (iii) o Engenheiro deverá emitir, assim que possível, um Certificado de Recebimento para essa parte.
- (d) Após o Engenheiro emitir um Certificado de Recebimento para uma parte das Obras ou uma Seção, a Contratada deverá receber a primeira oportunidade de tomar as medidas necessárias para realizar quaisquer Testes na Conclusão pendentes. A Contratada deverá realizar esses Testes na Conclusão ou resolver quaisquer itens pendentes na Lista de Defeitos assim que possível e, em qualquer caso, antes da data de expiração do PND relevante.
- (e) Sujeito à Subcláusula 10.3(f), caso a Contratada incorra em Custos devido ao recebimento e/ou uso pela Contratante de uma parte, a Contratada terá direito, sujeita à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], ao pagamento desses Custos mais Lucro, que deverão ser adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (f) Quando, por razões atribuíveis aos atos ou omissões da Contratada, a Contratante, a seu critério absoluto, optar por instruir a emissão de um Certificado de Recebimento ou utilizar uma parte das Obras em conformidade com esta Subcláusula 10.3, a Contratada não terá direito a qualquer EDP ou aumento no Preço do Contrato.
- (g) Caso um Certificado de Recebimento tenha sido emitido para uma parte das Obras (exceto uma Seção), os Danos por Atraso subsequentes para a conclusão do restante da totalidade das Obras deverão ser reduzidos. Da mesma forma, os Danos por Atraso para o restante da Seção (se houver) em que essa parte está incluída também deverão ser reduzidos. Para qualquer período de atraso após a data indicada neste Certificado de Recebimento, a redução proporcional nesses Danos por Atraso deverá ser calculada como a proporção que o valor da parte assim certificada representa em relação ao valor total das Obras ou Seção (conforme o caso). O Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar essas proporções. As disposições desta Subcláusula 10.3(g) deverão se aplicar apenas à taxa diária de Danos por Atraso nos termos da Subcláusula 8.7 [Danos por Atraso] e não deverão afetar o valor máximo desses Danos por Atraso.

10.4 Interferência com os Testes na Conclusão

- (a) Se a Contratada for impedida, por mais de quatorze (14) dias, de realizar os Testes na Conclusão por uma causa pela qual a Contratante seja responsável, a Contratante será considerada como tendo recebido as Obras ou a Seção (conforme o caso) na data em que os Testes na Conclusão teriam sido concluídos.
- (b) O Engenheiro deverá então emitir um Certificado de Recebimento correspondente, e a Contratada deverá realizar os Testes na Conclusão assim que possível, antes da data de expiração do PND. O Engenheiro deverá exigir a realização dos Testes na Conclusão emitindo uma notificação de quatorze (14) dias à Contratada.
- (c) Caso a Contratada sofra atraso e/ou incorra em Custos por ter sido impedida de realizar os Testes na Conclusão, deverá notificar o Engenheiro e terá direito, sujeita à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP para qualquer atraso, caso a conclusão esteja ou venha a estar atrasada, nos termos da Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) pagamento de tais Custos mais Lucro, que deverão ser incluídos no Preço do Contrato.

10.5 Elementos que Requerem Reinstalação

- (a) Salvo disposição em contrário em um Certificado de Recebimento, um certificado para uma Seção ou parte das Obras não será considerado como certificação de conclusão de qualquer terreno ou outros elementos/superfícies que exijam reinstalação.

11 RESPONSABILIDADE POR DEFEITOS

11.1 Conclusão da Obras Pendentes e Correção de Defeitos

- (a) Para que as Obras ou Seções (conforme aplicável) e os Documentos da Contratada estejam na condição exigida pelo Contrato (exceto desgaste natural) até a data de expiração do Período de Notificação de Defeitos (DNP) ou o mais rápido possível após essa data, a Contratada deverá:
 - (i) concluir qualquer trabalho listado na Lista de Defeitos e qualquer outro trabalho que esteja pendente na Data de Conclusão relevante, dentro dos prazos indicados no Certificado de Recebimento correspondente ou dentro de qualquer outro prazo razoável instruído pelo Engenheiro; e
 - (ii) executar todos os trabalhos necessários para corrigir defeitos ou danos, conforme notificado pelo Empregador (ou em nome deste), na data de expiração do DNP para as Obras ou Seção (conforme o caso).
- (b) Se surgir um defeito (incluindo se as Obras não passarem nos Testes após a Conclusão, se houver) ou ocorrer algum dano durante o DNP relevante, a Contratada deverá ser notificada de acordo, pelo Empregador (ou em nome deste). Logo após a notificação:
 - (i) a Contratada e a Contratante (ou qualquer Pessoal da Contratante) deverão inspecionar conjuntamente o defeito ou dano;
 - (ii) a Contratada deverá então preparar e submeter uma proposta para os trabalhos corretivos necessários; e
 - (iii) as alíneas (a), (b) e (c) da Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição] deverão ser aplicáveis.

11.2 Custo da Correção de Defeitos

- (a) Todas as obras referidas na Subcláusula 11.1 (a) [Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos] deverão ser executado por conta e risco da Contratada, caso e na medida em que a Obra seja atribuível a:
 - (i) projeto da Contratada (se houver), exceto por qualquer parte do projeto pela qual a Contratante seja responsável;
 - (ii) a Obra, Instalações, Materiais ou mão de obra não estarem em conformidade com o Contrato;
 - (iii) operação ou manutenção inadequada, ou treinamento atribuível a questões pelas quais a Contratada é responsável; ou
 - (iv) falha da Contratada em cumprir qualquer outra obrigação prevista no Contrato.
- (b) Caso a Contratada considere que a Obra é atribuível a qualquer outra causa, a Contratada deverá prontamente enviar uma Notificação ao Engenheiro, e o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para concordar ou determinar a causa. Caso, e na medida em que, o Engenheiro determine que tal Obra é atribuível a qualquer outra causa, a Subcláusula 13.3 [Procedimento de Alteração] deverá ser aplicada.

11.3 Extensão do Período de Notificação de Defeitos

- (a) A Contratante terá direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], a uma prorrogação do DNP para a Obra, uma Seção ou uma Parte, caso, e na medida em que, a Obra, uma Seção, uma Parte ou um item principal de Instalações (conforme o caso), após a entrega, não possa ser utilizada para os fins a que se destina devido a um defeito ou dano, conforme as condições estabelecidas na Subcláusula 11.2 [Custo para Correção de Defeitos]. No entanto, o DNP não poderá ser prorrogado por mais de dois (2) anos após o término do DNP inicial referente àquela Obra, Seção ou Parte.
- (b) Se a entrega e/ou a montagem das Instalações e/ou Materiais tiver sido suspensa conforme a Subcláusula 8.8 [Suspensão pela Contratante] (exceto quando a causa dessa suspensão for de responsabilidade da Contratada) ou a Cláusula 16 [Suspensão e Rescisão pela Contratada], as obrigações da Contratada sob esta Cláusula 11 [Responsabilidade por Defeitos] não se aplicarão a quaisquer defeitos ou danos que ocorram mais de dois (2) anos após o término do DNP para a Obra, da qual as Instalações e/ou Materiais fazem parte.

11.4 Falha na Correção de Defeitos

- (a) Se a Contratada falhar em corrigir qualquer defeito ou dano conforme a Subcláusula 11.1 [Conclusão de Trabalhos Pendentes e Correção de Defeitos] dentro de um prazo razoável, uma data será fixada pelo Engenheiro, na qual ou até a qual o defeito ou dano deverá ser corrigido. A Contratada deverá ser notificada com antecedência razoável dessa data.
- (b) Se a Contratada falhar em corrigir o defeito ou dano até a data notificada e este trabalho corretivo deva ser executado às custas da Contratada conforme a Subcláusula 11.2 [Custo para Correção de Defeitos], a Contratante poderá (a seu exclusivo critério e discricção absoluta):
 - (i) executar o trabalho por si mesma ou fazer com que o trabalho seja executado por terceiros, de maneira razoável e às custas e riscos da Contratada. A Contratada deverá, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], pagar à Contratante o Custo incorrido pela Contratante para corrigir o defeito ou dano, mas a Contratada não terá responsabilidade por este trabalho.
 - (ii) aceitar a obra danificada ou com defeito, caso em que a Contratante terá direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], a uma redução no Preço do Contrato. A redução será em plena satisfação apenas por esta falha e deverá corresponder a um valor apropriado para cobrir a redução do valor para a Contratante em decorrência dessa falha.
 - (iii) Exigir ao Engenheiro que trate qualquer parte da Obra que não possa ser utilizada para os fins pretendidos sob o Contrato, em razão dessa falha, como uma omissão, como se tal omissão tivesse sido instruída sob a Subcláusula 13.1 [Direito de Variações]; ou
 - (iv) rescindir o Contrato, caso o defeito ou dano prive a Contratante de substancialmente todo o benefício da Obra. Sem prejuízo de quaisquer outros direitos, sob o Contrato ou de outra forma, a Contratante terá então o direito de recuperar da Contratada todas as quantias pagas pela Obra ou por essa parte (conforme o caso), acrescidas do Custo, incluindo o custo de desmontagem, limpeza do Local e devolução das Instalações e Materiais à Contratada.
- (c) O exercício da discricionabilidade pela Contratante sob a Subcláusula 11.4 (b) (ii), (iii) ou (iv) será sem prejuízo de quaisquer outros direitos que a Contratante possa ter, nos termos do Contrato ou de outra forma.

11.5 Remoção de Obra Defeituosa

- (a) Se, durante o DNP, a Contratada considerar que qualquer defeito ou dano em

quaisquer Instalações ou na Obra não pode ser corrigido de forma rápida no Local, a Contratada deverá enviar uma Notificação com as devidas justificativas à Contratante, solicitando consentimento para remover as Instalações ou a Obra defeituosas ou danificadas do Local para fins de reparo e sua reinstalação em uma data específica ou mutuamente acordada.

- (b) Se a Contratante der consentimento (a seu exclusivo critério e discricção absoluta, sendo que tal consentimento não isentará a Contratada de qualquer obrigação ou responsabilidade sob o Contrato), a Contratada poderá remover do Local os itens das Instalações ou da Obra que estejam defeituosos ou danificados. Como condição para qualquer consentimento, a Contratante poderá exigir que a Contratada aumente o valor da Garantia de Execução pelo custo total de substituição dos itens defeituosos ou danificados das Instalações ou da Obra, ou que forneça outra garantia apropriada aprovada pela Contratante.

11.6 Testes Adicionais

- (a) Dentro de sete (7) dias após a conclusão do trabalho de correção de qualquer defeito ou dano, a Contratada deverá enviar uma Notificação à Contratante descrevendo a Obra, Seção, Parte e/ou Instalações corrigidas e os testes repetidos propostos (sob a Cláusula 9 [Testes na Conclusão]). Dentro de sete (7) dias após o recebimento desta Notificação, a Contratante deverá enviar uma Notificação à Contratada, informando:
 - (i) concordar com tais testes propostos; ou
 - (ii) instruções sobre a repetição dos testes necessários para demonstrar que a Obra, Seção, Parte e/ou Instalações corrigidas estão em conformidade com o Contrato.
- (b) Se a Contratada deixar de enviar tal Notificação dentro dos sete (7) dias, a Contratante poderá enviar uma Notificação à Contratada, dentro de quatorze (14) dias após a correção do defeito ou dano, instruindo a repetição dos testes necessários para demonstrar que a Obra, Seção, Parte e/ou Instalações corrigidas estão em conformidade com o Contrato.
- (c) Todos os testes repetidos sob esta Subcláusula 11.6 deverão ser realizados de acordo com os termos aplicáveis aos testes anteriores, exceto que serão realizados por conta e risco da Parte responsável, conforme a Subcláusula 11.2 [Custo para Correção de Defeitos], pelo custo dos trabalhos corretivos.

11.7 Direito de Acesso

- (a) Até que o Certificado de Conclusão Final tenha sido emitido, a Contratada terá, com a aprovação prévia por escrito da Contratante, um direito limitado de acesso à Obra e aos registros de operação e desempenho da Obra, conforme for razoavelmente necessário para que a Contratada cumpra esta Cláusula 11 [Responsabilidade por Defeitos], exceto quando tal acesso for inconsistente com as restrições de segurança razoáveis da Contratante ou com acordos celebrados com terceiros, como compradores e outros contratados.

11.8 Investigações da Contratada

- (a) A Contratada deverá, se instruída pelo Engenheiro, investigar a causa de qualquer defeito, sob a direção do Engenheiro. A Contratada deverá realizar a investigação nas datas indicadas na instrução do Engenheiro ou em outras datas acordadas com o Engenheiro. A menos que o defeito deva ser corrigido às custas da Contratada conforme a Subcláusula 11.2 [Custo para Correção de Defeitos], qualquer Custo acrescido do Lucro para a investigação deverá ser acordado ou determinado pelo Engenheiro de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] e deverá ser

incluído no Preço do Contrato.

- (b) Se a Contratada deixar de realizar a investigação de acordo com esta Subcláusula 11.8, a investigação poderá ser realizada pelo Pessoal da Contratante. A Contratada deverá receber uma Notificação com a data em que tal investigação será realizada e deverá comparecer às suas próprias custas. Se o defeito deva ser corrigido às custas da Contratada, conforme a Subcláusula 11.2 [Custo para Correção de Defeitos], a Contratante terá o direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], ao reembolso, por parte da Contratada, dos custos da investigação razoavelmente incorridos pela Contratante.

11.9 Certificado de Conclusão Final

- (a) O cumprimento das obrigações da Contratada não será considerado concluído para fins de emissão do Certificado de Conclusão Final até que a Contratante tenha recebido as garantias especificadas no Contrato e quaisquer outras garantias normalmente fornecidas por fornecedores, fabricantes e Subcontratadas para trabalhos de escopo e complexidade similares à Obra, bem como a confirmação de que as garantias são passíveis de novação da Contratante para qualquer entidade indicada pela Contratante ou estão em nome do representante da Contratante, conforme a Subcláusula 4.23 [Cessão e Novação de Garantias do Fabricante], ou, se a Subcláusula 4.23 (c) se aplicar, a Contratada tenha demonstrado, de forma satisfatória e razoável à Contratante ou ao seu representante, que envidou seus melhores esforços para exercer os direitos que a Contratada possa ter em benefício da Contratante.
- (b) O cumprimento das obrigações da Contratada não será considerado concluído até que a Contratante ou seu representante tenha emitido o Certificado de Conclusão Final à Contratada, indicando a data em que a Contratada completou suas obrigações nos termos do Contrato.
- (c) A Contratante deverá emitir o Certificado de Conclusão Final dentro de vinte e oito (28) dias após o término do DNP para toda a Obra ou após a última das datas de término dos DNPs para as Seções, ou tão logo a Contratada tenha fornecido todos os Documentos da Contratada e concluído e testado toda a Obra, incluindo a correção de defeitos notificados nos termos da Subcláusula 11.1 [Conclusão de Obras Pendentes e Correção de Defeitos].

11.10 Obrigações Não Cumpridas

- (a) Após a emissão do Certificado de Conclusão Final, cada Parte permanecerá responsável pelo cumprimento de qualquer obrigação que se torne aparente nesse momento. Para fins de determinação da natureza e extensão das obrigações não cumpridas, o Contrato será considerado como permanecendo em vigor.
- (b) Não obstante a emissão do Certificado de Conclusão Final, a Contratada será responsável por corrigir, às suas custas e despesas, qualquer Defeito Oculto, bem como qualquer dano à Obra causado por tal Defeito Oculto, que apareça ou ocorra a qualquer momento durante o Período de Defeito Oculto. A Contratante deverá notificar a Contratada sobre qualquer Defeito Oculto ou dano. A Contratante deverá conceder à Contratada o acesso à Obra Permanente, conforme for razoável em todas as circunstâncias, para corrigir o Defeito Oculto ou o dano. A Contratada deverá corrigir tal Defeito Oculto ou dano assim que for razoavelmente possível.
- (c) Se a Contratada deixar de corrigir qualquer Defeito Oculto ou dano dentro de um prazo razoável, o Engenheiro deverá instruir a Contratada sobre uma data razoável na qual, ou até a qual, o Defeito Oculto ou dano deverá ser corrigido. Se a Contratada deixar de corrigir o Defeito Oculto ou dano até a data notificada, a Contratante (ou qualquer outra

parte em seu nome) deverá realizar o trabalho, de maneira razoável e às custas da Contratada (mas a Contratada não terá responsabilidade por esse trabalho), e a Contratada deverá reembolsar à Contratante os custos razoavelmente incorridos pela Contratante para corrigir o Defeito Oculto ou dano. Esta Subcláusula 11.10 não isentará a Contratada de quaisquer de suas garantias, obrigações ou responsabilidades previstas ou relacionadas ao Contrato ou de outra forma prescritas por Leis.

- (d) Sujeito a qualquer disposição expressa em contrário no Contrato, as respectivas garantias, obrigações ou responsabilidades das Partes não cessam com a conclusão, expiração ou rescisão deste Contrato.

11.11 Liberação do Local

- (a) Prontamente após a emissão do Certificado de Conclusão Final, a Contratada deverá, às suas próprias custas:
 - (i) remover qualquer Equipamento da Contratada restante, material excedente, destroços, lixo e Obras Temporárias do Local;
 - (ii) reinstalar todas as partes do Local que foram afetadas ou alteradas pelas atividades da Contratada durante a execução das Obras; e
 - (iii) deixar o Local e as Obras em condições limpas e seguras.
- (b) Caso a Contratada deixe de cumprir a Subcláusula 11.11 (a) dentro de vinte e oito (28) dias após a Contratante receber uma cópia do Certificado de Conclusão Final, a Contratante poderá vender ou, de outra forma, dispor de quaisquer itens remanescentes e poderá reinstalar e limpar o Local (conforme necessário) às custas da Contratada. Os custos incorridos pela Contratante relacionados ou atribuíveis a tal venda, disposição, reinstalação ou limpeza do Local constituirão uma dívida devida e pagável pela Contratada, a qual a Contratante poderá deduzir do produto de qualquer venda ou disposição de tais itens, com o saldo de quaisquer valores remanescentes sendo pago à Contratada.

12 MEDIÇÃO E VALORAÇÃO

12.1 Obras a Serem Medidas

- (a) As Obras deverão ser medidas de acordo com esta Cláusula 12 [Medição e Valoração].
- (b) Sempre que o Engenheiro exigir que qualquer parte da Obra seja mensurada, deverá ser dada à Contratada uma notificação razoável sobre a parte a ser mensurada e a data em que a medição será realizada, devendo a Contratada:
 - (i) comparecer ou enviar um representante qualificado para auxiliar o Engenheiro na realização da medição; e
 - (ii) fornecer quaisquer detalhes solicitados pelo Engenheiro.
- (c) Se a Contratada falhar em comparecer ou enviar um representante, a medição realizada pelo Engenheiro (ou em seu nome) deverá ser aceita e considerada como precisa pela Contratada.
- (d) Salvo se disposto de outra forma no Contrato, sempre que quaisquer Obras Permanentes devam ser medidas a partir de registros, esses registros deverão ser preparados pelo Engenheiro. A Contratada deverá, sempre que solicitado, examinar e concordar com os registros junto ao Engenheiro. Caso a Contratada falhe comparecer, os registros deverão ser aceitos e considerados como precisos pela Contratada.
- (e) Se a Contratada examinar e discordar dos registros, deverá enviar uma notificação ao Engenheiro, indicando os motivos pelos quais considera que a medição ou os registros estão imprecisos. Após receber essa Notificação, o Engenheiro deverá revisar os registros e confirmá-los ou alterá-los. Caso a Contratada não envie tal notificação ao Engenheiro dentro de quatorze (14) dias após ter sido solicitada a comparecer à medição ou examinar os registros, estes deverão ser aceitos e considerados como precisos.

12.2 Método de Medição

- (a) O método de medição deverá ser conforme estabelecido no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] ou, caso não esteja declarado, deverá ser de acordo com o Anexo 4.1.A [Lista de Quantidades] ou outros Anexos aplicáveis.
- (b) Salvo quando disposto de outra forma no Contrato, a medição deverá ser feita com base na quantidade líquida real de cada item da Obra Permanente, e nenhuma margem será permitida para aumento, redução ou desperdício.

12.3 Valoração

- (a) Salvo quando disposto de outra forma no Contrato, o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para valorar cada item da Obra, aplicando a valoração, o método de pagamento e a taxa ou preço apropriado para o item, conforme acordado ou determinado em conformidade com o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento], com a Subcláusula 12.1 [Obras a Serem Mensuradas] e a Subcláusula 12.2 [Método de Medição].
- (b) Para cada item da Obra, a taxa ou o preço apropriado para o item deverá ser a taxa ou o preço especificado para tal item no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas]; caso não exista tal item, será aplicado o especificado para obras similares.
- (c) Cada nova taxa ou preço deverá ser derivado de quaisquer taxas ou preços relevantes no Contrato. Caso não existam taxas ou preços relevantes para a derivação de uma nova taxa ou preço, este deverá ser derivado do custo razoável de execução do trabalho, acrescido do lucro, levando em consideração quaisquer outros aspectos

relevantes.

- (d) Até que uma taxa ou preço apropriado seja acordado ou determinado, o Engenheiro deverá determinar uma taxa ou preço provisório para fins dos CPIs.

12.4 Omissões

- (a) A Contratada deverá enviar uma notificação ao Engenheiro, com os devidos detalhes, caso a omissão da obra constitua parte (ou a totalidade) de uma Variação e:
 - (i) cujo valor não tenha sido acordado de outra forma;
 - (ii) a Contratada incorrerá (ou terá incorrido) em custos que, se a obra não tivesse sido omitida, teriam sido considerados como cobertos por uma quantia que faz parte do Valor Aceito do Contrato;
 - (iii) a omissão da obra resultará (ou resultou) em que esta quantia não faça parte do Preço Contratual; e
 - (iv) este custo não é considerado como incluído na avaliação de qualquer obra substituída.
- (b) Ao receber a Notificação nos termos da Subcláusula 12.4 (a), o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar este custo, o qual deverá ser incluído no Preço do Contrato. Para evitar dúvidas, a Contratada não terá direito à perda de lucro caso o valor total de todas as omissões seja inferior a dez (10) por cento do Valor Aceito do Contrato.

13 VARIAÇÕES E AJUSTES

13.1 Direito a Variação

- (a) As Variações podem ser iniciadas pelo Engenheiro a qualquer momento antes da emissão do Certificado de Recebimento para a totalidade das Obras, seja por meio de uma instrução conforme a Subcláusula 3.3 [Instruções do Engenheiro] ou por meio de uma solicitação para que a Contratada apresente uma proposta.
- (b) A variação pode incluir:
 - (i) alterações nas quantidades de qualquer item da Obra incluído no Contrato (no entanto, tais alterações não constituem necessariamente uma Variação);
 - (ii) alterações na qualidade e outras características de qualquer item da obra;
 - (iii) alterações nos níveis, posições e/ou dimensões de qualquer parte da Obra;
 - (iv) omissão de qualquer parte da Obra;
 - (v) quaisquer obras adicionais, Instalações, Materiais ou serviços necessários para as Obras Permanentes, incluindo quaisquer Testes na Conclusão associados, perfurações e outros serviços de teste e exploração; e/ou
 - (vi) alterações na sequência ou no cronograma de execução da Obra (incluindo antecipação ou postergação do Prazo para Conclusão).
- (c) A Contratada deverá apresentar uma proposta, salvo se a Contratada enviar prontamente uma Notificação ao Engenheiro declarando (com informações de suporte detalhadas):
 - (i) a obra alterada era Imprevisível, considerando o escopo e a natureza das Obras descritas na Especificação;
 - (ii) a Contratada não é capaz de obter prontamente os Bens necessários para a Variação; ou
 - (iii) qualquer outro motivo que afete adversamente as obrigações da Contratada nos termos do Contrato.
- (d) A Contratada deverá, dentro de quatorze (14) dias após o recebimento da Notificação e antes de executar a Variação, submeter ao Engenheiro uma proposta detalhada, incluindo:
 - (i) uma descrição detalhada das obras alteradas a serem executadas, incluindo detalhes pertinentes, como recursos, metodologia e Programa;
 - (ii) uma discriminação do aumento ou diminuição do Preço Contratual e qualquer efeito sobre o Programa e o Prazo para a Conclusão; e
 - (iii) quaisquer outros detalhes que o Engenheiro possa razoavelmente exigir.
- (e) O Engenheiro deverá responder com aprovação, desaprovação ou comentários à proposta. A Contratada ficará então vinculada a tal Notificação de Variação e deverá executar a Variação com a devida rapidez e sem atrasos.
- (f) A Contratada não deverá fazer nenhuma alteração e/ou modificação das Obras Permanentes, a menos que e até que o Engenheiro instrua uma Variação por escrito.
- (g) Não obstante quaisquer outras disposições do Contrato, nenhuma alteração, modificação, adição ou exclusão na Especificação ou nos Documentos da Contratada, na Obra ou nas condições e métodos de trabalho da Contratada, que sejam

necessárias devido a qualquer ato, omissão ou inadimplemento da Contratada no cumprimento de suas obrigações sob o Contrato, será considerada uma Variação, e tal questão não resultará em qualquer ajuste do Preço do Contrato, Extensão de Prazo (EDP) ou outro tipo de compensação. Qualquer Custo adicional incorrido pela Contratante em decorrência de tal alteração, modificação, adição ou exclusão, que seja atribuível a esse inadimplemento ou violação, deverá ser arcado pela Contratada e será recuperado pela Contratante, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante].

- (h) Se a Contratada incorrer em Custos para cumprir uma instrução de aceleração nos termos da Subcláusula 8.6 (c) [Taxa de Progresso], exceto quando a instrução tiver sido emitida em consequência do descumprimento das obrigações da Contratada sob o Contrato, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], ao pagamento de tais Custos, os quais serão adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (i) Nenhuma Variação invalida o Contrato. A Contratada concorda que uma Variação pode envolver a omissão de qualquer parte ou partes da Obra, e a Contratada concorda que a Contratante poderá contratar terceiros para executar a parte ou partes da Obra que foram omitidas. A Contratada ainda reconhece que qualquer omissão ou omissões não constituirão fundamento para que a Contratada alegue que a Contratante tenha repudiado o Contrato, independentemente da extensão ou do momento da omissão ou omissões.

13.2 Engenharia de Valor

- (a) A Contratada poderá, a qualquer momento, submeter ao Engenheiro uma proposta por escrito que (na opinião da Contratada), se adotada:
 - (i) acelerará a conclusão da Obra e/ou do Projeto;
 - (ii) reduzirá o custo para a Contratante de executar, manter ou operar a Obra e/ou o Projeto;
 - (iii) melhorará a eficiência ou o valor para a Contratante da Obra e/ou do Projeto concluído; ou
 - (iv) de outra forma trará benefícios à Contratante.
- (b) A proposta deverá ser preparada às custas da Contratada e deverá incluir os itens listados na Subcláusula 13.3 (a) [Procedimento de Variação].
- (c) Se uma proposta, submetida sob esta Subcláusula 13.2, que for aprovada pelo Engenheiro nos termos das Subcláusulas 13.3 (b) e (c) [Procedimento de Variação], incluir uma alteração no projeto de parte das Obras Permanentes, então, salvo disposição em contrário acordada pelas Partes:
 - (i) a Contratada deverá projetar esta parte;
 - (ii) A Subcláusula 4.1 (k) [Obrigações Gerais da Contratada] será aplicável; e
 - (iii) se o Engenheiro determinar que essa alteração resulta em uma redução no valor do Contrato para essa parte, o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar um valor (se houver), que será adicionado ao Preço do Contrato. Este valor corresponderá a cinquenta (50) por cento da diferença entre os seguintes montantes:
 - tal redução no Preço do Contrato resultante da alteração, excluindo ajustes sob a Subcláusula 13.6 [Ajustes por Alterações nas Leis] e Subcláusula 13.7 [Ajustes por Alterações nos Custos]; e
 - a redução (se houver) no valor para a Contratante das obras alteradas, levando em consideração quaisquer reduções na qualidade, vida útil prevista ou eficiências operacionais.

- (d) Se a redução no Preço do Contrato for menor que a redução no valor para a Contratante, não deverá haver uma taxa.

13.3 Procedimento de Variação

- (a) Se o Engenheiro solicitar uma proposta antes de instruir uma Variação, nos termos da Subcláusula 13.1 (a) [Direito de Alterar], ou se o Engenheiro instruir conforme a Subcláusula 3.3 (d) [Instruções do Engenheiro], a Contratada deverá responder por escrito assim que for praticável e dentro de quatorze (14) dias, seja apresentando as razões pelas quais não pode cumprir (caso seja esse o caso) ou apresentando
 - (i) uma descrição do projeto proposto (se houver) e/ou dos trabalhos a serem executados, incluindo detalhes dos recursos e métodos adotados ou a serem adotados pela Contratada;
 - (ii) um Programa para sua execução e a proposta da Contratada para quaisquer modificações necessárias ao Programa, conforme a Subcláusula 8.3 [Programa], incluindo o Prazo para Conclusão para Seções (se houver) e para a totalidade da Obra;
 - (iii) a proposta da Contratada para ajuste no Preço do Contrato, que deverá, quando aplicável, estar de acordo com as taxas estabelecidas no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas]. Caso não existam taxas ou preços relevantes para a derivação de uma nova taxa ou preço, este deverá ser derivado do custo razoável para execução do trabalho, acrescido de lucro, levando em consideração quaisquer outros aspectos relevantes;
 - (iv) caso as Partes tenham acordado a omissão de qualquer trabalho a ser executado por terceiros, a proposta da Contratada poderá também incluir o valor de qualquer perda de lucro e quaisquer outras perdas e danos permitidos sob o Contrato; e
 - (v) quaisquer outras informações ou detalhes adicionais solicitados pelo Engenheiro.
- (b) O Engenheiro deverá, tão logo seja praticável após receber tal proposta nos termos da Subcláusula 13.3 (a) ou após receber uma proposta de engenharia de valor nos termos da Subcláusula 13.2 [Engenharia de Valor], responder com aprovação, desaprovação ou comentários. A Contratada deverá apenas atrasar o trabalho que dependa de uma resposta à proposta de Variação ou de engenharia de valor.
- (c) Cada instrução para executar uma Variação deverá ser emitida pelo Engenheiro à Contratada, que deverá acusar o recebimento.
- (d) O Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar:
 - (i) uma EDP, se houver; e/ou
 - (ii) o ajuste no Preço do Contrato (incluindo a valoração da Variação de acordo com a Cláusula 12 [Medição e Valoração]), utilizando as taxas estabelecidas no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas], na medida em que o Engenheiro determinar que o escopo do trabalho variado é razoavelmente comparável às descrições unitárias contidas no referido anexo. Caso não existam taxas ou preços relevantes para a derivação de uma nova taxa ou preço, esta deverá ser derivada do custo razoável para execução do trabalho, acrescido de lucro, levando em consideração quaisquer outros aspectos relevantes.

13.4 Quantias Provisórias

- (a) Cada Quantia Provisória deverá ser utilizada, total ou parcialmente, apenas de acordo com as instruções do Engenheiro, e o Preço do Contrato deverá ser ajustado conforme aplicável. O valor total pago à Contratada deverá incluir apenas os valores diretos,

razoáveis, devidamente incorridos e comprovados para os trabalhos, suprimentos ou serviços aos quais a Quantia Provisória se refere, conforme instruído pelo Engenheiro nos termos da Subcláusula 13.4 (b) (i) e/ou (ii).

- (b) Para cada Quantia Provisória, o Engenheiro deverá instruir:
- (i) o trabalho a ser executado (incluindo Instalações, Materiais ou serviços a serem fornecidos) pela Contratada, nos termos da Subcláusula 13.1 [Direito a Variação], e valorados conforme a Subcláusula 13.3 (d) [Procedimento de Variação]; e/ou
 - (ii) Instalações, Materiais ou serviços a serem adquiridos pela Contratada junto a um Subcontratado Nomeado ou de outra forma; e, para os quais, deverá ser incluído no Preço do Contrato:
 - as despesas reais diretas, razoáveis, devidamente incorridas e comprovadamente pagas (ou a serem pagas) pela Contratada ao Subcontratado Nomeado; e
 - uma quantia para encargos gerais e lucro, calculado como uma porcentagem desses valores reais, aplicando a taxa percentual relevante indicada no Anexo 1 [Detalhes do Contrato]. Caso não haja uma taxa percentual indicada, então a taxa percentual será de dez (10) por cento.
- (c) A Contratada deverá, quando solicitada pelo Engenheiro, apresentar todos os orçamentos, faturas, comprovantes e contas ou recibos que comprovem as Quantias Provisórias e as Instalações, Materiais ou serviços adquiridos de Subcontratados Nomeados.

13.5 Trabalhos por Diária

- (a) Para trabalhos de natureza menor ou incidental, o Engenheiro poderá instruir que uma Variação seja executada em regime de trabalho por diária. O trabalho deverá então ser valorado de acordo com as taxas de trabalho por dia e o cronograma incluído no Anexo 4.1.B [Cronograma de Trabalho por Diária] ou conforme acordado de outra forma por escrito entre as Partes, e o seguinte procedimento deverá ser aplicado.
- (b) Antes de encomendar Bens para a obra (que não sejam Bens orçados no Cronograma de Trabalho por Diária), a Contratada deverá apresentar um (1) ou mais orçamentos dos fornecedores e/ou subcontratados da Contratada ao Engenheiro. Depois disso, o Engenheiro deverá instruir a Contratada a aceitar uma (1) destas cotações (mas tal instrução não deverá ser considerada como uma instrução nos termos da Subcláusula 5.2 [Subcontratado Nomeado]).
- (c) Exceto para quaisquer itens para os quais o Cronograma de Trabalho por Diária especifica que o pagamento não é devido, a Contratada deverá entregar diariamente ao Engenheiro declarações precisas, em duplicata, as quais deverão incluir os seguintes detalhes dos recursos utilizados na execução do trabalho do dia anterior:
- (i) os nomes, ocupações e tempo do Pessoal da Contratada;
 - (ii) a identificação, tipo e tempo do Equipamento da Contratada e das Obras Temporárias; e
 - (iii) as quantidades e tipos de Instalações e Materiais utilizados.
- (d) Uma (1) cópia de cada declaração será, se estiver correta ou quando acordada, assinada prontamente pelo Engenheiro e devolvida à Contratada. A Contratada deverá então submeter declarações com os preços desses recursos ao Engenheiro, antes de sua inclusão na próxima Declaração nos termos da Subcláusula 14.3 [Declarações da Contratada].

- (e) Ao solicitar o pagamento relativo ao trabalho por diária, a Contratada deverá apresentar faturas, comprovantes e contas ou recibos para quaisquer Bens (que não sejam Bens e preços especificados no Cronograma de Trabalho por Diária).
- (f) Salvo disposição expressa em contrário, as taxas e os preços no Cronograma de Trabalho por Diária incluem impostos, encargos gerais e lucro.

13.6 Ajustes devido a Alterações nas Legislações

- (a) Sujeito às seguintes disposições desta Subcláusula 13.6, o Preço do Contrato será ajustado para refletir qualquer aumento ou redução de Custo resultante de uma alteração nas Leis feitas e/ou oficialmente publicadas após a Data de Referência, que afete a Contratada no cumprimento de suas obrigações sob o Contrato. Nesta Subcláusula 13.6, “alteração nas Leis” significa qualquer uma das mudanças listadas abaixo:
 - (i) as Leis do País (incluindo a introdução de novas Leis e a revogação ou modificação das Leis existentes);
 - (ii) a interpretação ou implementação judicial ou governamental oficial das Leis mencionadas na Subcláusula 13.6 (a) (i);
 - (iii) qualquer permissão, autorização, licença ou aprovação obtida pela Contratante ou pela Contratada nos termos da Subcláusula 13.6 (a) (i) ou (ii) e Subcláusula 1.12 [Conformidade com as Leis]; ou
 - (iv) os requisitos para qualquer permissão, autorização, licença e/ou aprovação a ser obtida pela Contratada nos termos da Subcláusula 1.12 (b) [Conformidade com as Leis].
- (b) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em um aumento de Custo como resultado de qualquer alteração nas Leis, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma prorrogação do prazo para conclusão (EDP) e/ou ao pagamento de tal Custo.
- (c) Se houver uma redução de Custo como resultado de qualquer alteração nas Leis, a Contratante terá direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], a uma redução no Preço do Contrato.
- (d) Se qualquer ajuste na execução da Obra se tornar necessário como resultado de uma alteração nas Leis:
 - (i) a Contratada deverá enviar prontamente uma Notificação ao Engenheiro; ou
 - (ii) o Engenheiro deverá enviar prontamente uma Notificação à Contratada, com informações detalhadas de suporte..
- (e) Nos termos da Subcláusula 13.6 (d), o Engenheiro deverá instruir uma Variação ou solicitar uma proposta conforme a Cláusula 13 [Variações e Ajustes].
- (f) Para evitar qualquer dúvida, embora a Contratada deva executar a Obra em conformidade com quaisquer Leis aplicáveis, a Lei Aplicável ao Contrato será aquela indicada na Subcláusula 21.3 (j) [Arbitragem].

13.7 Ajustes para Mudanças no Custo

- (a) Salvo se houver previsão para aumentos ou reduções nos custos de mão de obra, Bens e outros insumos para a Obra no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento], o Valor Aceito do Contrato e as taxas e preços inseridos no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas]

deverão ser considerados como incluindo valores para cobrir contingências de aumentos e reduções nos custos de mão de obra, Bens e outros insumos para a Obra.

- (b) Para evitar dúvidas, se a Contratada tiver direito ao pagamento de quaisquer Custos a serem incluídos no Preço do Contrato nos termos de uma Subcláusula destas Condições Gerais (exceto no caso de uma Variação ou de uma suspensão que não seja atribuível ou de responsabilidade da Contratada), o Engenheiro deverá determinar tais Custos, valorados utilizando uma taxa apropriada (se houver) estabelecida no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas], e tais taxas não deverão ser ajustadas para qualquer aumento ou redução nos custos de mão de obra, Bens e outros insumos para a Obra, salvo disposição em contrário no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento].

14 PREÇO DO CONTRATO E PAGAMENTO

14.1 Preço do Contrato

- (a) Salvo se disposto de outra forma no Contrato:
- (i) o Preço do Contrato deverá ser o valor da Obra, de acordo com o Anexo 1.2 [Detalhes fornecidos pela Contratada] e conforme possa variar nos termos da Subcláusula 12.3 [Valoração] e sujeito a ajustes, acréscimos (incluindo Custos ou Custos acrescidos de Lucro aos quais a Contratada tenha direito nos termos destas Condições) e/ou deduções, de acordo com o Contrato;
 - (ii) a Contratada deverá pagar todos os impostos, taxas e encargos exigidos a serem pagos por ela nos termos do Contrato e conforme exigido pelas Leis, e o Preço do Contrato não deverá ser ajustado para cobrir quaisquer desses custos, exceto conforme declarado na Subcláusula 13.6 [Ajustes por Alterações nas Leis] e Subcláusula 13.7 [Ajustes por Alterações nos Custos] (se aplicável). Essa obrigação incluirá o imposto sobre valor agregado (IVA), a menos que a Contratante tenha obtido uma isenção desse IVA junto às Autoridades relevantes em nome da Contratada; e
 - (iii) Conforme o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento]:
 - se a opção de pagamento for “pagamento por medições”, as taxas deverão ser aquelas estabelecidas no Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas] e aplicadas à quantidade relevante da Obra medida como concluída. As quantidades nos Anexos mencionados nesta Subcláusula 14.1 (a) (iii) não devem ser consideradas como as quantidades reais da Obra que a Contratada é obrigada a executar, ou para fins da Cláusula 12 [Medição e Valoração];
 - se a opção de pagamento for “preço global”, os valores globais, os preços e as quantidades estabelecidos no Anexo 4.1.A [Lista de Quantidades] são fixos, independentemente das quantidades reais da Obra, salvo se ajustes forem feitos de acordo com a Cláusula 13 [Variações e Ajustes].
- (b) A Contratada deverá submeter ao Engenheiro, dentro de vinte e oito (28) dias após a Data de Início, uma proposta de discriminação de cada um dos valores de preço global (se houver) nos Anexos. O Engenheiro poderá levar em consideração a discriminação ao preparar os Certificados de Pagamento, mas não ficará vinculado a ela.

14.2 Pagamento Adiantado

- (a) Se nenhum pagamento adiantado estiver previsto no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], e a Contratante não optar por realizar um Pagamento Adiantado, então esta Subcláusula 14.2 não deverá ser aplicada.
- (b) A Contratante deverá realizar o pagamento adiantado (se houver) como um

empréstimo sem juros para mobilização, quando a Contratada submeter uma Garantia de Pagamento Adiantado em conformidade com esta Subcláusula 14.2. A Contratante também poderá, a seu exclusivo critério, realizar um Pagamento Adiantado ou aumentar o Pagamento Adiantado existente, em circunstâncias excepcionais, se solicitado pela Contratada, desde que a Contratada apresente uma Garantia de Pagamento Adiantado adicional para cobrir o valor total do Pagamento Adiantado

- (c) A Garantia de Pagamento Adiantado deverá ser uma garantia incondicional e irrevogável, devidamente emitida e executável sob demanda, no formato estabelecido no Anexo 5.1 [Modelo de Garantia de Pagamento Adiantado], emitida por um banco ou instituição financeira líder e credenciada, aprovada pela Contratante.
- (d) O Engenheiro deverá emitir um Certificado de Pagamento Adiantado para o pagamento adiantado (ou pagamento adiantado adicional, se houver) dentro de quatorze (14) dias após:
 - (i) a Contratante ter recebido a Garantia de Pagamento Adiantado no formato previsto nesta Subcláusula 14.2; e
 - (ii) o Engenheiro ter recebido uma cópia da solicitação da Contratada para o pagamento adiantado nos termos desta Subcláusula 14.2.
- (e) A Contratante deverá realizar o pagamento adiantado dentro de trinta (30) dias após o recebimento do Certificado de Pagamento Adiantado.
- (f) A Contratada deverá assegurar que a Garantia de Pagamento Adiantado seja válida e executável até que a totalidade do pagamento adiantado tenha sido reembolsada, mas seu valor poderá ser progressivamente reduzido pelo montante reembolsado pela Contratada nos pagamentos intermediários. Se os termos da Garantia de Pagamento Adiantado especificarem sua data de expiração, e o pagamento adiantado não tiver sido reembolsado até vinte e oito (28) dias antes da data de expiração, a Contratada deverá estender a validade da garantia até que o pagamento adiantado tenha sido reembolsado. Caso a Contratante não receba a comprovação da extensão da Garantia de Pagamento Adiantado, a Contratante terá o direito de executar a garantia pelo valor do pagamento adiantado que não tenha sido reembolsado.
- (g) O pagamento adiantado deverá ser reembolsado pela Contratada por meio de deduções percentuais de cada CPI à taxa indicada no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], até que o pagamento adiantado tenha sido integralmente reembolsado e dentro do período de reembolso indicado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], se aplicável.
- (h) Se o pagamento adiantado não tiver sido integralmente reembolsado antes da emissão do Certificado de Recebimento da Obra ou antes da extinção nos termos da Cláusula 15 [Extinção pela Contratante], Cláusula 16 [Suspensão e Extinção pela Contratada] ou Cláusula 18 [Força Maior] (conforme o caso), o saldo remanescente deverá se tornar imediatamente devido e pagável pela Contratada à Contratante.

14.3 Declarações da Contratada

- (a) A Contratada deverá, de acordo com o cronograma especificado no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento], submeter uma Declaração em quatro (4) cópias ao Engenheiro, em um formato aprovado pelo Engenheiro, detalhando os valores aos quais considera ter direito até o final do período de pagamento relevante, juntamente com os documentos comprobatórios, que deverão incluir o relatório de progresso pertinente, conforme a Subcláusula 4.19 [Relatórios de Progresso].
- (b) A Declaração deverá incluir os seguintes itens, conforme aplicável, que deverão ser expressos nas moedas em que o Preço do Contrato é pagável:
 - (i) o valor estimado do Contrato para a Obra executada ou o valor global identificado dos marcos da Obra, conforme o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] e o Anexo 4.1 [Quantidades e Taxas], até o final do período de pagamento relevante (incluindo Variações, mas excluindo os itens descritos na Subcláusula 14.3 (b) (ii) a (vii));
 - (ii) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos por alterações nas Leis, nos termos da Subcláusula 13.6 [Ajustes por Alterações nas Leis], e por alterações nos Custos, conforme a Subcláusula 13.7 [Ajustes por Alterações nos Custos];

- (iii) quaisquer valores a serem deduzidos para retenção, calculados aplicando a porcentagem de retenção indicada no Anexo 1 [Detalhes do Contrato] ao total dos valores sob a Subcláusula 14.3 (b) (i), (ii) e (ix), até que o valor retido pela Contratante atinja o limite de Montante de Retenção (se houver) indicado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato];
 - (iv) quaisquer valores a serem adicionados e/ou deduzidos para pagamento adiantado e reembolsos, de acordo com a Subcláusula 14.2 [Pagamento Adiantado];
 - (v) quaisquer valores a serem adicionados ou deduzidos para Instalações e/ou Materiais, nos termos da Subcláusula 14.5 [Instalações e Materiais Destinados à Obra];
 - (vi) quaisquer valores a serem adicionados para Quantias Provisórias, conforme a Subcláusula 13.4 [Quantias Provisórias], incluindo aqueles de Subcontratados Nomeados, conforme exigido na Cláusula 5 [Subcontratação];
 - (vii) quaisquer valores a serem adicionados para liberação do Montante de Retenção, nos termos da Subcláusula 14.9 [Liberação do Montante de Retenção];
 - (viii) quaisquer valores a serem deduzidos pelo uso, pela Contratada, de utilidades fornecidas pela Contratante nos termos da Subcláusula 4.18 [Eletricidade, Água e Gás] e da Subcláusula 2.4 [Materiais, Equipamentos e Instalações Fornecidos pela Contratante];
 - (ix) quaisquer outros valores adicionais e/ou deduções que possam ter se tornado devidos sob o Contrato ou de outra forma, incluindo aqueles nos termos da Cláusula 20 [Reivindicações] e da Cláusula 21 [Resolução de Disputas];
 - (x) a dedução dos valores certificados em todos os CPIs anteriores; e
 - (xi) o IVA, a menos que a Contratante tenha obtido uma isenção deste IVA junto às Autoridades relevantes em nome da Contratada.
- (c) O Engenheiro poderá, em qualquer Certificado de Pagamento, fazer qualquer correção ou modificação que deva ser feita em qualquer Certificado de Pagamento anterior. Um Certificado de Pagamento ou o pagamento dos valores nele contidos não deverá ser considerado como aceitação, aprovação, consentimento ou satisfação por parte do Engenheiro ou da Contratante (conforme o caso)

14.4 Cronograma de Pagamentos

- (a) Se o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] especificar os valores das parcelas em que o Preço do Contrato deverá ser pago, então, salvo se disposto de outra forma neste Anexo:
 - (i) os valores das parcelas indicados deverão ser considerados valores estimados do Contrato para os fins da Subcláusula 14.3 (b) (i) [Declarações da Contratada], caso a opção de pagamento seja “pagamento por medições”, e deverão ser valores reais caso a opção de pagamento seja “preço global”;
 - (ii) a Subcláusula 14.5 [Instalações e Materiais Destinados à Obra] não se aplicará; e
 - (iii) se essas parcelas não forem definidas com base no progresso real alcançado na execução da Obra, e se o progresso real se mostrar diferente daquele no qual o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] foi baseado, então o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar os valores revisados das parcelas, levando em consideração a medida em que o progresso difere daquele no qual os valores das parcelas foram previamente baseados.
- (b) Se o Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] não especificar os valores das parcelas em que o Preço do Contrato deverá ser pago, a Contratada deverá submeter estimativas não vinculativas dos pagamentos que espera se tornarem devidos durante cada

período mensal. A primeira estimativa deverá ser submetida dentro de vinte e oito (28) dias após a Data de Início. Estimativas revisadas deverão ser submetidas em intervalos mensais, até que o Certificado de Recebimento tenha sido emitido para a totalidade da Obra.

14.5 Instalações e Materiais Destinados à Obra

- (a) Se as listas mencionadas na Subcláusula 14.5 (c) (iii) não estiverem incluídas no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento], esta Subcláusula 14.5 não se aplicará.
- (b) Os CPIs deverão incluir, nos termos da Subcláusula 14.3 (b) (v) [Declarações da Contratada]:
 - (i) um valor para as Instalações e Materiais que tenham sido entregues ao Local para incorporação nas Obras Permanentes; e
 - (ii) uma redução quando o valor contratual de tais Instalações e Materiais for incluído como parte das Obras Permanentes, nos termos da Subcláusula 14.3 (b) (i) [Declarações da Contratada].
- (c) O Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar cada valor a ser adicionado para Instalações e Materiais, se as seguintes condições forem atendidas:
 - (i) A Contratada tenha:
 - mantido registros satisfatórios (incluindo pedidos, recibos, Custos e uso de Instalações e Materiais), disponíveis para inspeção pelo Engenheiro e pela Contratante;
 - apresentado evidências demonstrando que as Instalações e Materiais estão em conformidade com o Contrato (o que pode incluir certificados de teste e/ou documentação de verificação de conformidade);
 - apresentado uma declaração dos Custos incorridos na aquisição e entrega das Instalações e Materiais ao Local, apoiada por evidências satisfatórias; e
 - apresentado a Garantia de Execução em uma forma aprovada pela Contratante e emitida por uma entidade aprovada pela Contratante, nos valores e moedas equivalentes ao valor devido nos termos desta Subcláusula 14.5. Esta garantia deverá ser válida até que as Instalações e Materiais estejam devidamente armazenados no Local e protegidos contra perda, dano ou deterioração;
 - e, ou:
 - (ii) As Instalações e Materiais relevantes:
 - são aqueles listados no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] para pagamento no momento de seu envio;
 - foram enviados para o País e estão a caminho do Local, em conformidade com o Contrato; e
 - estão descritos em um conhecimento de embarque limpo ou outra evidência de envio, que tenha sido submetida ao Engenheiro juntamente com a comprovação do pagamento do frete e do seguro, e quaisquer outros documentos razoavelmente exigidos pelo Engenheiro;

ou:

- (iii) As Instalações e Materiais relevantes:
- são aqueles listados no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento] para pagamento no momento da entrega ao Local; e
 - foram entregues e estão devidamente armazenados no Local, protegidos contra perda, dano ou deterioração, e aparentam estar em conformidade com o Contrato.
- (d) O valor adicional a ser certificado deverá ser equivalente a oitenta (80) por cento da determinação do Engenheiro quanto ao custo das Instalações e Materiais (incluindo a entrega ao Local), levando em consideração os documentos mencionados nesta Subcláusula 14.5 e o valor contratual das Instalações e Materiais.
- (e) As moedas para este valor adicional deverão ser as mesmas em que o pagamento se tornará devido quando o valor contratual for incluído nos termos da Subcláusula 14.3
- (b) (i) [Declarações da Contratada]. Nesse momento, o Certificado de Pagamento deverá incluir a redução aplicável, que será equivalente a esse valor adicional e nas mesmas moedas e proporções, referente às Instalações e Materiais relevantes.

14.6 Emissão de Certificado de Pagamento Intermediário

- (a) Nenhum valor será certificado ou pago até que a Contratante tenha recebido e aprovado a Garantia de Execução e os relatórios exigidos nos termos da Subcláusula 4.19 [Relatórios de Progresso]. Posteriormente, o Engenheiro deverá, dentro de vinte e oito (28) dias após receber uma Declaração e os documentos comprobatórios, emitir à Contratante (com uma cópia para a Contratada) um CPI, que deverá indicar:
- (i) o valor que o Engenheiro determinar de forma justa como devido; e
- (ii) incluindo quaisquer acréscimos e/ou deduções que tenham se tornado devidos nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] ou de outra forma sob o Contrato, com as justificativas pertinentes.
- (b) Antes de emitir o Certificado de Recebimento para a Obra, o Engenheiro não estará obrigado a emitir um CPI em um valor inferior ao valor mínimo de CPIs estabelecido no Anexo 3.4 [Valoração e Pagamento]. Nesse caso, o Engenheiro deverá notificar a Contratada em conformidade.
- (c) Um CPI não deverá ser retido por qualquer outro motivo, embora:
- (i) se qualquer item fornecido ou trabalho realizado pela Contratada não estiver em conformidade com o Contrato, o custo de retificação ou substituição poderá ser retido até que a retificação ou substituição tenha sido concluída; e
- (ii) se a Contratada estiver ou tenha estado falhando em realizar qualquer trabalho ou obrigação de acordo com o Contrato, e tenha sido notificada disso pelo Engenheiro, o valor desse trabalho ou obrigação poderá ser retido até que o trabalho ou a obrigação tenha sido cumprido.
- (d) O Engenheiro poderá, em qualquer Certificado de Pagamento, realizar as correções ou modificações que sejam necessárias em qualquer Certificado de Pagamento anterior. Um Certificado de Pagamento ou o pagamento dos valores nele contidos não deverá ser considerado como aceitação, aprovação, consentimento ou satisfação, por parte do Engenheiro, em relação a qualquer Documento da Contratada ou à Obra ou a qualquer parte da Obra.

14.7 Pagamento

- (a) A Contratante deverá pagar à Contratada:

- (i) o valor certificado em cada CPI dentro de trinta (30) dias após o Engenheiro emitir e a Contratante receber tal CPI; e
 - (ii) o valor certificado no Certificado de Pagamento Final dentro de trinta (30) dias após a Contratante receber este Certificado de Pagamento Final.
- (b) O pagamento do valor devido em cada moeda (conforme aplicável) deverá ser feito na conta bancária indicada pela Contratada. A Contratada será responsável e deverá pagar quaisquer taxas de transferência bancária resultantes ou relacionadas aos pagamentos feitos pela Contratante à Contratada, nos termos do Contrato.
- (c) A Contratada se compromete a pagar seus Subcontratados de acordo com as disposições do contrato relevante e a garantir que os trabalhadores empregados na execução da Obra, seja pela Contratada ou por seus Subcontratados, sejam pagos de acordo com seus respectivos contratos e com as Leis aplicáveis.

14.8 Pagamento Atrasado

- (a) Se a Contratada não receber o pagamento de acordo com a Subcláusula 14.7 [Pagamento], a Contratada terá direito a receber encargos financeiros compostos mensalmente sobre o valor não pago durante o período de atraso. Este período será considerado como iniciado após o término do prazo para pagamento especificado na Subcláusula 14.7 [Pagamento], independentemente da data em que qualquer CPI for emitido.
- (b) Salvo disposição em contrário nas Condições Particulares, esses encargos financeiros deverão ser calculados às taxas anuais e nos detalhes especificados no Anexo 1 [Detalhes do Contrato].
- (c) A Contratada terá direito ao pagamento de tais encargos financeiros pela Contratante, sem a necessidade de a Contratada apresentar notificação formal ou certificação, e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso.

14.9 Liberação da Quantia de Retenção

- (a) Após a emissão do Certificado de Recebimento para:
- (i) a Obra, a Contratada deverá incluir a primeira metade da Quantia de Retenção em uma Declaração (ou conforme aplicável); ou
 - (ii) uma Seção, a Contratada deverá incluir a porcentagem correspondente da primeira metade da Quantia de Retenção em uma Declaração.
- (b) Logo após as últimas datas de expiração dos DNPs (das Seções, se houver), o saldo remanescente da Quantia de Retenção deverá ser certificado pelo Engenheiro para pagamento à Contratada.
- (c) Se qualquer parte da Obra permanecer a ser executada nos termos da Cláusula 11 [Responsabilidade por Defeitos], o Engenheiro terá o direito de reter a certificação do custo estimado dessa parte da Obra, conforme determinado pelo Engenheiro, até que tenha sido concluída.
- (d) A porcentagem relevante para cada Seção deverá ser o valor percentual da Seção conforme indicado no Anexo 1 [Detalhes do Contrato] ou conforme determinado pelo Engenheiro.

14.10 Declaração de Recebimento

- (a) Dentro de oitenta e quatro (84) dias após o recebimento do Certificado de Recebimento

para a Obra ou uma Seção, a Contratada deverá submeter ao Engenheiro quatro (4) cópias de uma Declaração com os documentos comprobatórios, em conformidade com a Subcláusula 14.3 [Declarações da Contratada], mostrando:

- (i) o valor de todo o trabalho realizado de acordo com o Contrato até a Data de Conclusão da Obra ou da Seção;
 - (ii) quaisquer valores adicionais que a Contratada considere devidos na Data de Conclusão da Obra ou da Seção;
 - (iii) uma estimativa de quaisquer outros valores que a Contratada considere terem se tornado ou que se tornarão devidos após a Data de Conclusão da Obra, nos termos do Contrato. Os valores estimados deverão ser apresentados separadamente nesta Declaração;
 - (iv) qualquer Reivindicação para a qual a Contratada tenha emitido uma Notificação nos termos da Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] em relação à Obra ou Seção recebida, que a Contratada considere ser devida pela Contratante por todos os eventos e circunstâncias ocorridos até a Data de Conclusão; e
 - (v) quaisquer Reivindicações ou questões em disputa relacionadas à totalidade da Obra ou à Seção relevante que tenham sido encaminhadas para resolução de disputas nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas].
- (b) O Engenheiro deverá então emitir um CPI de acordo com a Subcláusula 14.6 [Emissão do Certificado de Pagamento Intermediário].
- (c) A Contratada não terá direito a apresentar uma nova Reivindicação, e a Contratante estará isenta de qualquer nova Reivindicação ou aumento de qualquer Reivindicação existente contra a Contratante em relação ao Preço do Contrato ou de qualquer outra forma, referente a todos os eventos e circunstâncias que tenham ocorrido até a data da submissão da Declaração no Recebimento ou a expiração dos vinte e oito (28) dias após a emissão, pelo Engenheiro, do Certificado de Recebimento para uma Seção ou para a totalidade da Obra, conforme o caso.

14.11 Declaração Final

- (a) Dentro de cinquenta e seis (56) dias após o recebimento do Certificado de Conclusão Final, a Contratada deverá submeter ao Engenheiro quatro (4) cópias de um rascunho da Declaração Final, com documentos comprobatórios detalhando, em um formato aprovado pelo Engenheiro:
- (i) o valor de todo o trabalho realizado de acordo com o Contrato; e
 - (ii) quaisquer outras quantias que a Contratada considere que lhe sejam devidas nos termos do Contrato ou de outra forma.
- (b) Se o Engenheiro discordar ou não conseguir verificar qualquer parte do rascunho da Declaração Final, a Contratada deverá fornecer as informações adicionais que o Engenheiro razoavelmente exigir e realizar as alterações no rascunho conforme acordado entre eles. A Contratada deverá então preparar e submeter ao Engenheiro a Declaração Final conforme acordado.
- (c) Se, após discussões entre o Engenheiro e a Contratada, tornar-se evidente que há discordância em relação a algumas partes da Declaração, o Engenheiro deverá entregar à Contratante (com uma cópia para a Contratada) um Certificado de Pagamento Final referente às partes acordadas do rascunho da Declaração Final, que será denominado "Declaração Final Parcialmente Acordada" nestas Condições.

- (d) Posteriormente, se a disputa for finalmente resolvida nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas], a Contratada deverá então preparar e submeter à Contratante (com uma cópia para o Engenheiro) a Declaração Final, com base na qual o Certificado de Pagamento Final deverá ser emitido conforme a Subcláusula 14.13 [Emissão do Certificado de Pagamento Final].

14.12 Quitação

- (a) Ao submeter a Declaração Final ou a Declaração Final Parcialmente Acordada (conforme o caso), a Contratada deverá apresentar uma quitação, conforme o Anexo 5.3 [Formulário de Quitação], que confirma que o total de tal Declaração representa a liquidação total e final de todos os valores devidos à Contratada nos termos do Contrato ou em conexão com ele, referentes à Obra.
- (b) Esta quitação poderá declarar que o total da Declaração está sujeito a qualquer pagamento que possa se tornar devido em relação a um processo de Disputa ou arbitragem em andamento nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas] e que ela se tornará efetiva após a Contratada ter recebido:
 - (i) o pagamento integral do valor certificado no Certificado de Pagamento Final; e
 - (ii) a Garantia de Execução ou parte dela.
- (c) Se a Contratada falhar em apresentar essa quitação, a quitação será considerada como apresentada e como tendo se tornado efetiva quando as condições das Subcláusulas 14.12 (a) e (b) tiverem sido cumpridas.
- (d) Uma quitação nos termos desta Subcláusula 14.12 não afetará a responsabilidade ou o direito de qualquer das Partes em relação a qualquer Disputa para a qual um processo ou arbitragem esteja em andamento nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas].

14.13 Emissão do Certificado de Pagamento Final

- (a) Dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Declaração Final ou de qualquer Declaração Final Parcialmente Acordada, nos termos da Subcláusula 14.11 [Declaração Final], e da quitação em conformidade com a Subcláusula 14.12 [Quitação], o Engenheiro deverá emitir, à Contratante, o Certificado de Pagamento Final, que deverá indicar:
 - (i) o valor que o Engenheiro considera, de forma justa, como finalmente devido, incluindo quaisquer acréscimos e/ou deduções que tenham se tornado devidos nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] ou sob o Contrato; e
 - (ii) após conceder crédito à Contratante por todos os valores previamente pagos por ela e por todas as quantias às quais a Contratante tenha direito, e após conceder crédito à Contratada por todos os valores (se houver) previamente pagos pela Contratada e/ou recebidos pela Contratante sob a Garantia de Execução, o saldo (se houver) devido pela Contratante à Contratada ou pela Contratada à Contratante, conforme o caso.
- (b) Se a Contratada não tiver submetido um rascunho da Declaração Final dentro do prazo especificado na Subcláusula 14.11 [Declaração Final], o Engenheiro deverá solicitar que a Contratada o faça. Caso a Contratada não submeta um rascunho da Declaração Final dentro de um período de vinte e oito (28) dias, o Engenheiro deverá emitir o Certificado de Pagamento Final pelo valor que o Engenheiro determinar, de forma justa, como devido.

14.14 Cessação da Responsabilidade Civil da Contratante

- (a) A Contratante não será responsável perante a Contratada por qualquer questão ou fato sob ou em conexão com o Contrato ou com a execução da Obra, exceto na medida em que a Contratada tenha incluído um valor expressamente para tal:
 - (i) na Declaração Final ou na Declaração Final Parcialmente Acordada;
 - (ii) na Declaração descrita na Subcláusula 14.10 [Declaração no Recebimento] (exceto por questões ou fatos que surgirem após a emissão do Certificado de Recebimento da Obra); e
 - (iii) o Engenheiro tenha certificado tais valores como devidos e pagáveis à Contratada.
- (b) Esta Subcláusula 14.14 não limitará a responsabilidade da Contratante sob suas obrigações de indenização ou em caso de fraude, inadimplência deliberada ou má conduta temerária por parte da Contratante.

14.15 Moeda de Pagamento

- (a) Salvo disposição em contrário no Contrato, o Preço do Contrato e todos os outros pagamentos sob o Contrato deverão ser efetuados na moeda ou moedas indicadas no Anexo 1 [Detalhes do Contrato]. Caso mais de uma (1) moeda seja mencionada, os pagamentos deverão ser feitos da seguinte forma:
 - (i) se o Preço do Contrato for expresso apenas na moeda local do País e em uma moeda estrangeira:
 - as proporções ou valores das moedas local e estrangeira, e as taxas

de câmbio fixas a serem utilizadas para calcular os pagamentos, deverão ser aquelas indicadas no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], salvo acordo em contrário entre as Partes;

- pagamentos e deduções nos termos da Subcláusula 13.4 [Quantias Provisórias] e da Subcláusula 13.6 [Ajustes por Alterações nas Leis] deverão ser realizados nas moedas e proporções aplicáveis; e
- outros pagamentos e deduções nos termos da Subcláusula 14.3 [Declarações da Contratada] deverão ser realizados nas moedas e proporções especificadas nesta Subcláusula 14.15 (a) (i);
 - (ii) sempre que um ajuste for acordado ou determinado nos termos da Subcláusula 13.2 [Engenharia de Valor] ou da Subcláusula 13.3 [Procedimento de Variação], o valor a ser pago em cada uma das moedas aplicáveis deverá ser especificado. Para este fim, deverá ser feita referência às proporções reais ou esperadas da moeda no Custo do trabalho variado, e às proporções das diversas moedas especificadas na Subcláusula 14.15 (a) (i);
 - (iii) o pagamento das Multas por Atraso especificadas no Anexo 1 [Detalhes do Contrato] deverá ser efetuado nas moedas e proporções especificadas neste Anexo;
 - (iv) outros pagamentos à Contratante por parte da Contratada deverão ser realizados na moeda em que o valor foi despendido pela Contratante, ou em outra moeda que possa ser acordada entre as Partes;
 - (v) se qualquer valor devido pela Contratada à Contratante em uma moeda específica exceder o valor devido pela Contratante à Contratada nessa mesma moeda, a Contratante deverá recuperar o saldo desse valor dos valores devidos à Contratada em outras moedas; e
 - (vi) se nenhuma taxa de câmbio for especificada no Anexo 1 [Detalhes do Contrato], as taxas de câmbio deverão ser aquelas vigentes na Data de Referência e publicadas pelo banco central do País.

14.16 Auditoria e Investigações

- (a) Cada pagamento feito pela Contratante à Contratada poderá estar sujeito a uma auditoria pós-pagamento por auditores, sejam eles internos ou externos da Contratante, ou por outros agentes autorizados e qualificados da Contratante, a qualquer momento durante a vigência do Contrato e por um período de dois (2) anos após a expiração ou rescisão antecipada do Contrato. A Contratante terá direito ao reembolso por parte da Contratada de quaisquer valores que tais auditorias demonstrarem terem sido pagos pela Contratante de forma não conforme com os termos e condições do Contrato.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, periodicamente, a Contratante poderá conduzir investigações relacionadas a qualquer aspecto do Contrato ou à sua adjudicação, às obrigações executadas nos termos do Contrato e às operações da Contratada geralmente relacionadas ao cumprimento das obrigações do Contrato. O direito da Contratante de conduzir uma investigação e a obrigação da Contratada de cumprir com tal investigação não cessarão com a emissão do Certificado de Conclusão Final ou com a rescisão do Contrato.

- (c) A Contratada deverá fornecer total e tempestiva cooperação com quaisquer inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações. Tal cooperação deverá incluir, mas não se limitar a, a obrigação da Contratada de disponibilizar seu Pessoal e toda a documentação relevante para tais fins, em horários e condições razoáveis, e conceder à Contratante acesso às instalações da Contratada, em horários e condições razoáveis, em conexão com o acesso ao Pessoal da Contratada e à documentação relevante.
- (d) A Contratada deverá exigir que seus agentes, incluindo, mas não se limitando a, seus advogados, contadores ou outros consultores, cooperem de forma razoável com quaisquer inspeções, auditorias pós-pagamento ou investigações realizadas pela Contratante.

14.17 Avaliação de Desempenho da Contratada

- (a) A Contratante deverá realizar a avaliação do desempenho da Contratada nos termos do Contrato. A Contratada deverá fornecer total e tempestiva cooperação para tal avaliação de desempenho pela Contratante.

15 EXTINÇÃO PELA CONTRATANTE

15.1 Notificação para Correção

- (a) Se a Contratada deixar de cumprir qualquer obrigação nos termos do Contrato, o Engenheiro poderá, mediante envio de uma Notificação para Correção, exigir que a Contratada solucione a falha e a corrija dentro de um prazo especificado.
- (b) A Notificação para Correção deverá:
 - (i) descrever a falha da Contratada;
 - (ii) indicar a Subcláusula e/ou as disposições do Contrato sob as quais a Contratada tem a obrigação; e
 - (iii) especificar o prazo dentro do qual a Contratada deverá corrigir a falha, que deverá ser razoável, levando devidamente em consideração a natureza da falha e o trabalho e/ou outras ações necessárias para corrigi-la.
- (c) Após receber uma Notificação para Correção, a Contratada deverá responder o mais rápido possível, e não mais do que sete (7) dias, enviando uma Notificação ao Engenheiro descrevendo as medidas que a Contratada tomará para corrigir a falha e informando a data em que tais medidas serão iniciadas, a fim de cumprir o prazo especificado na Notificação para Correção.
- (d) O prazo especificado na Notificação para Correção não dará origem a uma EDP.

15.2 Extinção pela Contratante

- (a) A Contratante terá o direito de enviar uma Notificação à Contratada de sua intenção de rescindir o Contrato se a Contratada:
 - (i) deixar de cumprir uma Notificação para Correção;
 - (ii) deixar de cumprir um acordo vinculativo, ou uma determinação final e vinculativa, nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação]
 - (iii) deixar de cumprir uma decisão tomada nos termos da Cláusula 21 [Resolução de Disputas] (seja ela vinculativa ou final e vinculativa);
 - (iv) deixar de cumprir a Subcláusula 4.2 [Garantia de Execução];
 - (v) abandonar a Obra ou, de outra forma, demonstrar a intenção de não continuar a execução das obrigações da Contratada sob o Contrato;
 - (vi) sem justificativa razoável, deixar de prosseguir com a Obra de acordo com a Cláusula 8 [Início, Atrasos e Suspensão];
 - (vii) sem justificativa razoável, deixar de cumprir uma Notificação emitida nos termos da Subcláusula 7.5 [Defeitos e Rejeição] ou da Subcláusula 7.6 [Trabalhos Corretivos];
 - (viii) sem justificativa razoável, deixar de cumprir suas obrigações nos termos da Subcláusula 1.12 [Conformidade com as Leis]; ou
 - (ix) estiver, de outra forma, em violação material do Contrato.

- (b) Caso a Contratada não cumpra a Notificação de intenção de extinguir o Contrato, emitida nos termos da Subcláusula 15.2 (a), e não corrija a questão dentro de quatorze (14) dias após o recebimento da Notificação, a Contratante poderá extinguir o Contrato imediatamente por meio de uma Notificação de Extinção. A data da extinção será a data em que a Contratada receber essa Notificação de Extinção.
- (c) No caso das Subcláusulas 15.2 (c) (i) a (v), a Contratante terá o direito de extinguir o Contrato imediatamente por meio de uma Notificação de Extinção, sem a necessidade de uma Notificação de intenção de extinguir, se a Contratada:
 - (i) deixar de cumprir suas obrigações nos termos da Cláusula 19 [Seguros];
 - (ii) subcontratar a totalidade ou qualquer parte da Obra em violação da Cláusula 5 [Subcontratação], ou ceder ou novar o Contrato sem o consentimento prévio necessário da Contratante nos termos da Subcláusula 1.6 [Cessão ou Novação];
 - (iii) tornar-se falida ou insolvente, entrar em liquidação, ter uma ordem de administração ou recuperação judicial emitida contra si, realizar acordo com seus credores, conduzir seus negócios sob a administração de um receptor, fiduciário ou gerente em benefício de seus credores, ou se qualquer ato for realizado ou evento ocorrer que (de acordo com as Leis aplicáveis) tenha efeito semelhante a qualquer um desses atos ou eventos;
 - (iv) estiver em violação das Subcláusulas 4.25 [Minas], 4.26 [Oficiais Não Devem se Beneficiar e Práticas Proibidas], 6.16 [Princípios Fundamentais e Direitos no Trabalho], 6.17 [Trabalho Infantil] e/ou 6.18 [Assédio Sexual, Exploração e Abuso];
 - (v) der à Contratante o direito de extinguir o Contrato sob as disposições da Subcláusula 8.7 [Multas por Atraso]; ou
 - (vi) apresentar uma garantia, seguro, certificado, declaração, resultado de teste ou qualquer outro documento exigido sob o Contrato que seja falso ou intencionalmente enganoso.
- (d) A extinção do Contrato nos termos desta Subcláusula 15.2 não prejudicará quaisquer outros direitos da Contratante, sob ou em conexão com o Contrato ou de outra forma.
- (e) Após a extinção do Contrato nos termos desta Subcláusula 15.2, a Contratada deverá:
 - (i) cumprir imediatamente quaisquer instruções razoáveis incluídas em uma Notificação emitida pela Contratante nos termos desta Subcláusula 15.2, referentes à cessão de qualquer subcontrato, à proteção da vida ou da propriedade, ou à segurança da Obra;
 - (ii) entregar ao Engenheiro quaisquer Bens que a Contratante ou o Engenheiro instruir, por escrito, a serem utilizados na conclusão da Obra, duas (2) cópias de todos os Documentos da Contratada, incluindo os DPIs relevantes, e todos os demais documentos de projeto elaborados pela Contratada ou em seu nome; e
 - (iii) desmobilizar e deixar o Local em condições limpas e seguras e, caso a Contratada não o faça, a Contratante terá o direito de restringir o acesso da Contratada ao Local.

- (f) Após a extinção nos termos desta Subcláusula 15.2, a Contratante poderá concluir a Obra e/ou organizar para que quaisquer outras entidades a conclua. A Contratante e essas entidades poderão então utilizar quaisquer Bens e/ou Documentos da Contratada (e outros documentos de projeto, se houver) elaborados pela Contratada ou em seu nome para concluir a Obra.
- (g) Após a conclusão da Obra descrita na Subcláusula 15.2 (f), a Contratante deverá então enviar uma Notificação à Contratada informando quando o Equipamento da Contratada e as Obras Temporárias serão liberados para a Contratada no Local ou próximo a ele. A Contratada deverá providenciar prontamente a remoção desses itens, sob seu risco e custo. Caso, nesse momento, a Contratada não tenha efetuado qualquer pagamento devido à Contratante, esses itens se tornarão propriedade da Contratante e poderão ser vendidos pela Contratante a fim de recuperar tal pagamento. Qualquer saldo remanescente dos rendimentos da venda deverá ser então pago à Contratada.

15.3 Valoração na Data de Extinção

- (a) Após a extinção do Contrato nos termos da Subcláusula 15.2 [Extinção pela Contratante], o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar o valor da Obra, dos Bens e dos Documentos da Contratada, bem como quaisquer outros valores devidos à Contratada pelos trabalhos executados em conformidade com o Contrato.
- (b) Essa valoração deverá incluir quaisquer acréscimos e/ou deduções, e o saldo devido (se houver), com referência aos assuntos descritos na Subcláusula 14.13 [Emissão do Certificado de Pagamento Final].
- (c) Essa valoração não deverá incluir o valor de quaisquer Documentos da Contratada, Materiais, Instalações e Obras Permanentes na medida em que não estejam em conformidade com o Contrato.

15.4 Pagamento após a Extinção pela Contratante

- (a) A Contratante poderá reter o pagamento à Contratada dos valores acordados ou determinados nos termos da Subcláusula 15.3 [Valoração na Data da Extinção] até que todos os custos, perdas e danos (se houver) descritos nas disposições seguintes desta Subcláusula 15.4 tenham sido estabelecidos.
- (b) Após a extinção do Contrato nos termos da Subcláusula 15.2 [Extinção pela Contratante], a Contratante terá direito, sujeito à Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante], ao pagamento pela Contratada de:
 - (i) os custos adicionais para a execução da Obra (e dos projetos, se houver), e todos os outros custos razoavelmente incorridos pela Contratante (incluindo custos incorridos na desobstrução, limpeza e restauração do Local, conforme descrito na Subcláusula 11.11 [Limpeza do Local]), deduzindo-se qualquer valor devido à Contratada nos termos da Subcláusula 15.3 [Valoração na Data da Extinção];
 - (ii) quaisquer perdas e danos sofridos pela Contratante ao concluir a Obra, incluindo, sem limitação, os custos razoáveis com consultores técnicos, jurídicos e outros assessores incorridos pela Contratante em relação à contratação de um novo empreiteiro para retificar e concluir a Obra; e

- (iii) Danos por Atraso, caso a Obra ou uma Seção não tenham sido recebidas nos termos da Subcláusula 10.2 [Recebimento da Obra e Seções] e se a data da extinção, nos termos da Subcláusula 15.2 [Extinção pela Contratante], ocorrer após a data correspondente ao Prazo para Conclusão da Obra ou Seção (conforme o caso). Tais Multas por Atraso deverão ser pagas para cada dia decorrido entre essas duas (2) datas; e/ou
- (iv) quaisquer pagamentos adiantados pendentes.

15.5 Extinção por Conveniência da Contratante

- (a) A Contratante poderá, a seu critério exclusivo, extinguir o Contrato a qualquer momento por conveniência, mediante envio de uma Notificação de extinção à Contratada.
- (b) A extinção entrará em vigor vinte e oito (28) dias após a data mais recente entre o recebimento da Notificação pela Contratada ou a devolução da Garantia de Execução pela Contratante.
- (c) Tão logo seja possível em conformidade com a Subcláusula 15.5 (a), a Contratada deverá proceder de acordo com a Subcláusula 16.3 [Cessação do Trabalho e Remoção do Equipamento da Contratada] e deverá ser paga em conformidade com a Subcláusula 18.6 [Extinção Opcional e Pagamento], à qual deverá ser adicionado o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pela Contratada como resultado dessa extinção.
- (d) O Engenheiro deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar o valor do trabalho executado, ajustado por quaisquer valores aos quais a Contratante tenha direito nos termos do Contrato. O Engenheiro deverá emitir um Certificado de Pagamento para o valor assim acordado ou determinado, sem a necessidade de a Contratada submeter uma Declaração.
- (e) Salvo e até que a Contratada tenha recebido o pagamento do valor descrito na Subcláusula 15.5 (d), a Contratante não deverá executar (qualquer parte da) Obra ou organizar para que (qualquer parte da) Obra seja executada por outras entidades.

16 SUSPENSÃO E EXTINÇÃO PELA CONTRATADA

16.1 Direito da Contratada de Suspende as Obras

- (a) Se:
- (i) o Engenheiro deixar de certificar em conformidade com a Subcláusula 14.6 [Emissão do Certificado de Pagamento Intermediário];
 - (ii) a Contratante deixar de cumprir com a Subcláusula 14.7 [Pagamento]; ou
 - (iii) a Contratante deixar de cumprir com:
 - um acordo vinculativo ou uma determinação final e vinculativa nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação]; ou
 - uma decisão de acordo com a Cláusula 21 [Resolução de Disputas] (seja ela vinculativa ou final e vinculativa);
- e tal descumprimento constituir uma violação material das obrigações da Contratante nos termos do Contrato, a Contratada poderá, após fornecer uma Notificação de no mínimo vinte e um (21) dias à Contratante, suspender os trabalhos (ou reduzir o ritmo dos trabalhos) salvo e até que a Contratada tenha recebido o Certificado de Pagamento, o pagamento, ou a Contratante tenha cumprido com o acordo, determinação ou decisão (conforme o caso).
- (b) Essa ação da Contratada não prejudicará seus direitos a encargos financeiros nos termos da Subcláusula 14.8 [Pagamento em Atraso] ou à extinção nos termos da Subcláusula 16.2 [Extinção pela Contratada].
- (c) Se, após emitir a notificação à Contratante nos termos da Subcláusula 16.1 (a) e antes de enviar uma Notificação de extinção, a Contratante corrigir o inadimplemento descrito na Notificação, a Contratada não deverá extinguir o Contrato, devendo retomar os trabalhos normais assim que for razoavelmente praticável.
- (d) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo como resultado da suspensão dos trabalhos (ou da redução do ritmo dos trabalhos) em conformidade com esta Subcláusula 16.1, a Contratada deverá enviar uma Notificação de Reivindicação ao Engenheiro e terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
- (i) uma EDP por qualquer atraso, caso a conclusão seja ou venha a ser atrasada, nos termos da Subcláusula 8.4 [Prorrogação do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) ao pagamento de tais Custos, acrescidos de Lucro, os quais serão adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação.
- (e) Após receber a Notificação de Reivindicação nos termos da Subcláusula 16.1 (d), o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] e com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar as questões descritas na Subcláusula 16.1 (d).

16.2 Extinção pela Contratada

- (a) A Extinção do Contrato nos termos da Cláusula 16 [Suspensão e Extinção pela Contratada] não prejudicará quaisquer outros direitos da Contratada, previstos no Contrato ou de outra forma.
- (b) A Contratada terá o direito de extinguir o Contrato se:
 - (i) o Engenheiro deixar de emitir o Certificado de Pagamento relevante dentro de cinquenta e seis (56) dias após o recebimento de uma Declaração e dos documentos comprobatórios;
 - (ii) a Contratada não receber o valor devido em um CPI dentro de quarenta e dois (42) dias após os trabalhos terem sido suspensos pela Contratada nos termos da Subcláusula 16.1 (a) [Direito da Contratada de Suspender os Trabalhos];
 - (iii) uma suspensão prolongada afetar a totalidade da Obra, conforme descrito na Subcláusula 8.11 [Suspensão Prolongada]; ou
 - (iv) se a Contratante deixar de cumprir as seguintes condições, e tal descumprimento constituir uma violação material das obrigações da Contratante nos termos do Contrato:
 - um acordo vinculativo ou uma determinação final e vinculativa nos termos da Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação]; ou
 - uma decisão de acordo com a Cláusula 21 [Resolução de Disputas] (seja ela vinculativa ou final e vinculativa).
- (c) Em qualquer um desses eventos ou circunstâncias, a Contratada poderá, mediante o envio de uma Notificação de vinte e oito (28) dias à Contratante, notificar a intenção de extinguir o contrato. No entanto, no caso da Subcláusula 16.2 (b) (iii), a Contratada poderá, por meio de notificação, extinguir o contrato imediatamente.
- (d) Se a Contratante sanar a alegada violação nos termos da Subcláusula 16.2 (b) dentro do período de notificação de vinte e oito (28) dias, a Contratada não deverá extinguir o Contrato, devendo retomar os trabalhos normais assim que for razoavelmente praticável.
- (e) Caso a Contratante não corrija a questão descrita em uma Notificação emitida nos termos desta Subcláusula 16.2 dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação, a Contratada poderá, mediante o envio de uma segunda Notificação à Contratante, extinguir o Contrato imediatamente. A data da extinção será a data em que a Contratante receber esta segunda Notificação.
- (f) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo durante o período de vinte e oito (28) dias, conforme a Subcláusula 16.2 (e), a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma EDP e/ou ao pagamento de tal Custo mais Lucro.

16.3 Cessação da Obra e Remoção do Equipamento da Contratada

- (a) Após a extinção entrar em vigor nos termos da Subcláusula 15.5 [Extinção por Conveniência da Contratante], Subcláusula 16.2 [Extinção pela Contratada] ou Subcláusula 18.6 [Extinção Opcional e Pagamento], a Contratada deverá prontamente:
 - (i) cessar todos os trabalhos adicionais, exceto aqueles que possam ter sido instruídos pelo Engenheiro para a proteção da vida ou da propriedade ou para a segurança da Obra;

- (ii) entregar à Contratante os Documentos da Contratada, todas as Instalações, Materiais e outros trabalhos cujos pagamentos tenham sido certificados de acordo com a Subcláusula 14.6 [Emissão do Certificado de Pagamento Intermediário];
- (iii) remover todos os demais Bens do Local, exceto aqueles necessários para segurança e/ou aqueles pertencentes à Contratante, e desocupar o Local;
- (iv) na medida legalmente possível, providenciar a cessão, novação ou transferência à Contratante ou a uma entidade indicada pela Contratante de todos os direitos, títulos e benefícios da Contratada relativos à Obra e às Instalações, Materiais e outros trabalhos existentes na data da extinção;
- (v) entregar à Contratante todos os Documentos da Contratada elaborados pela Contratada ou por seus Subcontratados até a data da extinção, em relação à Obra; e
- (vi) salvo notificação em contrário por escrito pela Contratante, remover todo o Equipamento da Contratada do Local, assim como quaisquer destroços, entulhos e detritos de qualquer natureza, deixando a totalidade do Local em condições limpas e seguras.

16.4 Pagamento após a Extinção pela Contratada

- (a) Após a Notificação de extinção nos termos da Subcláusula 16.2 [Extinção pela Contratada] entrar em vigor, a Contratante deverá prontamente:
 - (i) devolver à Contratada a Garantia de Execução, ou partes dela;
 - (ii) sujeito ao cumprimento, pela Contratada, da Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], pagar à Contratada o valor de qualquer perda de lucro ou outras perdas e danos sofridos pela Contratada como resultado dessa extinção; e
 - (iii) pagar à Contratada em conformidade com a Subcláusula 18.6 [Extinção Opcional e Pagamento].

17 RISCO E RESPONSABILIDADE

17.1 Cuidado da Contratada com as Obras

- (a) Salvo se o Contrato for extinto, a Contratada deverá assumir total responsabilidade pelo cuidado da Obra, dos Bens e dos Documentos da Contratada a partir da Data de Início, e das partes do Local a partir das datas estabelecidas no Anexo 2.2 [Plano do Local], até a emissão do Certificado de Recebimento para a Obra, ou qualquer Seção ou Parte da Obra, conforme o caso, nos termos da Cláusula 10 [Recebimento pela Contratante], momento em que a responsabilidade pelo cuidado da Obra (ou qualquer Seção ou parte da Obra, conforme o caso) será transferida para a Contratante.
- (b) Após a responsabilidade ter sido devidamente transferida para a Contratante, a Contratada deverá continuar assumindo a responsabilidade pelo cuidado de qualquer parte da Obra ou Seções que esteja pendente na Data de Conclusão, até que esses trabalhos pendentes tenham sido concluídos.
- (c) Caso ocorra qualquer perda ou dano à Obra, aos Bens ou aos Documentos da Contratada durante o período em que a Contratada é responsável por seu cuidado, por qualquer motivo, exceto conforme declarado na Subcláusula 17.2 [Riscos da Contratante], a Contratada deverá corrigir a perda ou dano sob seu risco e custo, de modo que a Obra, os Bens e os Documentos da Contratada estejam em conformidade com o Contrato.
- (d) A Contratada será responsável por qualquer perda ou dano causado pela própria Contratada, pelo Pessoal da Contratada ou por qualquer Subcontratada após a emissão do Certificado de Recebimento. A Contratada também será responsável por qualquer perda ou dano que ocorra após a emissão do Certificado de Recebimento e que tenha surgido de um evento ocorrido antes da emissão do Certificado de Recebimento, pelo qual a Contratada era responsável.
- (e) Se o Contrato for extinto de acordo com estas Condições ou de outra forma, a Contratada deixará de ser responsável pelo cuidado da Obra a partir da data da extinção.

17.2 Riscos da Contratante

- (a) Os riscos da Contratante são:
 - (i) qualquer atraso ou interrupção causado por qualquer Variação, exceto quando tal Variação for causada por falha, ato, omissão ou violação da Contratada;
 - (ii) qualquer atraso, impedimento ou impedimento causado ou atribuível à Contratante, ao Pessoal da Contratante ou a outros contratados da Contratante no Local;
 - (iii) qualquer ato negligente, omissão ou violação cometido pela Contratante ou seus agentes, empregados, outros contratados ou consultores;
 - (iv) interferência, seja temporária ou permanente, com qualquer direito de passagem, luz, ar, água ou outro tipo de servidão (exceto quando resultante do método de construção da Contratada), que tenha sido acordado com a Contratada ou que seja necessário para a execução da Obra de acordo com o Contrato;
 - (v) uso ou ocupação de qualquer parte das Obras Permanentes pela Contratante, exceto conforme especificado no Contrato antes da emissão do Certificado de Recebimento;
 - (vi) falha, erro, defeito ou omissão em qualquer elemento do projeto da Obra fornecido pela Contratante; e/ou
 - (vii) eventos de Força Maior nos termos da Cláusula 18 [Força Maior].

17.3 Consequências dos Riscos da Contratante

- (a) Se, e na medida em que qualquer um dos riscos listados na Subcláusula 17.2 [Riscos da Contratante] ocorrer e resultar em perda ou dano à Obra, Materiais, Instalações e Documentos da Contratada, a Contratada deverá prontamente enviar uma Notificação ao Engenheiro. Posteriormente, a Contratada deverá corrigir tal perda e/ou dano na medida instruída pelo Engenheiro. Tal instrução será considerada como tendo sido dada nos termos da Subcláusula 13.1 [Direito de Variar].
- (b) Se a Contratada sofrer atraso e/ou incorrer em Custo devido à correção da perda e/ou dano, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a:
 - (i) uma EDP por qualquer atraso, caso o Prazo para Conclusão seja ou venha a ser atrasado, nos termos da Subcláusula 8.4 [Prorrogação do Prazo para Conclusão]; e
 - (ii) ao pagamento de tais Custos, que deverão ser adicionados ao Preço do Contrato como uma Variação. No caso das Subcláusulas 17.2 (a) (i), (ii), (iii), (v) e (vi) [Riscos da Contratante], o lucro também deverá ser incluído.
- (c) Após receber esta Notificação de Reivindicação, o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] e a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar as questões descritas na Subcláusula 17.3 (a).
- (d) Se tais atrasos e/ou Custos surgirem como consequência de qualquer risco listado na Subcláusula 17.2 [Riscos da Contratante] e de qualquer outro risco não listado nesta, então o acordo ou a determinação, conforme a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação], deverá levar em conta a responsabilidade proporcional da Contratada e da Contratante.

17.4 Garantias Relativas às Obras

- (a) Sem prejuízo de quaisquer outras garantias expressas em outras partes do Contrato, e apesar de qualquer inclusão dos Documentos da Contratante no Contrato (incluindo na Especificação e Desenhos ou qualquer aprovação concedida ou recusada pela Contratante nos termos do Contrato), a Contratada garante que:
 - (i) a Obra será executada com toda a habilidade e cuidado esperados de contratadas devidamente qualificadas e experientes, com experiência na execução de obras e serviços de tamanho, tipo, natureza, escopo e complexidade similares à Obra e em conformidade com as Melhores Práticas da Indústria;
 - (ii) a Obra será executada de acordo com o Contrato, pelo Preço do Contrato, e dentro do Prazo para Conclusão, e que fornecerá todas as partes da Obra, bem como todos os materiais e serviços necessários para que a Obra esteja completa e operacional conforme especificado no Contrato;
 - (iii) quando concluída, a Obra será adequada para os fins especificados na Especificação;
 - (iv) a Obra será executada com o máximo cuidado em relação à segurança e proteção do meio ambiente, de modo que seja possível operar e utilizar a Obra em conformidade com todas as Leis aplicáveis e com o Contrato;
 - (v) a Obra e as Instalações e Materiais utilizarão tecnologia comprovada, ou seja, uma tecnologia que tenha sido operada comercialmente em outras obras similares e que, na Data Efetiva do Contrato, seja passível de ser segurada em uma base comercial razoável;

- (vi) as Instalações e Materiais deverão, quando utilizados pela primeira vez durante a execução da Obra, ser novos e não utilizados, estar em conformidade com o Contrato e com a qualidade esperada nas indústrias internacionais de construção e projeto, livres de defeitos materiais e deficiências de qualquer tipo, e livres de qualquer ônus ou Garantia de Segurança, e deverão atender aos requisitos definidos no Contrato;
- (vii) a Obra estará em conformidade com todas as Leis aplicáveis e com os requisitos de todas as Autoridades relevantes no momento em que a Obra estiver concluída; e
- (viii) as garantias fornecidas nesta Subcláusula 17.4 permanecerão vigentes após a conclusão, extinção ou expiração do Contrato.

17.5 Responsabilidades e Indenizações

- (a) A Contratante e a Contratada serão responsáveis por suas respectivas obrigações nos termos do Contrato e deverão indenizar a outra parte por danos que esta possa ter sofrido como resultado dos atos e omissões da parte inadimplente. Qualquer reivindicação e disputa entre as Partes a este respeito deverá ser tratada de acordo com a Cláusula 20 [Reivindicações] e a Cláusula 21 [Resolução de Disputas].
- (b) Ao defender a Contratante, a Contratada não deverá firmar nenhum acordo de liquidação, ou concordar com qualquer acordo ou outro tipo de ajuste, ou solução de qualquer reivindicação, sem a aprovação prévia por escrito da Contratante.
- (c) Nenhuma das Partes será responsável perante a outra Parte por qualquer perda ou dano indireto ou consequencial que possa ser sofrido pela outra Parte em conexão com o Contrato, exceto conforme previsto no Contrato.
- (d) Esta Subcláusula 17.5 não limitará a responsabilidade em caso de fraude, negligência grave, inadimplemento deliberado ou má conduta temerária por parte da Parte inadimplente.

18 FORÇA MAIOR

18.1 Força Maior

- (a) Sujeito à Subcláusula 18.1 (b), Força Maior pode incluir, mas não se limitar aos seguintes eventos ou circunstâncias, desde que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas:
- (i) guerra (declarada ou não), invasão ou ato de inimigos estrangeiros dentro do País;
 - (ii) rebelião, terrorismo, revolução, insurreição, poder militar ou usurpado, ou guerra civil dentro do País;
 - (iii) munições de guerra, radiação ionizante ou contaminação por radioatividade dentro do País, exceto quando atribuível ao uso, pela Contratada, de tais munições, explosivos, radiação ou radioatividade;
 - (iv) epidemia ou pandemia no País, declarada pelas Autoridades de saúde;
 - (v) medidas e/ou ações tomadas por Autoridades que impeçam a execução da Obra nos termos do Contrato. Tais medidas e/ou ações não constituem um evento de Força Maior se a ação da Autoridade for devido ao descumprimento, pela Contratada, das Leis, regulamentos ou procedimentos aplicáveis; ou
 - (vi) terremoto, furacão, tufão, tsunamí, atividade vulcânica, incêndio ou outro desastre natural fora da faixa normal para aquele local e período do ano, mas excluindo quaisquer outras condições climáticas que razoavelmente deveriam ter sido previstas pela Parte que alega Força Maior e que não eram excepcionalmente adversas.
- (b) A Contratada reconhece e concorda que, em relação a qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato, a Contratada executará tais obrigações em áreas nas quais as Nações Unidas, incluindo a Contratante, estejam envolvidas, preparando-se para se engajar ou se desengajando de operações de manutenção da paz, humanitárias, de recuperação de desastres ou operações similares, e quaisquer atrasos ou falhas no cumprimento dessas obrigações decorrentes de ou relacionados a condições adversas nessas áreas não constituirão, por si só, um evento de Força Maior, a menos que as condições estabelecidas na Subcláusula 1.1 [Definições] para Força Maior sejam satisfeitas.

18.2 Notificação de Força Maior

- (a) Se uma Parte estiver ou vier a ser impedida de cumprir qualquer uma de suas obrigações nos termos do Contrato devido a um evento de Força Maior ("Parte Afetada"), a Parte Afetada deverá enviar uma Notificação à outra Parte informando o evento ou as circunstâncias que constituem a Força Maior e deverá especificar as obrigações cujo cumprimento está ou será impedido.
- (b) A Notificação deverá ser enviada assim que for praticável e, no máximo, sete (7) dias após a Parte Afetada ter tomado conhecimento, ou deveria ter tomado conhecimento ao agir de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, do evento ou circunstância relevante que constitui Força Maior. Caso não seja possível enviar tal Notificação estritamente devido ao evento de Força Maior, a Notificação deverá ser enviada em até três (3) dias após a retomada de quaisquer meios de comunicação entre as Partes para envio da Notificação.
- (c) A Parte Afetada, após ter enviado a Notificação, estará isenta do cumprimento de tais obrigações enquanto a Força Maior impedir a sua execução.
- (d) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 18 [Força Maior], a Força Maior não se aplicará às obrigações de qualquer das Partes de realizar pagamentos à outra Parte nos termos do Contrato.

- (e) Não obstante qualquer outra disposição desta Cláusula 18 [Força Maior], um evento de Força Maior não isentará qualquer das Partes de uma obrigação que tenha surgido antes da ocorrência desse evento, incluindo o cuidado da Obra antes da emissão do Certificado de Recebimento.

18.3 Obrigação de Minimizar Atrasos

- (a) Cada Parte deverá, em todos os momentos, envidar todos os esforços razoáveis para superar os efeitos adversos e minimizar qualquer atraso no cumprimento das obrigações nos termos do Contrato, como resultado de um evento ou circunstância de Força Maior.
- (b) A Parte Afetada deverá enviar uma Notificação à outra Parte quando deixar de ser afetada pela Força Maior, mas, em qualquer caso, no máximo sete (7) dias após a Parte Afetada deixar de ser afetada pelo evento ou circunstância de Força Maior. A Parte Afetada deverá então, assim que for razoavelmente praticável, retomar o cumprimento de suas obrigações nos termos do Contrato.

18.4 Consequências de Força Maior

- (a) Se a Contratada estiver impedida de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos do Contrato devido a Força Maior, para a qual uma Notificação tenha sido emitida nos termos da Subcláusula 18.2 [Notificação de Força Maior], e a Obra estiver atrasada e/ou suspensa em razão dessa Força Maior, a Contratada terá direito, sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], a uma EDP, caso o Prazo para Conclusão esteja ou venha a ser atrasado, nos termos da Subcláusula 8.4 [Extensão do Prazo para Conclusão].
- (b) Após o recebimento da Notificação nos termos da Subcláusula 18.2 [Notificação de Força Maior] e sujeito à Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada], o Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar as questões descritas na Subcláusula 18.4 (a).
- (c) Sem prejuízo dos direitos da Contratada previstos na Subcláusula 17.3 [Consequências dos Riscos da Contratante], a Contratada não terá direito ao reembolso de quaisquer Custos adicionais incorridos e/ou a qualquer ajuste correspondente ao Preço do Contrato resultante de Força Maior.
- (d) Para evitar dúvidas, se a Contratada for instruída pelo Engenheiro a implementar medidas de mitigação relacionadas à Força Maior, essas instruções serão consideradas como tendo sido dadas nos termos da Subcláusula 13.1 [Direito de Variar].

18.5 Força Maior Afetando a Subcontratada

- (a) Se qualquer Subcontratada tiver direito, nos termos de qualquer contrato ou acordo relacionado à Obra, a alívio por Força Maior em condições adicionais ou mais amplas do que as especificadas nesta Cláusula 18 [Força Maior], tais eventos ou circunstâncias adicionais ou mais amplas de Força Maior não isentarão a Contratada do não cumprimento de suas obrigações, nem lhe darão direito a alívio nos termos desta Cláusula 18 [Força Maior].

18.6 Extinção Opcional e Pagamento

- (a) Se a execução de substancialmente toda a Obra em andamento for impedida por um período contínuo de oitenta e quatro (84) dias em razão de Força Maior, para a qual uma Notificação foi enviada nos termos da Subcláusula 18.2 [Notificação de Força Maior], ou por múltiplos períodos que totalizem mais de cento e quarenta (140) dias devido à mesma Força Maior, qualquer uma das Partes poderá enviar à outra Parte

uma Notificação de extinção do Contrato. Nesse caso, a extinção entrará em vigor catorze (14) dias após o recebimento da Notificação pela outra Parte. A Contratada deverá então proceder em conformidade com a Subcláusula 16.3 [Cessação dos Trabalhos e Remoção do Equipamento da Contratada].

- (b) Após a data de extinção, a Contratada deverá, assim que for praticável, submeter ao Engenheiro (com uma cópia para a Contratante) detalhes comprobatórios do valor dos trabalhos executados até a data de extinção, os quais deverão incluir:
 - (i) os valores a serem pagos por qualquer trabalho realizado cujo preço esteja estabelecido no Contrato e pelo qual a Contratada ainda não tenha sido paga, incluindo variações e determinações feitas nos termos do Contrato;
 - (ii) o Custo de Instalações e Materiais encomendados para a Obra que tenham sido entregues à Contratada ou cuja entrega a Contratada esteja obrigada a aceitar. Essas Instalações e Materiais se tornarão propriedade (e estarão sob o risco) da Contratante quando pagos por ela, e a Contratada deverá colocá-los à disposição da Contratante;
 - (iii) quaisquer outros Custos que, dadas as circunstâncias, tenham sido razoavelmente e devidamente incorridos pela Contratada na expectativa de concluir a Obra;
 - (iv) o Custo razoável e devidamente incorrido para a remoção das Obras Temporárias e do Equipamento da Contratada do Local e para o retorno desses itens ao local de negócios da Contratada em seu país (ou para qualquer outro destino, desde que não acarrete custo maior); e
 - (v) o Custo razoável e devidamente incorrido para a repatriação do Pessoal da Contratada empregado exclusivamente em conexão com a Obra na data da extinção.
- (c) O Engenheiro deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar o valor do trabalho executado na data da extinção. O Engenheiro deverá emitir um Certificado de Pagamento para o valor assim acordado ou determinado, em conformidade com a Subcláusula 14.6 [Emissão do Certificado de Pagamento Intermediário], sem a necessidade de a Contratada submeter uma Declaração.

18.7 Liberação da Execução em Conformidade com as Leis

- (a) Não obstante qualquer outra disposição do Contrato, qualquer uma das Partes deverá, por meio de Notificação, informar à outra Parte sobre qualquer evento ou circunstância fora do controle das Partes (incluindo, mas não se limitando à Força Maior) que:
 - (i) torne impossível ou ilegal para uma ou ambas as Partes cumprir suas obrigações contratuais (apesar de a Parte Afetada utilizar as Melhores Práticas da Indústria para superar e/ou minimizar tais circunstâncias); ou
 - (ii) de acordo com as Leis, dê às Partes o direito de serem liberadas do cumprimento adicional das obrigações previstas no Contrato.
- (b) Após o recebimento ou emissão de tal notificação (conforme o caso) nos termos da Subcláusula 18.7 (a), o Engenheiro deverá proceder em conformidade com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar essas questões. Quando o Engenheiro determinar que é impossível ou ilegal para uma Parte ou para as Partes concluírem suas obrigações contratuais, ou que as Leis conferem às Partes o direito de serem liberadas de tais obrigações:
 - (i) as Partes estarão liberadas do cumprimento adicional das obrigações, sem prejuízo dos direitos de qualquer uma das Partes em relação a qualquer violação anterior do Contrato; e
 - (ii) a quantia a ser paga pela Contratante à Contratada será a mesma que seria paga nos termos da Subcláusula 18.6 [Extinção Opcional e Pagamento], caso o Contrato tivesse sido extinto nos termos dessa Subcláusula.

19 SEGUROS

19.1 Extensão da Cobertura

- (a) A Contratante deverá obter e manter, em todos os momentos, seguros válidos e exigíveis, conforme descrito no Anexo 3.10 [Requisitos de Seguro], se houver, pelos períodos e requisitos ali estabelecidos.
- (b) A Contratada deverá, no mínimo, obter e manter, em todos os momentos, seguros válidos e exigíveis descritos no Anexo 3.10 [Requisitos de Seguro] como “Seguros da Contratada”, pelos períodos e requisitos ali estabelecidos. Os seguros exigidos nos termos desta Subcláusula 19.1 são os mínimos exigidos pela Contratante, e a Contratada poderá, a suas próprias custas, incluir quaisquer outros seguros que considerar prudente obter.
- (c) A Contratada deverá, na Data de Início ou antes dela, contratar e, posteriormente, manter os seguintes seguros válidos e exigíveis em nome conjunto das Partes (na medida do possível), conforme aplicável:
 - (i) seguro de riscos abrangentes de construção: para perdas e danos à Obra, Materiais, Instalações, Documentos da Contratada e Equipamento da Contratada, por um valor não inferior ao custo total de reinstalação, incluindo os custos de demolição, remoção de entulhos, honorários profissionais e lucro;
 - (ii) seguro de responsabilidade civil: para a responsabilidade de ambas as Partes por perdas, danos, morte ou lesões a terceiros ou à sua propriedade, decorrentes do cumprimento, pela Contratada, das obrigações sob o Contrato, incluindo a responsabilidade da Contratada por danos à propriedade da Contratante, exceto à Obra;
 - (iii) seguro de acidentes de trabalho: contra responsabilidade por reivindicações, danos, perdas e despesas em regime de responsabilidade objetiva ou por negligência (incluindo honorários e despesas legais), decorrentes da execução da Obra, referentes a lesões, doenças, enfermidades ou morte de qualquer Pessoal da Contratada. A Contratante e o Engenheiro também deverão ser indenizados, exceto por perdas e reivindicações que decorram de qualquer ato ou negligência da Contratante ou do Pessoal da Contratante; e
 - (iv) todos os demais seguros exigidos pelas Leis, associações comerciais e órgãos do setor no País, bem como aqueles identificados no Anexo 3.10 [Requisitos de Seguro].
- (d) Se declarado no Anexo 3.10 [Requisitos de Seguro], a Contratada deverá também contratar e manter um seguro de responsabilidade civil profissional em relação às obrigações da Contratada referentes ao projeto de partes da Obra, na medida especificada no Contrato.
- (e) A Contratada deverá também obter e manter, em todos os momentos, quaisquer outros seguros válidos e exigíveis conforme exigido pelas Leis, e deverá assegurar que suas Subcontratadas contratem e mantenham, em todos os momentos, tais seguros válidos e exigíveis.
- (f) Salvo instrução em contrário pela Contratante, os “Seguros da Contratada” deverão ser contratados com seguradoras de boa reputação e com classificação financeira não inferior a BBB pela Standard & Poor's, Baa pela Moody's ou BBB+ pela A.M. Best.

19.2 Acordos

- (a) Uma Parte deverá notificar imediatamente a outra Parte por escrito sobre a ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (i) qualquer circunstância que possa levar ao cancelamento, não renovação, suspensão ou comprometimento de qualquer seguro contratado em conformidade com esta Cláusula 19 [Seguros];
 - (ii) uma seguradora negar cobertura ou responsabilidade por uma reclamação;
 - (iii) uma seguradora declarar, verbalmente ou por escrito, que um (1) ou mais seguros são nulos, anuláveis ou de outra forma inexigíveis; ou
 - (iv) tomar conhecimento de quaisquer circunstâncias que possam levar um (1) ou mais seguros a se tornarem nulos, anuláveis ou inexigíveis.
- (b) As Partes deverão fornecer à outra Parte uma Notificação com antecedência mínima de vinte e oito (28) dias em relação ao cancelamento, não renovação, suspensão ou comprometimento de qualquer um dos seguros contratados nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura], ou qualquer alteração significativa nos termos e condições de tais seguros.
- (c) A Contratada deverá, a pedido da Contratante, divulgar às seguradoras as seguintes informações relacionadas aos seguros a serem contratados pela Contratante:
 - (i) todas as informações que a Contratada, agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, acredita serem necessárias para que as seguradoras analisem qualquer risco;
 - (ii) todas as informações que as seguradoras e a Contratante especificamente exigirem que sejam divulgadas;
 - (iii) todas as demais informações que a Contratada, agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria e de boa-fé, possa razoavelmente considerar como relevantes para a cobertura do seguro em questão; e
 - (iv) todas as informações relativas a qualquer problema ou atraso que, na opinião da Contratante, sejam considerados relevantes para o seguro.
- (d) A Contratada deverá fornecer todas essas informações de maneira tempestiva, de modo a permitir que a Contratante cumpra com suas obrigações de divulgação às suas seguradoras.
- (e) A Contratada deverá manter a Contratante informada sobre quaisquer alterações significativas em seus métodos ou procedimentos de trabalho que possam afetar a cobertura do seguro. Nenhuma das Partes deverá realizar qualquer alteração significativa nos termos de qualquer seguro sem o consentimento prévio por escrito da outra Parte. Caso uma seguradora faça (ou tente fazer) qualquer alteração, a Parte que for notificada primeiro pela seguradora deverá enviar prontamente uma Notificação à outra Parte.
- (f) A Contratada deverá cumprir integralmente, e deverá exigir que suas Subcontratadas cumpram integralmente, todos os procedimentos e serviços, incluindo o preenchimento de todas as solicitações necessárias para seguro, o cumprimento imediato e completo de todas as solicitações de auditoria e procedimentos de reporte de sinistros, bem como a participação plena e o cumprimento dos programas de segurança e controle de perdas implementados pela Contratante ou a pedido desta.

- (g) Cada apólice que assegure contra perdas ou danos deverá prever que os pagamentos sejam feitos nas moedas necessárias para a reparação da perda ou do dano.
- (h) Os seguros mencionados na Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura] deverão:
 - (i) nomear ou indicar expressamente a outra Parte como co-segurada;
 - (ii) conter uma cláusula que renuncie aos direitos de sub-rogação das seguradoras contra cada parte segurada, seus empregados e agentes (exceto quando tais direitos resultarem de um ato que invalide a cobertura); e
 - (iii) prever que a Contratante deverá receber uma notificação por escrito da seguradora com antecedência mínima de catorze (14) dias em relação a qualquer cancelamento, não renovação ou alteração.
- (i) A Contratada deverá, assim que for razoavelmente praticável, submeter à Contratante cópias das notas de cobertura e/ou uma carta do corretor como comprovação de que:
 - (i) os seguros a serem contratados e mantidos nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura] foram efetivados; e
 - (ii) todos os prêmios devidos foram pagos.
- (j) Se a Contratada ou a Contratante for co-segurada em uma apólice de seguro, deverá ter direito a:
 - (i) receber, assim que for razoavelmente praticável, uma cópia dos documentos da apólice, incluindo o texto da apólice e quaisquer endossos; e
 - (ii) inspecionar, durante o horário comercial, as apólices originais dos seguros.
- (k) Os certificados de renovação relativos a tais seguros deverão ser obtidos sempre que necessário, e suas cópias (certificadas de forma aceitável pela outra Parte) deverão ser encaminhadas à outra Parte assim que possível, mas, em qualquer caso, com antecedência mínima de vinte e oito (28) dias antes da data de renovação.
- (l) Sujeito às Subcláusulas 19.2 (o) a (r), a Contratante será responsável pelo tratamento de quaisquer reivindicações nos termos dos seguros da Contratante, e a Contratada será responsável pelo tratamento de quaisquer reivindicações nos termos dos Seguros da Contratada.
- (m) A Contratada deverá notificar imediatamente a Contratante e a seguradora (conforme possa ser exigido pelo seguro aplicável) ao:
 - (i) ocorrer qualquer perda que exceda ou possa exceder a franquia de uma apólice de Seguro da Contratada; e
 - (ii) tomar conhecimento de quaisquer circunstâncias que possam dar origem a uma perda que excederá a franquia do seguro aplicável.
- (n) Qualquer notificação enviada pela Contratada deverá incluir todos os detalhes sobre a natureza da perda ou das circunstâncias que possam dar origem à perda, seu valor e as medidas que foram tomadas ou que serão tomadas em relação a tal perda ou circunstâncias, sujeito ao consentimento da seguradora (conforme possa ser exigido pelo seguro aplicável). A Contratada deverá manter a Contratante totalmente informada sobre quaisquer desenvolvimentos relevantes assim que ocorrerem.
- (o) A Contratada não deverá, sem obter o consentimento prévio por escrito da Contratante e da seguradora (conforme possa ser exigido pelo seguro aplicável):
 - (i) admitir qualquer responsabilidade perante terceiros;
 - (ii) iniciar qualquer negociação para resolver ou transacionar uma reivindicação sob um Seguro da Contratada;
 - (iii) firmar um acordo ou transacionar uma reivindicação referente aos Seguros da

Contratada; ou

- (iv) iniciar procedimentos de litígio ou arbitragem.
- (p) Na gestão de uma reivindicação com uma seguradora, a Contratada deverá manter a Contratante totalmente informada e buscar a cooperação da Contratante e de seus assessores profissionais.
- (q) Os seguros exigidos nos termos da Subcláusula 19.1 [Extensão da Cobertura] deverão ser primários e não excedentes (exceto no que diz respeito a qualquer camada de cobertura de responsabilidade civil de terceiros especificamente contratada para a Obra) ou contributivos com qualquer outro seguro mantido por qualquer parte segurada.
- (r) Nem o descumprimento nem o cumprimento integral das disposições de seguro do Contrato limitarão ou isentarão a Contratada de suas responsabilidades e obrigações sob o Contrato. Quaisquer valores não segurados ou não recuperados das seguradoras deverão ser arcados pela Contratada e/ou pela Contratante de acordo com essas obrigações, responsabilidades ou deveres.
- (s) Quando houver uma responsabilidade compartilhada, a perda deverá ser suportada por cada Parte na proporção de sua respectiva responsabilidade, desde que a não recuperação dos valores junto às seguradoras não tenha sido causada pelo descumprimento desta Cláusula 19 [Seguros] pela Contratada ou pela Contratante. Caso a não recuperação junto às seguradoras tenha sido causada por tal descumprimento, a Parte inadimplente deverá arcar com a perda sofrida.
- (t) Os seguros exigidos nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura] deverão ser contratados junto a seguradoras e em condições aprovadas por escrito pela Contratante. Tal aprovação não deverá ser negada ou atrasada de maneira injustificada pela Contratante.
- (u) A Contratada será responsável, sob qualquer uma das apólices de seguro exigidas nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura], por quaisquer franquias, taxas e outros custos ou pela falha em recuperar, total ou parcialmente, os valores devidos, caso em que a Contratada deverá indenizar a Contratante em relação a tais franquias, taxas e outros custos ou pela falha em recuperar os valores.
- (v) Qualquer comentário, análise ou aprovação feita pela Contratante ou pelo Engenheiro nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura] não isentará a Contratada de quaisquer de suas garantias, obrigações ou responsabilidades sob ou em conexão com esta Cláusula 19 [Seguros] ou de outra forma nos termos do Contrato. A Contratada será considerada como tendo realizado sua própria análise da adequação, exequibilidade e suficiência de todas as apólices de seguro contratadas nos termos da Subcláusula 19.1 [Âmbito da Cobertura]. A Contratada reconhece e concorda que nem a Contratante nem o Engenheiro serão responsáveis perante a Contratada em decorrência de ou em conexão com qualquer comentário, análise ou não objeção fornecidos por eles nos termos desta Cláusula 19 [Seguros].
- (w) Se a Contratada deixar de contratar ou manter, em todos os momentos, quaisquer dos seguros exigidos nos termos da Subcláusula 19.1 [Extensão da Cobertura], ou deixar de fornecer evidências satisfatórias e cópias das apólices em conformidade com esta Subcláusula 19.2, a Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, após notificar a Contratada por escrito, pagar quaisquer prêmios ou tomar quaisquer outras medidas necessárias para contratar ou manter tal seguro em vigor às custas da Contratada.
- (x) As obrigações dispostas na Cláusula 19 [Seguros] deverão permanecer em vigor após a conclusão, extinção ou expiração do Contrato.

19.3 Falha em Segurar

- (a) Se a Contratada deixar de contratar ou manter, em todos os momentos, quaisquer dos seguros exigidos nos termos da Subcláusula 19.1 [Extensão da Cobertura], ou deixar de fornecer evidências satisfatórias e cópias das apólices em conformidade com a Subcláusula 19.2 [Acordos], a Contratante poderá, a seu critério e sem prejuízo de qualquer outro direito ou recurso, extinguir o Contrato imediatamente mediante Notificação de extinção, em conformidade com a Subcláusula 15.2 [Extinção pela Contratante].

20 REIVINDICAÇÕES

20.1 Reivindicações

- (a) Uma Reivindicação poderá surgir::
 - (i) se a Contratante considerar que tem direito a qualquer pagamento adicional pela Contratada (ou a uma redução no Preço do Contrato) e/ou a uma extensão do DNP;
 - (ii) se a Contratada considerar que tem direito a qualquer pagamento adicional pela Contratante e/ou a uma EDP; ou
 - (iii) se qualquer uma das Partes considerar que tem direito a outra prerrogativa ou alívio contra a outra Parte. Tal prerrogativa ou alívio pode ser de qualquer natureza (inclusive em conexão com qualquer certificado, determinação, instrução, Notificação, opinião ou avaliação do Engenheiro), exceto na medida em que envolva qualquer direito mencionado na Subcláusula 20.1 (a) (i) e/ou (ii).
- (b) No caso de uma Reivindicação nos termos da Subcláusula 20.1 (a) (i) e/ou (ii), a Subcláusula 20.2 [Reivindicações da Contratante] e a Subcláusula 20.3 [Reivindicações da Contratada] deverão ser aplicadas, respectivamente.
- (c) No caso de uma Reivindicação nos termos da Subcláusula 20.1 (a) (iii), em que a outra Parte ou o Engenheiro tenha discordado da prerrogativa ou alívio solicitado (ou seja considerada como tendo discordado, caso não responda em um prazo razoável), não se considerará que uma Disputa tenha surgido. No entanto, a Parte reclamante poderá, mediante o envio de uma Notificação, encaminhar a Reivindicação ao Engenheiro, aplicando-se a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação]. Esta Notificação deverá ser enviada assim que for praticável após a Parte reclamante tomar conhecimento da discordância (ou discordância presumida) e deverá incluir detalhes sobre o caso da Parte reclamante e a discordância da outra Parte ou do Engenheiro (ou discordância presumida).

20.2 Reivindicações da Contratante

- (a) Se a Contratante considerar que tem direito a qualquer pagamento nos termos de qualquer Cláusula destas Condições ou de outra forma em conexão com o Contrato e/ou a qualquer extensão do DNP, a Contratante ou o Engenheiro deverá enviar uma Notificação com os detalhes à Contratada. No entanto, não será necessária Notificação para pagamentos devidos nos termos da Subcláusula 4.18 [Eletricidade, Água e Gás], da Subcláusula 2.4 [Materiais, Equipamentos e Instalações Fornecidos pela Contratante] ou para outros serviços solicitados pela Contratada.
- (b) A Notificação deverá ser enviada assim que for praticável após a Contratante tomar conhecimento do evento ou das circunstâncias que deram origem à Reivindicação. Uma Notificação referente a qualquer extensão do DNP deverá ser enviada antes do término desse período.
- (c) Os detalhes deverão especificar a Cláusula ou outra base da Reivindicação e deverão incluir a fundamentação do valor e/ou da extensão a que a Contratante considera ter direito em conexão com o Contrato.
- (d) O Engenheiro deverá então proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar:
 - (i) o valor (se houver) ao qual a Contratante tem direito a receber da Contratada; e/ou
 - (ii) a extensão (se houver) do DNP em conformidade com a Subcláusula 11.3

[Extensão do Período de Notificação de Defeitos].

- (e) O valor ao qual a Contratante tem direito deverá ser incluído como uma dedução no Preço do Contrato e nos Certificados de Pagamento. A Contratante somente terá o direito de compensar ou fazer qualquer dedução de um valor certificado em um Certificado de Pagamento, ou de apresentar uma Reivindicação contra a Contratada, em conformidade com esta Subcláusula 20.2.

20.3 Reivindicações da Contratada

- (a) Se a Contratada considerar que tem direito a uma EDP e/ou a qualquer pagamento adicional, Custo e/ou outras prerrogativas ou alívio de suas obrigações, nos termos de qualquer Cláusula destas Condições ou de outra forma decorrente ou em conexão com o Contrato, a Contratada deverá enviar ao Engenheiro uma Notificação de Reivindicação, declarando que se trata de uma notificação nos termos desta Subcláusula 20.3, descrevendo o evento ou a circunstância que deu origem à Reivindicação. A Notificação deverá ser enviada assim que for praticável e, no máximo, dentro de quatorze (14) dias após a Contratada tomar conhecimento, ou deveria ter tomado conhecimento (agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria), do evento ou circunstância.
- (b) Se a Contratada deixar de enviar uma Notificação de Reivindicação devidamente preenchida e assinada dentro do prazo de quatorze (14) dias após o surgimento do evento, o Prazo para Conclusão não será estendido, a Contratada não terá direito a pagamento adicional ou Custo, e será considerada como tendo renunciado ao seu direito de apresentar tal Reivindicação. A Contratante será, então, exonerada de toda responsabilidade decorrente ou relacionada à Reivindicação, e a Contratada deverá cumprir suas obrigações de executar a Obra dentro do Prazo para Conclusão e pelo Preço do Contrato.
- (c) Quando um evento tiver um efeito contínuo ou quando a Contratada não puder determinar se o efeito de um evento causará, de fato, um atraso no progresso da Obra ou lhe dará direito a qualquer pagamento adicional, Custo e/ou outro alívio de suas obrigações, de forma que não seja praticável para a Contratada enviar uma notificação conforme a Subcláusula 20.3 (a), a Contratada deverá enviar imediatamente, mas não mais do que quatorze (14) dias após o surgimento inicial do evento, uma Notificação ao Engenheiro, informando tal circunstância com justificativas e detalhes provisórios por escrito (incluindo os prováveis impactos do evento no progresso da Obra e uma estimativa da probabilidade ou extensão do atraso e/ou dos custos resultantes). Tal Notificação será enviada em substituição à notificação exigida pela Subcláusula 20.3 (a). A Contratada deverá então enviar ao Engenheiro, em intervalos de trinta (30) dias, novos detalhes provisórios por escrito até que o evento real ou o atraso causado (se houver) seja, ou deva ser, determinado. Assim que possível, mas em qualquer caso dentro de quatorze (14) dias, a Contratada deverá enviar uma Notificação Final de Reivindicação ao Engenheiro, incluindo os detalhes especificados na Subcláusula 20.3 (a).
- (d) Se a Contratada deixar de enviar a notificação inicial, os detalhes provisórios adicionais e a Notificação Final de Reivindicação devidamente preenchida e assinada, incluindo todos os detalhes exigidos nos prazos estabelecidos na Subcláusula 20.3 (c), o Prazo para Conclusão não será estendido, a Contratada não terá direito a pagamento adicional ou Custo, será considerada como tendo renunciado ao seu direito de apresentar tal Reivindicação, e a Contratante será exonerada de toda responsabilidade decorrente ou relacionada à Reivindicação. A Contratada deverá, então, cumprir suas obrigações de executar a Obra dentro do Prazo para Conclusão e pelo Preço do Contrato. Caso contrário, as seguintes disposições desta Subcláusula 20.3 se aplicarão.
- (e) A Contratada deverá também enviar quaisquer outras notificações exigidas pelo

Contrato, bem como os detalhes comprovativos relevantes para a Reivindicação em relação ao evento ou circunstância.

- (f) A Contratada deverá manter registros contemporâneos necessários para comprovar qualquer Reivindicação, seja no Local ou em outro local aceitável pelo Engenheiro. Sem admitir a responsabilidade da Contratante, o Engenheiro deverá, após receber qualquer notificação nos termos desta Subcláusula 20.3, monitorar a manutenção dos registros e/ou instruir a Contratada a manter registros contemporâneos adicionais. A Contratada deverá permitir que o Engenheiro inspecione todos esses registros e deverá (se instruída) enviar cópias ao Engenheiro.
- (g) Dentro de quarenta e dois (42) dias após a Contratada ter enviado uma Notificação de Reivindicação em conformidade com a Subcláusula 20.3 (a) ou (c), a Contratada deverá fornecer ao Engenheiro uma Reivindicação completamente detalhada, incluindo todos os elementos comprobatórios da fundamentação da Reivindicação, incluindo:
 - (i) as circunstâncias materiais do evento, incluindo a(s) causa(s);
 - (ii) a fundamentação legal da Reivindicação;
 - (iii) a natureza e a extensão de qualquer atraso;
 - (iv) a natureza e a extensão de qualquer Custo adicional resultante;
 - (v) as ações corretivas já realizadas ou a serem realizadas;
 - (vi) o efeito no caminho crítico observado no Programa, incluindo quaisquer datas de marcos;
 - (vii) o período, se houver, pelo qual, em sua opinião, o Prazo para Conclusão deveria ser estendido;
 - (viii) o ajuste, se houver, que, em sua opinião, deveria ser feito ao Preço do Contrato; e
 - (ix) uma declaração de que se trata de uma nova Notificação nos termos desta Subcláusula 20.3.
- (h) Se a Contratada deixar de enviar uma Notificação Final de Reivindicação em conformidade com a Subcláusula 20.3 (g), o Prazo para Conclusão não será estendido, a Contratada não terá direito a pagamento adicional ou Custo, será considerada como tendo renunciado ao seu direito de apresentar tal Reivindicação, e a Contratante será exonerada de toda responsabilidade decorrente ou relacionada à Reivindicação. A Contratada deverá cumprir suas obrigações de executar a Obra dentro do Prazo para Conclusão e pelo Preço do Contrato.
- (i) Dentro de quarenta e dois (42) dias após o recebimento da Reivindicação completamente detalhada, em conformidade com a Subcláusula 20.3 (g), ou dentro de qualquer outro prazo que possa ser acordado por escrito entre as Partes, o Engenheiro deverá responder com aprovação ou com desaprovação e comentários detalhados. O Engenheiro poderá também solicitar quaisquer detalhes adicionais necessários.
- (j) O Engenheiro deverá proceder de acordo com a Subcláusula 3.5 [Acordo ou Determinação] para acordar ou determinar:
 - (i) a EDP (antes ou após o seu vencimento) em conformidade com a Subcláusula 8.4 [Prorrogação do Prazo para Conclusão]; e/ou
 - (ii) o pagamento adicional de Custo (se houver) a que a Contratada tem direito nos termos do Contrato.
- (k) As exigências desta Subcláusula 20.3 são adicionais às de qualquer outra cláusula aplicável a uma Reivindicação. Se a Contratada não cumprir com esta ou com qualquer outra Subcláusula do Contrato em relação a uma Reivindicação, o Prazo para

Conclusão não será estendido, e a Contratada não terá direito a pagamento adicional e/ou outro alívio nos termos do Contrato ou de outra forma em relação a tal Reivindicação.

- (l) Nada nesta Subcláusula 20.3 cria um direito ou prerrogativa adicional para a Contratada de obter uma EDP, pagamento adicional e/ou alívio de suas obrigações, quando tal direito ou prerrogativa não existia de outra forma nos termos do Contrato.
- (m) Apesar de qualquer outra disposição do Contrato, a Contratada deverá emendar seus melhores esforços, agindo de acordo com as Melhores Práticas da Indústria, para minimizar os efeitos de qualquer evento ou circunstância que tenha ou possa ter impacto adverso na Obra, aumentar o Preço do Contrato ou atrasar a execução da Obra.

21 RESOLUÇÃO DE DISPUTAS

21.1 Direito a Litisconsórcio

- (a) A Contratada e a Contratante concordam em resolver Disputas sob ou em relação ao Contrato de acordo com esta Cláusula 21 [Resolução de Disputas].
- (b) Além disso, elas concordam que, caso a Contratante, após a assinatura deste Contrato, celebre um contrato subsequente com outra parte relacionado à Obra, então essa outra parte (como outro consultor ou contratada de obras) poderá se tornar parte desta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] por meio de incorporação por referência no contrato subsequente firmado entre a Contratante e essa outra parte. Nesse caso, a Contratante deverá informar a Contratada por escrito sobre tal incorporação por referência.

21.2 Resolução Amigável

- (a) No caso de uma Disputa entre as Partes, qualquer uma das Partes poderá enviar uma Notificação sobre tal Disputa ao(s) representante(s) respectivo(s) da outra Parte. Essa Notificação deverá:
 - (i) expor a base legal e contratual da Disputa;
 - (ii) descrever os fatos nos quais a Disputa se baseia;
 - (iii) ter anexadas cópias da correspondência e qualquer material de referência relevante;
 - (iv) conter detalhes completos da quantificação da Disputa; e
 - (v) ser devidamente assinada pelo representante autorizado da Parte que emite a Notificação.
- (b) Após o recebimento de tal Notificação, a Parte que a recebeu poderá incluir quaisquer outras partes que possam ter se tornado parte desta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] por meio de incorporação por referência, conforme a Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção], enviando uma cópia à Parte que emitiu a Notificação.
- (c) Em seguida, os representantes das Partes deverão tentar resolver a Disputa de forma amigável. Caso o Engenheiro e o Representante da Contratada não consigam resolver a Disputa de forma amigável dentro de vinte e oito (28) dias após o recebimento da Notificação, a Disputa deverá ser encaminhada, por qualquer uma das Partes, aos Representantes Principais das Partes, que deverão ser designados por escrito pelas Partes nesse momento.
- (d) Caso os Representantes Principais das Partes não consigam resolver a Disputa de forma amigável dentro de vinte e oito (28) dias após tal encaminhamento da Disputa, esta deverá ser finalmente resolvida, a pedido de qualquer uma das Partes, por meio de arbitragem, em conformidade com as disposições da Subcláusula 21.3 [Arbitragem].

21.3 Arbitragem

- (a) Quaisquer Disputas entre as Partes decorrentes ou relacionadas ao Contrato e aos contratos especificados na Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção] deverão ser finalmente resolvidas, a pedido de qualquer Parte, por meio de arbitragem, de acordo com as Regras de Arbitragem da Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) então em vigor (as “Regras Processuais”).
- (b) Qualquer Parte a esta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] (diretamente ou nos termos da Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção]) poderá, separadamente ou junto com

qualquer outra parte envolvida nesta Cláusula 21 [Resolução de Disputas], iniciar procedimentos de arbitragem contra uma ou mais partes desta Cláusula 21 [Resolução de Disputas].

- (c) Qualquer Parte a esta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] nomeada como Respondente em uma Notificação de Arbitragem poderá incluir quaisquer outras partes que tenham se tornado parte desta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] por meio de incorporação por referência, nos termos da Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção], na arbitragem, enviando uma Notificação de Inclusão às demais partes no prazo de trinta (30) dias após o recebimento, pelo Respondente, da respectiva Notificação de Arbitragem, juntamente com sua resposta à Notificação de Arbitragem à Parte que solicitou a arbitragem. Neste caso, a(s) parte(s) que recebeu(aram) a Notificação de Inclusão terão trinta (30) dias para responder à Notificação de Arbitragem e à Notificação de Inclusão, antes que o procedimento possa continuar.
- (d) Haverá três (3) árbitros, selecionados de acordo com o procedimento estabelecido nas Subcláusulas 21.3 (e) a 21.3 (g).
- (e) Se a Notificação de Arbitragem nomear apenas um (1) Reclamante e um (1) Respondente e nenhuma Parte tiver exercido seu direito de intervenção conforme a Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção], cada Parte deverá nomear um (1) Árbitro dentro de quatorze (14) dias após o término do prazo durante o qual as Partes podem exercer seu direito de intervenção. Os dois (2) Árbitros deverão nomear o terceiro Árbitro, que atuará como presidente.
- (f) Se mais de duas (2) Partes forem nomeadas na Notificação de Arbitragem ou pelo menos uma (1) Parte exercer seu direito de intervenção, o(s) Reclamante(s) deverá(ão) (em conjunto) nomear um (1) Árbitro, e o(s) Respondente(s) deverá(ão) (em conjunto) nomear o outro Árbitro, ambos dentro de quatorze (14) dias após o término do prazo durante o qual as Partes podem exercer seu direito de intervenção. Caso o(s) Reclamante(s) e o(s) Respondente(s) nomeiem os árbitros conforme previsto, os dois (2) Árbitros deverão então nomear o terceiro Árbitro, que atuará como presidente. Caso uma (1) ou ambas as Partes falhem em nomear um Árbitro conforme previsto, o Secretário-Geral da Corte Permanente de Arbitragem deverá, a pedido de qualquer parte, nomear os três (3) árbitros em nome delas e designar um (1) deles para atuar como presidente.
- (g) Se mais de uma (1) arbitragem for iniciada nos termos desta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] (diretamente ou nos termos da Subcláusula 21.1 [Direito de Intervenção]), e qualquer Parte alegar que duas (2) ou mais arbitragens estão substancialmente relacionadas e que as questões devem ser tratadas em um único procedimento, os árbitros selecionados na primeira das arbitragens ajuizadas deverão determinar se, no interesse da justiça e da eficiência, os procedimentos deverão ser consolidados perante esses Árbitros.
- (h) A arbitragem será conduzida de forma deslocalizada, sem que exista um local específico para a arbitragem, e não estará sujeita às leis ou à jurisdição de nenhum país. Caso ocorra uma audiência presencial, as Partes poderão acordar a localização física onde esta será realizada ou, na ausência de tal acordo entre as Partes, o tribunal arbitral poderá decidir a localização física da audiência. No entanto, tal acordo ou decisão sobre a localização física não constituirá um acordo ou decisão sobre o local da arbitragem, nem resultará na aplicação das leis ou da jurisdição de qualquer país, tampouco será interpretado como uma renúncia, expressa ou implícita, às prerrogativas e imunidades das Nações Unidas, incluindo as de seus órgãos subsidiários.
- (i) O idioma da arbitragem deverá ser o inglês.
- (j) As decisões dos Árbitros serão orientadas pelos princípios gerais do direito comercial internacional, conforme codificados pelo Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT), em vigor na Data de Vigência do Contrato, como a Lei Aplicável ao Contrato.

- (k) Os Árbitros não terão autoridade para conceder danos punitivos. Além disso, o tribunal arbitral não terá autoridade para conceder juros que excedam a taxa SOFR (Secured Overnight Financing Rate) então vigente do Banco da Reserva Federal de Nova York, e tais juros deverão ser calculados apenas como juros simples.
- (l) As Partes estarão vinculadas por qualquer decisão arbitral emitida em decorrência de tal arbitragem como decisão final sobre qualquer Disputa.
- (m) Os procedimentos arbitrais, bem como quaisquer informações e documentos relacionados a esses procedimentos, serão considerados confidenciais, sujeitos à Subcláusula 1.11 [Confidencialidade].

21.4 Resolução de Disputas Sem Atrasar a Execução das Obras

- (a) Apesar de qualquer ativação dos procedimentos de resolução de disputas previstos nesta Cláusula 21 [Resolução de Disputas], a Contratada deverá continuar a executar a Obra e cumprir suas demais obrigações nos termos ou em conexão com o Contrato.

21.5 Sobrevivência

- (a) Esta Cláusula 21 [Resolução de Disputas] continuará em vigor após a conclusão, extinção ou expiração do Contrato.